

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF**

**(RE) PENSANDO E (RE) QUALIFICANDO O  
RURAL – UMA CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA AO  
DEBATE**

Aluno: Ivair Gomes

Orientador: Jacob Binsztok

Universidade Federal Fluminense - UFF

**IVAIR GOMES**

**(RE) PENSANDO E (RE) QUALIFICANDO O  
RURAL – UMA CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA AO  
DEBATE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor. Área de concentração: Geografia Regional.

Orientador: Prof. Dr. Jacob Binsztok

Niterói  
2008

G633 Gomes, Ivair  
(Re) pensando e (Re) qualificando o rural – uma contribuição  
da Geografia ao debate / Ivair Gomes. – Niterói: [s.n.], 2008.  
152 f.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade  
Federal Fluminense, 2008.

1. Geografia regional. 2. Zona rural. 3. Paisagem.  
4. Espaço urbano.

CDD 910.01

**Ivair Gomes**

**(Re) pensando e (re) qualificando o rural – uma contribuição da geografia ao debate**

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: Geografia Regional  
Rio de Janeiro,  
Niterói, 2008.

Aprovada em novembro de 2008.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jacob Binsztok – Orientador  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Rui Erthal  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Ruy Moreira  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini  
Universidade Federal de Minas Gerais

Niterói  
2008

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal Fluminense, pela oportunidade;

Ao meu orientador, Jacob Binsztok, pelo imprescindível apoio e preciosa orientação;

À banca examinadora

Aos meus colegas de trabalho da EPAMIG, Marley Lamounier Machado, Eliane Maria Vieira e Maria Lélia Rodrigues Simão, pela generosa compreensão;

À minha esposa, Jussara, pelo suporte emocional;

Ao meu filho, Pedro Arrieiro, por dar sentido a tudo isso.

## RESUMO

Esta tese realizou um estudo sobre as diferentes formas de pensar e qualificar o espaço rural e discutiu e questionou o domínio do urbano ou a urbanização total do espaço. O objetivo deste estudo foi contribuir com uma nova forma de pensar o rural. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica que contemplou teorias de renomados autores. O estudo incluiu a centralidade do urbano, o fim do rural e/ou o surgimento de um “novo rural”. Estes serviram como pano de fundo para (re) pensar e (re) qualificar o espaço rural, a partir de uma percepção diferenciada das paisagens que se misturam: rural e urbano. Através desta percepção, podem ser reconstruídas e reordenadas as maneiras de pensar o rural, visando pensá-lo com base nele próprio. Esta reflexão poderá trazer contribuição aos debates agrários, ajudando a compreender o espaço rural, além das estatísticas ou de um restrito conceito e, sobretudo, suscitar novos estudos.

Palavras-chave: rural, urbano, diferenças, paisagem, espaço rural

## ABSTRACT

This thesis carried through a study on the existence or not of an opposition between the agricultural space and the urban space. The objective of this study was to contribute with new a proposal of definition of the agricultural space centered in thinking and feeling. For this, the bibliographical research was used that contemplated theories of famous authors and thinkers of century XIX on to the Marxist ideal and the positive way of thinking. The study it included urban center, the new sprouting or end agricultural of an “agricultural one”. These had served as cloth of deep for (reverse speed) thinking and (reverse speed) to characterize the agricultural space from a perception differentiated of the landscapes that they join: agricultural and urban (field and city). Through this perception can be reconstructed and be rearranged the differences between the spaces agricultural and urban, aiming at to the construction of the agricultural space for proper the agricultural one. This reflection will be able to bring contribution to the agrarian debates, helping to understand the agricultural space, beyond the statisticians or of a restricted concept and, over all, to excite new studies.

Key-words: rural, urban, differences, landscape, rural space

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1: Características diferenciais do Urbano e do Rural ....</b>	<b>38</b>
<b>Quadro 2: Distinção entre o rural e o urbano .....</b>	<b>43</b>
<b>Quadro 3: Dicotomia rural/urbana .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro 4: Novas atividades rurais .....</b>	<b>86</b>
<b>Quadro 5: Áreas demográficas .....</b>	<b>92</b>
<b>Quadro 6: Propostas de definição do rural.....</b>	<b>106</b>

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1: Divisão de municípios.....</b>	<b>92</b>
<b>Mapa 2: Áreas urbanas de Minas Gerais .....</b>	<b>99</b>
<b>Mapa 3: Continuum rural/urbano .....</b>	<b>110</b>
<b>Mapa 4: Condados rurais e urbanos - Alabama. EUA .....</b>	<b>111</b>
<b>Mapa 5: Gradiente Urbano-Rural do Canadá .....</b>	<b>113</b>
<b>Mapa 6: Classificação Urbano rural na Escócia .....</b>	<b>117</b>

## **LISTA DE TABELA**

<b>Tabela 1: Formas alternativas definição da população rural da China – (em milhões de habitantes) .....</b>	<b>119</b>
---	------------

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Ilustração 1: Ciência e caridade (Óleo sobre tela) .....</b>	<b>126</b>
<b>Ilustração 2: Guitarra (Colagem) .....</b>	<b>127</b>
<b>Ilustração 3: A montanha Sainte-Victoire .....</b>	<b>129</b>
<b>Ilustração 4: Sainte-Victoire.....</b>	<b>130</b>
<b>Ilustração 5: A montanha Sainte-Victoire vista dos Lauves ....</b>	<b>131</b>
<b>Ilustração 6: Sainte-Victoire.....</b>	<b>132</b>
<b>Ilustração 7: Desfolhada do Milho .....</b>	<b>138</b>

## **LISTA DE FOTOS**

<b>Foto 1: Comunidade Rural Guarani – MS .....</b>	<b>139</b>
--	------------



## SUMÁRIO

<b>1 – UMA NECESSÁRIA DISCUSSÃO SOBRE O RURAL – O ESCOPO DESTA TESE .....</b>	<b>5</b>
<b>2 – AS ACEPÇÕES SOBRE O RURAL – IDENTIDADES E DIFERENÇAS .....</b>	<b>13</b>
2.1 - A CIDADE, O CAMPO E O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE .....	16
2.2 - O RURAL E O URBANO NO LIMIAR DO SÉCULO XX .....	34
2.3 - O RURAL E O URBANO NA VIRADA DO MILÊNIO .....	47
<b>3 – AS DIFERENTES LEITURAS OFICIAIS SOBRE O RURAL – ALGUNS EXEMPLOS .....</b>	<b>98</b>
<b>4 – UM NOVO OLHAR SOBRE O RURAL – SUA IDENTIDADE NUM UNIVERSO EM INTENSA INTERAÇÃO .....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>142</b>

## 1 – UMA NECESSÁRIA DISCUSSÃO SOBRE O RURAL – O ESCOPO DESTA TESE

“O ró-ró girando mundo a fora, no dobar, funil de final, desses redemoinhos: (...) O Diabo, na rua, no meio do redemoinho (...) Ah, ri; ele não. Ah, eu, eu, eu! Deus ou o Demo”.

(Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas)

Partimos de uma crença: “toda a discussão, todo o esforço para o progresso do conhecimento surge pelo confronto de teses opostas: o pró e o contra, o sim e o não, a afirmação e a crítica”. (Lefebvre, 1974, p30.). Esse progresso, no entanto, somente se produz pela incompletude e pelos erros dos indivíduos. Uma tese, ao se defrontar com outra, baseia-se na sua imperfeição. Toda tese, então, traz em seu cerne a marca da incompletude. Isso fica, ainda, mais evidente quando essa tese é debatida no meio do turbilhão de acontecimentos pelo qual passa a pós-modernidade, visto que é difícil analisar qualquer evento quando se está no meio das mudanças. Já, nas páginas iniciais da obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Berman, ao apresentar Rousseau e a respectiva definição de “moderno”, termina se questionando: “como era, para o indivíduo, mover-se e viver em meio ao redemoinho?”. (2005, p.17).

Esse “redemoinho”, no entanto, é a principal motivação deste trabalho. Questões acerca da existência ou não de uma oposição entre rural e urbano ou a urbe servindo de parâmetro, para a definição do rural ou, ainda, o inúmeras vezes discutido fim do rural servirão como pano-de-fundo para seu objetivo que é repensar o espaço rural e requalificá-lo, dentro de uma nova concepção em que as analogias ganham relevância, as diferenças se reordenam e se reconstroem e as estruturas se reinventam.

Este estudo também foi motivado pelo desejo de induzir a formas, ora objetivas, ora subjetivas, de pensar o espaço rural. Entenda-se “pensar objetivamente” como a proposição de definições localizáveis, distinguíveis e cartografáveis e, pensar subjetivamente, como o momento onde a percepção e o sentimento sejam mais relevantes, sem a rigidez de pensamentos totalitários e inflexíveis. Pretende-se, assim, oferecer um trabalho diferenciado, ou seja, centrado no pensar e no sentir, tendo como eixo norteador as definições e teorias de estudiosos e pensadores que se dedicaram a esse tipo de estudo e apresentaram diferentes visões do rural (muitas vezes ligado à tradição ou à idéia de pobreza e atraso ou, principalmente, ao ideário de superioridade e universalidade do urbano).

Modernamente, é comum discutir as relações e as disparidades existentes entre o rural e o urbano, a partir de asserções demonstradas ou refutadas com igual veemência, todavia:

(...) é a situação que explica a disparidade, gerando, em sua incompletude, as perspectivas múltiplas que nos fazem pensar que a matéria em questão é agora x ou y, ainda melhor, ao mesmo tempo tem jeito de x, tem jeito de y. (JAMESON, 1997, p.18).

A definição e identificação de rural e urbano foram, durante anos, relativamente simples, mas com a urbanização<sup>1</sup> isso mudou significativamente.

(...) durante séculos, tem se lavado à construção de toda uma mitologia que de forma recorrente repete-se, em torno do agrário arcaico e camponês. Mas hoje as coisas não são assim tão simples. O processo de urbanização deixou, a muito tempo, de ser um processo meramente quantitativo, de mera acumulação demográfica em torno de uma acumulação de recursos, para se tornar um

---

<sup>1</sup> Urbanização, para fins deste trabalho, deve ser entendida como o fenômeno de intenso crescimento das cidades que ocorre após a Revolução Industrial.

processo de natureza qualitativa<sup>2</sup>. (BAIGORRI, 1995, s/p).

Atualmente, é comum, por exemplo, distinguir rural de ruralidade. Rural poderia ser definido como um meio geográfico em particular, enquanto ruralidade se ligaria a uma cultura ou a um modo de vida. Porém, a grande diversidade de espaços geográficos, paisagens, estruturas socioeconômicas e socioculturais, que representariam a ruralidade, impediriam qualquer tentativa de generalização acerca dela. Dessa forma, toda definição abstrata de ruralidade resultará sempre contraditória ao contrastá-la com ruralidades espaço-temporais concretas.

Outra vertente de pesquisadores mantém um direcionamento para a dicotomia das relações rurais/urbanas, vistas como opostas. O rural seria distinto, separado ou meramente o oposto do urbano.

Há, ainda, os que trabalham com o conceito de espaços múltiplos e inter-relacionados ou os pesquisadores que se dedicam ao estudo da diferenciação de paisagens como forma de compreender seus múltiplos espaços.

Finalmente, observa-se que há numerosas transformações acontecendo no rural, o que leva muitos estudiosos a apregoar o seu fim.

Em todas essas visões, invariavelmente, há uma construção urbanocêntrica. A urbe teria se transformado na única forma de pensar o espaço; sendo a referência e o padrão a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou do tradicional (Lander *et al.*, 2005). A força hegemônica do pensamento urbano se

---

<sup>2</sup> (...) durante siglos, ha llevado a la construcción de toda una mitología que de forma recurrente reverdece, en torno a la arcadia pastoril y campesina. Pero en la actualidad las cosas no son tan sencillas. El proceso de urbanización dejó de ser hace mucho tiempo un mero proceso cuantitativo, de mera acumulación demográfica en torno a una acumulación de recursos, para pasar a ser un proceso de carácter cualitativo. (BAIGORRI, 1995, s/p).

proclama detentora da capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão de sociedade moderna como a forma mais avançada da experiência humana, da mesma maneira que ocorreu, por exemplo, com o colonialismo eurocêntrico<sup>3</sup>.

Outro aspecto a ponderar, refere-se ao sentimento de estar diante de uma espécie de universalismo urbanocêntrico excludente. É fato haver um acelerado crescimento dos espaços urbanos, assim sendo, seria quase que natural imaginar que o rural deixou ou deixará de existir como categoria distinta.

É possível afirmar que a humanidade caminha em direção a um mundo de urbanização geral [...] porque áreas rurais tenderão a formar parte dos sistemas de relações econômicas, políticas, culturais e de comunicação organizadas a partir dos centros urbanos. (LUZ, 2003, p.32).

O rural passa então a ser visto a partir do urbano, tendo ele como base e se definindo a partir dele. Seria o espaço que não se enquadra como urbano. Talvez essa forma de pensar se deva à nossa cultura:

A sociedade liberal, como norma universal, assinala o único futuro possível de todas as outras culturas e povos. Aqueles que não conseguirem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer. (LANDER, 2005, p.34).

Esses são alguns caminhos apontados pelos mais diversos pensadores. No entanto, ao final desse trabalho, espera-se evidenciar a crença de que a verdadeira origem desse debate reside na contradição entre a produção social e a apropriação privada capitalista, pois grande parte dos rurícolas (destacando-se os camponeses) embora, em muitos lugares tenham abandonado atividades artesanais

---

<sup>3</sup> Baseado em Lander, 2005.

seculares, raramente desistem de sua condição de produtor rural, mesmo transformado em “operários/camponeses”, eles ainda conservaram suas identidades. (CARNEIRO, 2000).

Na tentativa de um entendimento do que é espaço rural percebe-se a existência de uma tensão constante entre o que vem a ser essencial e o acidental, entre o efêmero e o eterno, entre a essência e a aparência. A multiplicidade de olhares sobre o rural implica em saber exercitar a racionalidade que implica em saber trabalhar os conflitos e o contraditório visto que “devemos evitar o ideal ou a ilusão oitocentista sobre a inambigüidade ou a completude do conhecimento”. (LUKACS, 2005).

Esse não é um debate de todo novo. Basta lembrar que Stalin perseguiu os desurbanistas, Karl Marx tinha lá suas desconfianças em relação aos camponeses e tanto Spencer quanto Durkheim consideravam os urbanos como portadores de uma espécie de nível superior de civilização (SEGRE, 2006; DURÁN, 1998). Para esses autores – e para a imensa maioria de seus contemporâneos – não havia uma preocupação em diferenciar rural e urbano, pois a separação já estava dada e seria óbvia: de um lado estaria o rural, sinônimo de campo ou agrário; e do outro lado estaria a cidade (depois o urbano). Acontece que:

(...) é muito provável que nem sequer nas altamente estáveis sociedades agrárias do passado nunca tenham existido, em toda a sua pureza, um protótipo de sociedade rural completamente autárquica. De qualquer forma, já não parece possível encontrar em nenhuma parte desta mundializada e super urbanizada sociedade global com as contínuas e profundas transformações experimentadas pelo meio rural nas altamente avançadas sociedades industriais atuais. Somente visões mais flexíveis e dinâmicas do rural, que assumam suas inevitáveis ambigüidades e imprecisões, estarão capacitadas de abarcar tais transformações<sup>4</sup>. (DURÁN, 1998, p.14).

---

<sup>4</sup> (...) es muy probable que ni siquiera en las altamente estables sociedades agrarias del pasado haya existido nunca en toda su pureza un prototipo de sociedad rural

O rural se constitui socialmente e, como construção social, está sujeito a mudanças. Como conseqüências dessas mudanças, freqüentemente, experimentam-se sucessivos processos de construção, desconstrução e reconstrução/reinvenção do espaço.

Mesmo com muitos apregoando seu fim, nos últimos anos, o rural tem visto surgir, no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, a Via Campesina e os Povos da Floresta; além de Evo Morales, (oriundo de movimentos camponeses na Bolívia); Hugo Chaves na Venezuela, (obteve maciço apoio de grupos ligados ao campo), Rafael Correa no Equador, (oriundo de uma coalizão de coronéis e camponeses), os camponeses “rebeldes” da Colômbia e o movimento Zapatista no México. Junte-se a isso o fato de que, aproximadamente, metade da população mundial reside fora das áreas legalmente designadas como urbanas e já haveria, *per si*, motivos mais que suficientes para realizar esse trabalho e, antecipando, para defender a permanência do espaço rural.

Porém há mais em jogo, além duma mera definição de espaço rural ou da preocupação com o “baixo nível de renda gerado pelas atividades tradicionais do setor”. Silva (2001, p.44). Há interesses (não raro dissimulados). O fim do rural, ou o surgimento de um “novo rural”, suscitaria novas leituras sobre espaço. Ele deixaria de ser área de atuação de grupos sociais tradicionais e legítimos, passando a se constituir em apenas mais um apêndice do espaço urbano. Ao considerar o uso de tecnologias avançadas e o acesso às informações como características inerentes à urbanidade, fica mais cômodo combater reivindicações e reverter conquistas que há muito tempo vem sendo a bandeira dos rurícolas.

---

completamente autárquica. En cualquier caso, ya no parece posible encontrarlo en ninguna parte de esta mundializada y súper urbanizada sociedad global en la continuas y profundas transformaciones experimentadas por el medio agrario en las altamente mudables sociedades industriales avanzadas actuales. Sólo unas visiones más flexibles y dinámicas de lo rural, que asuman su inevitable ambigüedad e imprecisión, están abiertas a la posibilidad de tomar en cuenta tales transformaciones. (DURÁN, 1998, p.14).

Com o rural deixando de existir, toda luta camponesa perderia sentido, a reforma agrária seria dispensável, não haveria expulsão do homem do campo (afinal o campo nem existiria) e devolver as terras invadidas aos quilombolas ou aos povos da floresta deixaria de fazer qualquer sentido.

Estudar o tema espaço rural, a partir de alguns resgates históricos e teóricos foi uma decisão com o objetivo de contribuir para uma nova base perceptiva e, na seqüência, novos olhares e novas maneiras de pensar o espaço rural. Assim, a finalidade não é criar uma nova definição de espaço rural (visto que definições são, indelevelmente, incompletas), mas deseja-se levar a uma nova forma de refletir sobre esse espaço, tendo por base seus novos fixos e novos fluxos. Esse novo olhar poderá trazer contribuições aos debates agrários, ajudando a compreender para além de uma restrita expressão empírica ou estatística.

Em função dos objetivos, adotou-se a pesquisa bibliográfica porque permite ao pesquisador “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO, 1974, p. 230). Dessa forma, este estudo não se propõe repetir o que já foi escrito no referencial teórico, mas propiciar o exame sob novo ponto de vista, ou seja, as diferentes formas de perceber o espaço rural (ou o campo).

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo são apresentados: o contexto “redemoinhos” – uma metáfora das transformações dos espaços rural/urbano –, a motivação que desencadeou o estudo, abordagens sucintas sobre rural e urbano, os objetivos, a metodologia empregada e sua relevância. O segundo inicia as definições de rural e urbano e as respectivas diferenças sob a visão de pensadores do século XIX; principalmente aqueles ligados ao ideal marxista e ao positivismo, esses dois grupos foram escolhidos devido à forte influência que tiveram sobre a sociologia, economia e, especialmente, acerca do pensamento geográfico que se estruturava na



Europa. Por fim foram buscados indicadores dos caminhos, atualmente, trilhados pelos estudiosos e renomados autores que se dedicaram a esse assunto. O terceiro capítulo mostra e exemplifica determinadas definições oficiais de espaço rural urbano, vistos como espaços geográficos. O quarto capítulo será dedicado à conclusão. Ele apresenta alguns recortes, tais como paisagem, relações sociais, tamanho e densidade populacional, dentre outros, que adicionados ao estudo desenvolvido ao longo do trabalho, possibilitaram (re) pensar e (re) qualificar o espaço rural, tendo sempre como base o próprio rural e sob a ótica do autor.

## 2 – AS ACEPÇÕES SOBRE O RURAL – IDENTIDADES E DIFERENÇAS

*“Entardece na roça de modo diferente.  
A sombra vem nos cascos,  
no mugido da vaca separada da cria.  
O gado é que anoitece...  
Amanhece na roça de modo diferente.  
A luz chega no leite, morno esguicho das tetas,  
e o dia é um pasto azul que o gado reconquista”.*  
(Carlos Drummond de Andrade – Boitempo)

Não há uma forma universalmente aceita que permita a distinção entre espaços urbanos e espaços rurais. Isso faz com que os dados sobre a população residente nesses espaços sejam de difícil comparação entre os diversos países do mundo.

O *The Oxford English Dictionary* faz referência à ruralidade utilizando termos como ‘qualidade ou caráter de rural, rusticidade, vida campestre, costumes e paisagem’. Por seu turno, o *Diccionario de la Lengua Española* define o termo rural como ‘o que diz respeito ou pertence ao campo e a suas atividades’. Nesse mesmo texto, ele define o advérbio rústicamente como ‘grosseiro e sem cultura’, e a rusticidade é associada à ‘simplicidade, naturalidade e poucos recursos que tem as coisas rústicas<sup>5</sup>’. (DURÁN, 1998, p.11).

As definições presentes nesses dicionários são uma mostra da habitual imprecisão do termo “rural”. A segunda definição manifesta uma visão um tanto pejorativa do rural, muitas vezes, baseada no caráter evolutivo das abordagens que envolvem a criação de uma gradiente do menor para o maior ou superior hierárquico entre o rural e

---

<sup>5</sup> El *The Oxford English Dictionary* hace referencia a la ruralidad (rurality) con términos como ‘*cualidad o carácter rural, rusticidad, vida campestre, costumbres o paisaje*’. Por su parte, el *Diccionario de la Lengua Española* define el término rural como ‘*lo que toca o pertenece al campo y a las labores de él*’. En este mismo texto, con respecto al adverbio rústicamente se dice ‘*con tosquedad y sin cultura*’, y la rusticidad es asociada en él a ‘*la sencillez, naturalidad y poco artificio que tienen las cosas rústicas*’.

a sociedade urbano-industrial que, supõe-se, vai substituí-lo. (DURÁN, 1998).

Construir uma imagem coerente e utilizável para o entendimento de 'rural' é um desafio, tantas são as percepções e interpretações do termo. Essa discussão possui várias vertentes como, por exemplo, aquelas ligadas à urbanização completa da sociedade; à fusão rural/urbana; à desurbanização (agrarização da cidade); às urbanidades no rural e à desruralização (urbanização do campo).

A socióloga Maria Isaura Pereira Queiroz faz um apanhado histórico da relação rural/urbana que, para ela, são basicamente divididas em três formas:

1 – sociedade tribal – anterior à existência da cidade em que inexistente a divergência rural-urbana;

2 – sociedade agrária – existe já a cidade como centro político-administrativo que organiza e domina o meio rural, porém por outro lado é inteiramente dominada e delimitada por este;

3 – sociedade urbana – aquela em que, devido ao desenvolvimento cada vez maior da tecnologia, a cidade se liberou do meio rural no que toca à produção em geral e se tornou produtora por excelência,

Estes três tipos de sociedade podem ser concomitantes no tempo e no espaço, numa sociedade como a brasileira. Em sociedades como as européias, entretanto, a perspectiva mais própria para apreendê-las é a histórica. (QUEIROZ, 1978).

A autora ora mencionada considera que o estudo do meio rural não pode nunca ser visto em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade. O caráter de país urbanizado não é caracterizado apenas pelo fato de a população habitar em concentrações urbanas. “Este depende da amplitude das funções desempenhadas pelas cidades

e, mais ainda, da independência destas em relação ao meio rural, que decorre da importância de suas atividades produtivas, isto é, de seu grau de industrialização”. (QUEIROZ, 1978).

Num primeiro momento, a Sociologia e a Geografia pouco ponderavam acerca de rural e urbano. Os termos “rural” e “campo” eram tratados como sinônimos e sua diferenciação em relação à cidade praticamente não existia.

Maria José Carneiro (2000), afirma que a sociologia rural foi:

[...] responsável pela retificação de uma imagem dicotômica da sociedade sustentada na oposição entre cidade e campo como dois universos substantivamente distintos que comportam, não raro, avaliações antitéticas sobre as condições de vida em um e em outro. Desse olhar resultam diversas orientações metodológicas que, apesar de apresentarem diferenças nas ênfases e nas avaliações sobre as características que definem um e outro espaço, não seria excessivo reconhecer, partem de uma mesma base comum que é a identificação do rural à produção agrícola e do urbano ao trabalho industrial, comercial e de serviços. (CARNEIRO, 2000, p.6).

O fenômeno da urbanização e, especialmente, o domínio da cidade sobre o campo fizeram com que os estudos passassem então a ser realizados sempre a partir da urbe e, inexoravelmente, tendo ela como parâmetro, e foi principalmente (não exclusivamente) a partir do século XIX, que iniciou-se uma dicotomia dos espaços, isolando-os.

## 2.1 - A cidade, o campo e o desenvolvimento de uma sociedade

*Tudo que é sólido desmancha no ar.*

*K. Marx – 1812-1883*

A maioria dos estudos atuais afirma que a propalada alteração entre campo e cidade (rural e urbana) surgiu juntamente com a industrialização e o capitalismo. A partir de então o tema sempre esteve presente. Ainda no século XIX, alguns pensadores se destacam, dentre eles estavam: H. Spencer, E. Durkheim, F. Tönnies, P. Kropotkin, M. Weber, K. Marx, V. Lênin, E. Reclus, K. Kautsky.

O grupo liderado por Karl Marx e Friedrich Engels fez eco às virtudes da cidade em relação ao campo e não se preocupam em discutir o conceito de espaço rural. O próprio Marx, por exemplo, ao afirmar que a relação dialética central de toda a divisão social do trabalho e da evolução econômica da sociedade humana estaria na separação cidade-campo, dá forte ênfase à temporalidade em detrimento à espacialidade. Para ele, diante de sua necessidade de defender uma tese, não era importante a existência de áreas de florestas ou qualquer outra forma de ocupação não-agrária do solo “rural”.

A despreocupação em definir espaço rural não impediu Marx e Engels de se dedicarem à análise das diferenças entre a cidade e o campo. Eles interpretaram o desenvolvimento do capitalismo a partir de uma sujeição simultânea:

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. (MARX; ENGELS, 1986).

Na obra “A ideologia alemã”, K. Marx e F. Engels discutem como a vida rural baseia-se numa subserviência à natureza. Eles vêem essa

subserviência como uma forma primitiva de sociedade, porque seria um modo não civilizado de produção. A vida rural não é outro modo de produção do capitalismo, mas, na verdade, é uma fase anterior em seu desenvolvimento. Para eles, o rural é organizado pela relação entre as pessoas e a natureza e do trabalho do fazendeiro para o produto final. Nessa fase do modo de produção, os homens não têm conseguido conquistar as possibilidades produtivas inerentes ao seu trabalho. O conhecimento vulgar dos homens comuns é suficiente e adequado às demandas de sua vida (BONNER, 1998).

Assim sendo:

(...) a oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, do provincianismo à nação, e persiste através de toda a história da civilização até aos nossos dias. (MARX, 1987, p.20).

Quer dizer, a tensão entre cidade e campo é um exemplo da ascensão de uma civilização, assim como o desenvolvimento de uma nação ou Estado. A existência da cidade requer a habilidade para se pensar independentemente da natureza, e libera o trabalho e o modo de produção da subserviência da terra.

Marx e Engels (1986) afirmam que durante a Idade Média o sistema feudal amarrou as pessoas umas às outras, de maneira hierárquica e patriarcal, o que impediu maiores possibilidades produtivas inerentes à ação humana. A vida rural induziria à idiotice porque a nascente vitalidade produtiva inerente a toda organização social normalmente é subjugada pela ideologia de uma deferência à tradição, tornando antitético quaisquer novas possibilidades materiais e produtivas. Infere-se então, que a vida rural é idiota e monótona porque repete eternamente os padrões sociais de gerações anteriores, debaixo do disfarce de uma ideologia feudal que legitima o patriarcalismo, a hierarquia e a dominação das pessoas. Marx e Engels (1986) interpretaram a diferença campo/cidade dentro de um arcabouço que

exalta o desenvolvimento de uma sociedade (nesse caso capitalista, mas eventualmente, comunista) que libertaria as forças produtivas, inerentes às relações entre o homem e o mundo.

O que para muitos moradores de cidade parece ser a vida fácil dos moradores do rural é, para Marx, uma lassidão construída socialmente pela sociedade rural que exclui o novo (o empreendedor, o começo de algo novo) de seu meio. (BONNER, 1998, p.169).

Essa visão questiona – ainda de acordo com Bonner (1998) – a suficiência do empirismo e do positivismo para o entendimento da diversidade do rural. Marx proporciona assim um novo paradigma ao problematizar a alto-compreensão do ator rural como sendo a verdadeira e melhor forma de entendimento da sua condição. A alto-compreensão do ator rural, nesse caso, muito provavelmente refletirá numa falsa consciência.

Bonner (1998) garante que se for realizada uma leitura atenta da frase “embrutecimento da vida rural” – que faz parte do “manifesto comunista” –, ela pode mostrar que a idéia de “embrutecimento rural” ajusta-se bem com o desenvolvimento do marxismo global. Para Marx e Engels (1986), uma experiência completamente atenta do rural é uma experiência de privação.

A zona rural é formulada em termos de uma falta (de civilização, Estado, nação). São conhecidas as qualidades que o ser humano poderia ter, mas não tem: liberdade, riqueza, o poder geral, o abstrato, o universal. Como seria inimaginável não querer isso? Quem não gostaria de ter liberdade, desenvolver seu potencial humano e ser civilizado. (MARX; ENGELS, 1998).

A falta de compromisso com o desenvolvimento da sociedade só pode ser vista como um embrutecimento. Assim, a concepção marxista de rural denotaria uma imagem de regressão.

Vida rural, de acordo com a formulação marxista, é uma representação empírica, mas não uma possibilidade analítica. Entretanto, embora seja uma possibilidade empírica, não é completamente experienciada (por causa de, por exemplo, uma falsa consciência) ou é experienciada como uma regressão (devido à sua condição de, por exemplo, exílio). O rural significa estar preso em uma situação de privação, ou não se perceber que é privação. Em qualquer dos casos não há uma opção. Então, rural implica numa cegueira ou numa indiferença ao indivíduo e ao coletivo. Deve-se resistir às suas reivindicações porque ele só existe por causa da imposição (opressão) ou ignorância (embrutecimento). (MARX; ENGELS, 1986).

Marx e Engels (1986) ressaltam que, pouco antes da disseminação do capitalismo urbano-industrial pelo mundo, originou-se um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida. A dicotomia entre rural e urbano procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham na Europa do século XVII e não a um corte geográfico propriamente dito. A partir disso, o urbano passa a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas, e o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente.

Ainda dentro dessa mesma base analítica, os pensadores anarquistas continuaram a tratar o espaço rural como sinônimo de espaço agrícola. Isso pode ser verificado nos escritos do geógrafo francês, Élisée Reclus (1985). Ele foi contemporâneo de um período histórico onde o evolucionismo, o positivismo e o neocolonialismo, estavam na ordem do dia e as ciências sociais eram fortemente influenciadas por esse novo arcabouço. Reclus possuía uma especificidade em relação aos outros geógrafos contemporâneos: sua formação. Nascido na cidade francesa de Sainte-Foy-la-Grande foi, aos 13 anos (e depois aos 19), estudar na Alemanha onde se tornou- aluno de Carl Ritter. Essa dupla gênese: francesa de origem e germânica por



formação acadêmica, aparentemente influenciou seu pensamento, já que não se assenta claramente em nenhuma das tradicionais escolas geográficas então praticadas naqueles países. Apesar de insistir na influência do meio sobre o homem, não é difícil perceber sua orientação por uma *geografia social*, o que lhe outorgou um lugar na história do pensamento geográfico como pertencente à corrente humanista possibilista. Sua formação intelectual foi fortemente influenciada por um acontecimento inusitado. No momento que retorna à sua cidade natal, após um primeiro período na Alemanha, tanto Reclus quanto seu irmão, Elie, manteve contato com um comerciante e ex-operário parisiense que os teriam influenciado pelo resto de suas vidas, tanto na crença republicana quanto no ideário anarquista. (AMORIM FILHO, 1988).

Élisée Reclus rejeita o determinismo tão em voga à sua época, e sua obra também é uma negação do cientificismo cego. Ele elabora uma teoria onde afiança que o “homem é o criador de sua história e de seu meio ambiente”. Duarte (1992). Seu pensamento, claramente influenciado pelo evolucionismo, considera que a história é a fornecedora dos exemplos necessários para a evolução do homem. Seria “a luta de classes, a procura do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo” as três leis a nos revelar o estudo do indivíduo. Reclus (1985). Essa tríade seria revelada pela geografia social, procurando estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado. (ANDRADE, 1998).

Reclus via o espaço como sendo formado por fenômenos exteriores acrescidos pelo tempo e suas constantes mutações, isto é, um espaço impregnado de história. Entende que espaço é o somatório da paisagem mais a vida, e dá à história e aos elementos da paisagem uma importância fundamental na sua formação. Para ele, o homem sofre influência do meio e do tempo, não havendo como alijar-se dessas premissas, pois “cada um de nós é, na realidade, um resumo de tudo aquilo que viu, ouviu, viveu, de tudo aquilo que pôde assimilar pelas sensações”. (RECLUS, 1985, p.189).

Nesse sentido, é a cultura que leva à apropriação do espaço, isso ocorre mesmo antes do advento da agricultura. Como exemplo, Reclus cita o fato de que caçadores, pescadores e pastores nômades nada teriam deixado como sinal de sua passagem pela terra se não fosse o aprendizado de plantar, essa sim, uma obra de transformação da natureza. As forças da natureza, historicamente agindo, influenciam o espaço. Mas essas forças variam de “lugar para lugar, de época para época”, sendo impossível classificá-las. (RECLUS, 1985).

Às forças da natureza é necessário empregar o tempo, visto que o “tempo modifica continuamente o espaço” e essas mudanças são mais ou menos fortes, de acordo com o suceder dos acontecimentos. Assim, uma barreira geográfica pode deixar de ser um empecilho à sua transposição, tanto em função da técnica que surge, quanto de fenômenos naturais que a arrefecem. (RECLUS, 1985).

A exploração do espaço rural (ou do campo) pela agricultura estava, na visão de Reclus, mais para uma “pilhagem” do que para algo “seriamente” cultivado. Os camponeses, “mesmo sem os recursos da moderna indústria, são capazes de trabalhos que se destacam na ocupação dos solos para a agricultura”. Esse camponês estaria em “vias de desaparecimento” devido às mudanças no modo de produção da terra cada vez carecendo de mais tecnologia, fazendo-os mais parecidos com os operários que necessitavam vender sua força de trabalho. Da mesma forma, “o senhor da terra” tenderia a se parecer cada vez mais com o “senhor da indústria”. (RECLUS, 1985).

Élisée Reclus via também um problema que, segundo ele, “assombra e domina a civilização”: A infinitude da propriedade sobrepondo-se ao poder de reis e imperadores, sendo “o dólar o senhor dos senhores”. Para ele a “reclamação dos trabalhadores por terra é a questão magna para o futuro imediato do Brasil” e o modelo de civilização europeu e norte-americano é o de dominar o mundo pelo lucro: “seu poder aumenta na proporção exata do seu haver” e conclui pelo absurdo que é a condição de vida do agricultor, abaixo de

qualquer padrão mínimo indispensável a qualquer ser humano. (RECLUS, 1985).

Para o autor, as cidades seriam o resultado dessa degeneração, onde os camponeses são obrigados a se instalarem em função das ações dos proprietários. Ele também se mostra impressionado pela “obsessão aparentemente inexplicável” de muitos que abandonam lugares “visivelmente confortáveis” para se dirigirem às cidades e concluí que “quando as cidades crescem, a humanidade progride; quando elas diminuem, o corpo social, ameaçado, regride para a barbárie”.

Por fim, Reclus chama a atenção sobre um fenômeno importante para as atuais discussões sobre espaço rural: o movimento de refluxo populacional. Essa oscilação se daria devido aos altos preços do aluguel que já estariam naturalmente levando a população a ocupar as periferias. Ele faz uma crítica ao planejamento urbano que, ao não consultar os cidadãos que serão seus usuários, cria as “cidades fictícias, construídas, segundo um modelo banal e testemunhando sempre, por qualquer lado, a insolência faustosa dos construtores” (RECLUS, 1985). Neste caso, o espaço urbano seria uma criação singular, sem uma necessária construção participativa, visto que o ideal moderno de cidade seria:

(...) a conciliação das vantagens da vida rural e da vida urbana, uma oferecendo o ar, a paisagem, a solidão deliciosa, e a outra, a facilidade de comunicação, de distribuição de energia, luz e água por meio de redes subterrâneas<sup>6</sup>. (RECLUS *apud* HIERNAUX-NICOLÁS, 1999, p. 105).

Grande amigo de Reclus, outro pensador anarquista que contribuiu com importantes trabalhos foi Piotr Kropotkin, o qual ficou conhecido pela notável militância política. Esse geógrafo de origem

---

<sup>6</sup> Original: la conciliación de las ventajas de la vida rural y de la vida urbana; una aportando el aire, el paisaje, la soledad deliciosa; la otra, la facilidad de la comunicación, la distribución de la energía, de luz y agua por redes subterráneas.

nobre russa deixou uma obra mais voltada para seus ideais revolucionários que para a construção de um pensamento geográfico sistematizado. No entanto, é possível encontrar dentro de seus textos a marca do geógrafo (especialmente da geografia que se fazia à época), sempre ligando países à sua localização, descrevendo-os e comparando-os com outros países do mundo (sobretudo da Europa). Na verdade, Kropotkin fez um caminho digno, começou geógrafo e terminou revolucionário.

(...) após ter estudado uma profissão ou uma Ciência durante vários anos — à custa da sociedade, observe bem —, não é para fazer dela um instrumento de exploração. (KROPOTKIN, 1987).

Kropotkin nasceu em Moscou, numa família nobre e tradicional – os Príncipes de Smolensk –, descendentes de um príncipe de Kiev na Idade Média. Entrou para o exército russo czariano e passou um período na Sibéria realizando explorações de grande importância para a geografia da região. Desligou-se do exército, tornou-se geógrafo e mais tarde abandonou a ciência para tornar-se um revolucionário anarquista, tendo ingressado na Internacional em 1872. Um dos aspectos mais interessantes de seu pensamento político foi a idéia do federalismo que constantemente retoma em seus escritos, num dos temas basilares de sua ideologia. Ele defendia um federalismo que ia além de uma proposta por autonomia etnográfica.

(...) uma época em que cada componente da federação passará a constituir sua própria federação, uma federação livre com comunidades rurais e cidades livres, e acredito também que a Europa Ocidental também irá evoluir neste sentido<sup>7</sup>. (KROPOTKIN et al *apud* BERNERI, 2005).

---

<sup>7</sup> (...) a time when each component of the federation will itself be a federation, a free federation of rural communes and free cities, and I believe too that Western Europe will also move in this direction(KROPOTKIN et al. *apud* BERNERI, 2005).

Kropotkin critica o neocolonialismo europeu minimizando a necessidade do “espaço vital”. Segundo ele, os países, as cidades ou as regiões menos dependentes, com agricultura e indústria desenvolvidas, seriam mais capacitados a resistirem quando a revolução ali eclodisse, visto não serem tão dependentes do estrangeiro. Bastaria combinar a produção agrícola com a produção industrial, privando-se da produção de luxo e preparando-se para inovações nos campos, onde os revoltosos não fossem auto-suficientes.

Quanto às relações urbano-rurais, Kropotkin, juntamente com um grupo de “utopistas” que incluía Ebenezer Howard, Lewis Mumford, Frank Lloyd Wright e Mao Tze Tung, não aceitavam que a base da separação entre os dois espaços seriam suas relações com a natureza. Esses reformadores e revolucionários (Friedmann alcunha de “utopistas”) tinham visões de uma cidade no campo. Neste caso, o campo se confundiria com as cidades numa espécie de intertexto onde a diferenciação de áreas perderia relevância. (FRIEDMANN 1976).

As primeiras observações marxistas em face da dialética rural-urbana, Kropotkin, no final do século XIX, responderia com uma proposta de equilíbrio ecológico: “manter<sup>8</sup> as fábricas e as oficinas em torno de hortas e plantações, e trabalhar em umas e outras alternadamente”. Kropotkin. (1972). Proposta essa que seria assumida pelos “ordenadores rurais” dos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, e que hoje se materializa, dentro do atual sistema capitalista, como *part day farmer*. (BAIGORRI, 1995)

Kropotkin e Reclus puderam, no âmbito da geografia, captar a luta de classes, a ação política camponesa e o significado da apropriação privada da terra no período em que viveram. A abordagem dialética de ambos permitiu que percebessem a contradição e o conflito como marcas da sociedade. (BOMBARDI, 2007, p. 321).

---

<sup>8</sup> Tened las fábricas y los talleres cerca de las huertas y tierras de labor, y trabajad en unas y otras alternativamente. (KROPOTKIN, 1972).

Mas, assim como eles, Karl Kautsky e Vladimir Lênin também viam o espaço rural como sinônimo de agrário. Tinham, porém, divergências quanto à modernização da agricultura. Enquanto para Lênin a modernização capitalista na agricultura favoreceria apenas os grandes produtores, Kautsky não via o camponês como uma vítima da modernização tecnológica, porque eles seriam capazes de se adaptar a nova realidade através da execução de tarefas temporárias e acessórias à atividade agrícola. (SCHNEIDER, 1997, p.248).

Para ambos, o camponês seria o ator principal da revolução (os camponeses representavam aproximadamente 80% da população russa à época da revolução de 1917). Eles estavam no centro da discussão em função de sua ambigüidade, visto que eram, a um só tempo, proletários e possuidores dos meios de produção.

Havia nos escritos de Lênin e Kautsky a convicção de que o campesinato estava fadado ao desaparecimento. Isso fica explícito em duas de suas principais obras: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* Lênin e *A questão agrária* Kautsky (1972).

Fortemente ligado à social democracia alemã, Kautsky tinha consciência de que as formas de produção capitalistas também avançavam no campo e entendia o mundo camponês como sendo “algo peculiar e irreduzível aos esquemas da clássica descrição socialista da economia moderna”. O processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo seria comandado pela dinâmica do progresso tecnológico, que acabaria por transformá-la em um ramo da indústria ou em um “servo do capital industrial”, não eliminando, necessariamente, as pequenas propriedades, mas transformando-as em formas de trabalho acessório. (KAUTSKY, 1972).

Para exemplificar essa afirmação, Kautsky usa o caso da empresa Nestlé em Vervey, cujos camponeses ainda mantinham a propriedade formal da terra, porém não eram mais agricultores livres, pois estavam a serviço do capital industrial. A pouca disponibilidade de

terra e as dificuldades de modernização tecnológica restringem a capacidade concorrencial dos camponeses e reduzem sua renda em níveis que obrigam essas pequenas unidades a buscarem uma atividade complementar ou, então, a abandonarem definitivamente o campo. Esses camponeses seriam, ao mesmo tempo, comparsa e vítimas do mercado de produção mercantil, devido muito mais ao seu próprio conservadorismo que a seu apego a terra. (KAUTSKY 1972).

Não obstante, Kautsky acreditava que falar em propriedade comum das terras seria loucura, já que o camponês seria individualista e, para que ele abraça a causa social-democrata (ou ao menos fique neutro) faz-se necessário centralizar no que lhe causa mais descontentamento (as crises econômicas e os impostos). Kautsky afirmava, ainda, que o partido não poderia assumir a defesa dos camponeses e que os camponeses proprietários que não se sentissem, portanto, proletários, pertenceriam ao grupo dos adversários mais perigosos da revolução proletária. (KOLMING *et al.* 2005).

Já prevendo a inserção do capitalismo na agricultura e sua produção sendo regida pela dinâmica industrial, Kautsky acreditava que as necessidades da grande indústria agrícola são mais bem atendidas pela grande exploração agrícola. Assim, com a integração indústria-agricultura, o camponês se deixaria envolver pelo sistema tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado, deixando de ser ator principal da produção. Nesse sentido, Schneider assegura que até hoje muitos autores corroboram com a idéia de que a agricultura dos países capitalistas avançados não passa de um setor da indústria.

As funções históricas da produção agrícola, como fornecimento de matérias-primas e força de trabalho, a produção de alimentos para os trabalhadores urbanos e a constituição de um mercado de consumo para os bens de origem industrial, teriam sido subvertidas pela conversão da própria agricultura em um 'ramo da indústria', operando sob um único padrão de produção. Desse modo (...) a estrutura agrária tende a consolidar um modelo dual (também chamado de bimodalismo): de um lado, persistirá uma diversidade de formas familiares de

produção e, de outro, como pólo hegemônico, se consolidará a industrialização e a mercantilização da agricultura. (SCHNEIDER, 2000).

Porém não se pode esquecer que Kautsk tinha duvidas sobre o futuro da agricultura.

(...) até agora, que eu saiba não se pôde estabelecer com alguma certeza nem qual é a tendência evolutiva da agricultura nem qual é a forma de exploração mais elevada nem mesmo se há uma forma superior de exploração na produção agrária. (KAUTSKI, 1972).

Para Lênin, cujas primeiras obras foram influenciadas pelo próprio Kautsky, enxergava duas vias de transformação agrária - a revolucionária e a de adaptações reformistas. Para ele, as transformações sociais não surgem espontaneamente no meio rural, precisando ser introduzidas por grupos politizados e, para isso, defendia uma aliança operário-camponesa. Apreendia, ainda, que a dinâmica intercamponesa de aprofundamento das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classes constituíam-se no ponto central da transformação capitalista. Ao contrário do que imaginava uma ala do populismo russo, Lênin confiava que a “homogeneidade e a estabilidade da sociedade camponesa” não frustrariam o desenvolvimento capitalista. (SHANIN, 1980).

Um dos pontos centrais do pensamento de Lênin está claro quando ele demonstra, fundamentado nas estatísticas da época, de que estaria acontecendo uma distinção do campesinato russo que seguia direções opostas. Segundo ele, apenas 30% dos antigos camponeses ainda poderiam ser considerados como tal, enquanto que 20% já pertenceriam a uma burguesia rural e 50% ao proletariado. Salienta-se, no entanto, que Lênin, uma vez tendo assumido o governo, foi sensível à questão camponesa e passou a ver o campesinato como aliado. Contudo, é no período de Stálin que se deu a violenta socialização das



terras na Rússia e o campesinato passou a ser considerado inimigo da revolução.

Por outro lado, diferentemente de Lênin e Kautsky, que trabalhavam com a idéia de diferenciação de classes, Chayanov deduz que existe uma dinâmica particular da diferenciação do mundo rural: é a chamada diferenciação demográfica. Ele parte do entendimento de que o camponês possui um *modus operandi* à revelia do capitalismo. Isso se deve ao fato de que suas unidades básicas são constituídas por famílias proprietárias do solo e o fruto de sua produção é destinado, necessariamente, à reprodução dessa família, sendo comercializada apenas pequena parte da produção para fazer face às taxas, aos impostos e às demandas por alguns bens manufaturados. Dessa forma, a unidade elementar campesina seria a um só tempo, a unidade de produção e de consumo, sendo as trocas mercantis apenas marginais. Para Chayanov há um equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as dificuldades do trabalho que será afetado pelo tamanho da família e da terra. O problema seria que o tamanho da família tenderia a crescer de forma inversamente proporcional à terra que é repartida por herança. (CHAYANOV, 1974)

No pensamento Chayanoviano, o camponês não poderia ser entendido como um empresário capitalista, já que não objetivava a maximização do lucro ou a acumulação do capital, mas sim viver na terra dentro de uma forma de organização que possibilitasse a sobrevivência e a reprodução da família. Nota-se, entretanto, que até esse momento a visão marxista pouco se ocupava da conceituação de espaço rural. O que importava eram seus atores (camponeses latifundiários etc.).

Entretanto, se Kautsky, Lênin e Chayanov evidenciam o espaço rural e a diferença campo-cidade em termos de uma coletividade comprometida em realizar uma espécie de liberação humana, Ferdinand Tönnies – sociólogo que foi influenciado por Marx e influenciador de Weber –, por intermédio do termo *Gemeinschaft* (comunidade) e

*Gesellschaft* (associação), reformula a diferença em termos de sua dicotomia e de seu antagonismo. (BONNER, 1998)

A visão nostálgica de um rural tradicional presente na obra de Tönnies constitui-se numa clara exceção frente às tendências “urbano-modernizantes” do pensamento dominante dos teóricos da sociologia europeia em seu tempo. Seus trabalhos serviriam, posteriormente, de base para uma das primeiras contribuições significativas à teoria de continuum rural/urbano. Ele enxerga duas formas de relações sociais: aquelas motivadas por uma vontade natural e gregária, chamadas de *Gemeinschaft*, e outras movidas por interesses individuais, as *Gesellschaft*. (LEMOS, 2002).

A *Gemeinschaft* se estabelece como relações mantidas entre os membros da família e amigos, visando à sobrevivência do grupo, características dos moradores do campo do século XVIII. Já, a *Gesellschaft* surge com a nova sociedade egressa da Revolução Industrial, onde as relações sociais objetivam-se e racionalizam-se. Para ele, as vontades humanas são de dois tipos: a essencial – a tendência básica, instintiva, orgânica, que dirige por trás a atividade humana – e a arbitrária – forma deliberada, proposital, de desejo, que determina a atividade humana em relação ao futuro. Essas duas vontades formariam, respectivamente, a *Gemeinschaft*, referente à comunidade, ao grupo comunal e a *Gesellschaft*, a sociedade ou associação.

Com Tönnies não foi encontrado nem o evolucionismo (Darwin) nem o revolucionarismo Tönnies (Marx) se desenvolvendo, mas dois sistemas sociais antagônicos baseados nitidamente em modos opostos de vida. Como exemplo, ele lembra que as relações de comunidade típicas de grupos de caçadores/coletores e hordas (grupos relativamente pequenos e pré-industriais) baseavam-se na coesão nascida do parentesco, das práticas herdadas dos antepassados e dos fortes sentimentos religiosos que uniam o grupo. No entanto, as relações de sociedade são típicas de grupos que vivem vida urbana

desenvolvida, organizam-se em Estados e possuem uma complexa divisão do trabalho. (BONNER, 1998).

A cidade, em virtude da primazia dada ao comércio, encoraja relações de *Gesellschaft*; o campo, em virtude da primazia dada à família e à tradição, dá origem a relações de *Gemeinschaft*. A sociedade representa agrupamentos sociais característicos do urbanismo, das relações econômicas e de poder na cidade moderna, enquanto a comunidade representaria o estilo idílico e tranqüilo do campo, com as relações familiares e de proximidade. Para Tönnies, a cidade não é um exemplo do avanço da divisão do trabalho como pensado por Marx, mas o exemplo de uma comunidade onde o social e o natural são mantidos em equilíbrio.

Contemporâneo de Tönnies, Max Weber estudou a conexão entre modernidade, capitalismo e urbanização. Na obra *Capitalism and rural society in Germany*, foi o primeiro dos sociólogos clássicos a reconhecer a diferença entre a sociedade camponesa europeia e a americana e, na seqüência, o primeiro a admitir o desaparecimento da relevância sociológica da distinção campo-cidade. Ao contrário dos fatos urbanos, que tenderiam a certa universalização, os fatos rurais direcionariam sempre para uma certa especificidade local. (VELHO, 1982).

Tönnies foi um dos influenciadores de Max Weber que, já em seu tempo, falava do fim do rural ou, ao menos, do fim da diferenciação rural/urbana. Ele pregava que o crescimento do Estado-nação, o desenvolvimento do capitalismo como uma ordem internacional, e a racionalização burocrática cada vez mais presente na vida social de todos significava que a distinção entre urbano e rural estaria gradualmente desaparecendo nas diferentes comunidades. Entendia também que uma sociedade rural separada da comunidade urbana não existia mais em uma grande parte do “mundo civilizado” de sua época. Isso era particularmente verdadeiro nos Estados Unidos porque o *American farmer* era, na verdade, um empresário como qualquer outro

e não um agricultor que buscava preservar suas tradições. Essa situação era diferente na Europa e, em particular, na Alemanha, onde o poder da tradição permanecia forte entre os agricultores.

Falando sobre o fato de as então recém surgidas “Cidades Industriais” serem o lugar para onde as pessoas estavam indo viver, Weber (que para muitos, foi o precursor do conceito de “agricultura familiar”) compreendia isso como uma espécie de declínio das características fundamentais dessas pessoas. Isso porque, na sua visão, os moradores da cidade são mais propensos a adquirir suas identidades devido às forças sociais mais gerais como grupo: ocupação, status, convicção religiosa e, de forma similar, ele considera que a significação sociológica de uma sociedade rural sofre um falseamento quanto à sua habilidade em sustentar uma cultura alternativa a um capitalismo “típico” da cidade.

Para exemplificar, Weber lança mão da região ocidental dos Estados Unidos, onde acredita que a sociedade rural não existe, já que não haveria nenhuma diferença social significativa entre o fazendeiro e o homem de negócios, ou entre o trabalhador rural e o proletariado. Nesse sentido, a existência de agricultores, cidades e aldeias não conduz necessariamente a um modo distinto de vida que desafie o *éthos* capitalista de vida urbana moderna.

A cidade weberiana deve ser entendida como um estabelecimento e, de forma nenhuma, deve ser tomada quantitativamente, fato esse que nunca poderia ser um critério para o estabelecimento de uma tipologia. Ela seria detentora de autonomia política, seria o local do mercado de maior tamanho, em torno do qual a vida de seus habitantes gira, e teria como função primaz constituir-se em elemento decisivo do processo de racionalização vivido pelo ocidente. (DOMINGUES, 2000; SANT’ANNA, 2003).

Ainda no século XIX, e em certa medida mantendo concordância com o pensamento de Marx sobre o conceito de rural (barbárie) e o de cidade (civilização), estão Herbert Spencer e Émile Durkheim. Eles

fizeram parte de um grupo que ficou conhecido como “positivistas”, visto que tinham *latu sensu*, com o objetivo de dar ao conhecimento humano um caráter científico, visando à obtenção de resultados claros e totalmente corretos.

O próprio Herbert Spencer (1820-1903) foi um dos primeiros a colocar em pauta a discussão a respeito da diferenciação campo/cidade. Pensador positivista, criador do conceito de “evolucionismo social”<sup>9</sup>, Spencer dizia que os elementos essenciais à vida passam por transformações devido ao remanejamento da matéria e do movimento, provocando mudanças que operavam em um *continuum* do menos ao mais complexo, através de diferentes estágios num processo universal que abarca tanto os organismos quanto as sociedades. (CHAVES, 2003).

A teoria da evolução de Spencer precedeu, para muitos, a do próprio Darwin, mas logo foi ensombrada por causa da ausência de uma verdadeira teoria da seleção natural – embora tenha sido Spencer, e não Darwin, que popularizou o termo “evolução” e cunhou a frase “sobrevivência do mais forte”. Ainda que não seja tão influente em biologia, a extensão da teoria da evolução passa a ser importante na psicologia e na sociologia.

A lei geral que se descobre na evolução do organismo social também aparece, com a mesma evidência, na evolução dos produtos do pensamento e da atividade dos homens, — sejam concretos ou abstratos, sejam reais ou ideais. (SPENCER, 1939, p. 36).

Spencer qualificou a sociedade industrial como mais evoluída ou civilizada por causa de sua estrutura organizacional e da sua forma de divisão do trabalho, enquanto que as demais sociedades, por exemplo,

---

<sup>9</sup> Trouxe do conceito darwinista para o mundo cultural. Criou o modelo das tipologias e dos sistemas classificatórios, implementando a noção de diferenças entre os povos e as sociedades. Seu "darwinismo social" foi particularmente influente dentre os economistas evolucionários, tais como Thorstein Veblen, William Graham Sumner, Simon e Nelson Patten.

a rural, eram mais homogêneas e primitivas, visto que seus membros eram incompetentes para modificar de forma artificial seu modo de vida.

Como se observa nas tribos bárbaras atuais, a sociedade, nas suas formas primitivas e inferiores, é um agregado homogêneo de indivíduos que têm o mesmo poder e exercem idênticas funções: a única diferença observada nestas últimas é a que acompanha a diferença de sexos. (...). A transformação duma sociedade homogênea noutra heterogênea é, sem dúvida, consequência do princípio enunciado, segundo o qual nascem muitos efeitos duma só causa. (SPENCER, 1939, p. 30).

Já, E. Durkheim (2003) acreditava numa oposição entre o mundo agrário e as cidades. Para ele a humanidade evolui de acordo com o ambiente e há uma nítida oposição entre o mundo rural (campo) e as cidades. De um lado, estaria o rural caracterizado pela tradição, resistente às mudanças e cioso de seu passado; enquanto que as cidades seriam focos do progresso e das novas idéias. As migrações e a urbanização contribuiriam fortemente para a diminuição da importância do rural numa sociedade moderna.

Segundo Durkheim, quando dentro de um grupo existe um espaço relativamente pequeno para diferenças individuais existirá uma pequena diferenciação individual e uma forte cobrança por adesão e uniformidade social. O grupo pode ser formado em torno de uma família, religião, tradição ou costumes, permanecendo em geral com uma pequena divisão do trabalho social, por exemplo, as sociedades pré-capitalistas na Europa rural da Idade Média. Nesta, a solidariedade social é forte, a consciência coletiva exerce todo seu poder de coerção sobre os indivíduos e o que mantém o grupo unido é a homogeneidade. Já, numa sociedade orgânica (sociedade capitalista) através da acelerada divisão do trabalho, os indivíduos se tornam interdependentes. Essa interdependência garante a união social, em lugar dos costumes, das tradições e/ou das relações sociais estreitas.

De um lado, estaria o rural caracterizado pela tradição, resistente às mudanças e cioso de seu passado; de outro lado, as cidades seriam focos do progresso e das novas idéias. As migrações e a urbanização contribuiriam fortemente para a diminuição da importância do rural numa sociedade moderna. (DURKHEIM, 2003).

## **2.2 - O rural e o urbano no limiar do século XX**

*Deus fez o campo, e o homem a cidade.  
(William Cowper – 1731-1800)*

No século XX, as críticas ao pensamento marxista e ao pensamento positivista começam a intensificar, gerando redirecionamentos e/ou reordenações.

Por exemplo, em 1929, juntamente com Lucien Febvre, Marc Bloch funda a revista *Annales d'Histoire économique et sociale* que lhe permite ser um dos líderes de uma revolução epistemológica a qual representaria um dos fatos marcantes do século XX. Este movimento também deu origem à escola francesa contemporânea das ciências humanas. Bloch (1931) fez das plantas parcelares francesas sua base para os estudos que resultaram em seu *Lés Caracteres originaux de l'histoire rurale française*. Nesta obra, Bloch desenha uma história totalizante das relações entre a terra e os homens: formação da propriedade, formas e evolução da ocupação dos solos, modos de vida, os grupos sociais. Emprega, para isso, uma síntese da história rural, a qual faz sempre referência.

Desde<sup>10</sup> a metade do século XIX, na Alemanha, depois na Inglaterra, a história rural se afirmou como uma disciplina

---

<sup>10</sup> Depuis le milieu du XIXe siècle, en Allemagne puis en Angleterre, l'histoire rurale s'est affirmée comme une discipline originale. En France, il faut attendre Marc Bloch, et ses *Caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931), pour qu'un ouvrage fondamental soit enfin consacré à l'histoire de nos structures agraires. ... Pour la première fois, un historien a su réunir les apports de l'archéologie, de la linguistique, de l'histoire et de la

original. Na França, é necessário esperar Marc Bloch e seus personagens originais da história rural francesa (1931) para que uma obra fundamental seja enfim consagrada à história de nossas estruturas agrárias. ... Pela primeira vez, um historiador soube reunir a colaborações da arqueologia, da lingüística, da história e da geografia para construir uma série de hipóteses gerais e orientar pesquisas novas. Ele descreve uma França repartida em três grandes tipos de paisagens rurais e de civilizações agrárias: a open field ao norte do Loire, o tipo meridional ao sul, o bocage a oeste; e ele mostra que esta tripartição fundamental se manteve até nossos dias. (TOUBERT, 1988)

Ao escrever sua história, Bloch baseia-se no estudo das plantas parcelares francesas:

Documentos históricos, essas plantas, obra miúda dos senhores debruçados sobre suas rendas ou de administrações excessivamente zelosas com os direitos do fisco? Documentos vivos, essas mornas folhas em que o olhar inexperiente não percebe senão uma porção de tracinhos, rasgando o papel em todos os sentidos? (BLOCH, 2001, p. 37).

Para Bloch, a definição de rural está intimamente ligada às técnicas agrícolas, tal como se verifica em:

O estudo do instrumento de trabalho e de suas formas diversas se coloca naturalmente no coração de toda história séria da técnica agrícola. Na França, zona de contato entre as civilizações rurais muito diversamente organizadas e armadas, constata-se a oposição entre o arado, sem rodas, e a charrua, montada sobre jogo dianteiro. Esta adaptação de rodas ao solo, de importância considerável, foi realizada pelos habitantes das grandes estepes lamacentas ao norte dos Alpes e do Maciço Central. Há outros problemas relacionados à relha e à aiveca do arado, o uso do esteio ou da madeira, a forma do cabo. A aiveca côncava apareceu na Europa

---

géographie pour construire une série d'hypothèses générales et orienter des recherches nouvelles. Il décrit une France répartie en trois grands types de paysages ruraux et de civilisations agraires : l'open field au nord de la Loire, le type méridional au sud, le bocage à l'ouest ; et il montre cette tripartition fondamentale s'est maintenue jusqu'à nous. (TOUBERT, 1988)



no século XVIII; ela já existia no Extremo Oriente, mas toda coincidência não é imitação. A charrua, cavando melhor, mas dura de arrastar, colocava problemas de atrelagem e problemas sociais, as grandes atrelagens não podendo frequentemente ser realizadas a não pelo auxílio mútuo de vários possuidores. É-se assim levado a se perguntar se aperfeiçoamentos como o jogo dianteiro de rodas ou a aiveca eram possíveis fora das comunidades animadas de um sólido espírito coletivo e criadoras de terras cujo terreno permitia o agrupamento dos esforços – sem que seja lícito, aliás, dizer com exatidão em que medida o progresso técnico foi, nos diferentes casos, resultado ou causa. A charrua acentuou a oposição entre lavradores, com gado importante, e operários. A técnica está sempre ligada às realidades sociais mais profundas. O mesmo ocorreu com os instrumentos de colheita: assim, lá onde os colmos voltavam à coletividade, esta abolia a foice que corta muito mais baixo<sup>11</sup>. (DAUVERGNE, 1956).

Não há em Bloch (2001) uma significativa discussão da dicotomia rural/urbana, todavia a diferenciação é feita tão somente a partir das atividades desenvolvidas pelo homem.

Na base dos gêneros de vida característicos de nossos campos, as preocupações e os hábitos técnicos sempre ocuparam um lugar preponderante; porque, numa palavra, estudando o camponês, tanto no presente como no passado, não se poderia esquecer – ainda que às vezes o tenhamos feito – que ele é antes de tudo um cultivador. (BLOCH, 2001).

---

<sup>11</sup> L'étude de l'instrument de labour et de ses formes diverses se place naturellement au cœur de toute histoire sérieuse de la technique agricole. En France, zone de contact entre les civilisations rurales très diversement organisées et armées, on constate l'opposition entre l'araire, sans roues, et la charrue, montée sur avant-train. Cette adaptation de roues au sol, d'une importance considérable, fut réalisée par les habitants des grandes steppes limoneuses, au nord des Alpes et du Massif Central. Il y a d'autres problèmes touchant le coutre et le versoir, l'usage du étal ou du bois, la forme du manche. Le versoir concave apparut en Europe au XVIIIe siècle ; il existait déjà en Extrême Orient, mais toute rencontre n'est pas imitation. La charrue, fouillant mieux, mais plus dure à tirer, posait des problèmes d'attelage et des problèmes sociaux, les grands attelages ne pouvant souvent être réalisés que par entraide de plusieurs possesseurs. On est ainsi amené à se demander si des perfectionnements comme l'avant-train à roue, ou le versoir, étaient possibles en dehors de communautés animées d'un solide esprit collectif et créatrices de terroirs dont le terrain permettait le groupement des efforts - sans qu'il soit loisible d'ailleurs de dire avec exactitude dans quelle mesure le progrès technique a été, dans les différents cas, un résultat ou une cause. La charrue accentua l'opposition entre laboureurs, à bétail important, et manouvriers. La technique est toujours liée aux réalités sociales les plus profondes. Il en fut de même pour les instruments de moisson : ainsi, là où les chaumes revenaient à la collectivité, celle-ci proscrivait la faux qui tranche beaucoup plus bas. (DAUVERGNE, 1956).

Seu “rural”, assim como o pensamento predominante ao longo do século XIX, é o campo.

A partir das décadas de 1920 e 1930, a sociologia rural norte-americana começa a se destacar nas discussões referentes ao desenvolvimento de conceitos que objetivavam permitir um melhor entendimento das questões referentes aos espaços rural e urbano. Sorokin; Zimmerman; Galpin, por exemplo, embora pioneiros em introduzir a perspectiva do *continuum* rural e urbano, afirmavam que “no decorrer do tempo a separação entre a cidade e o campo cresceu e, correspondentemente, as diferenças entre os universos sociais rural e urbanos aumentaram”. Eles asseguram que as diferenças aumentaram tanto qualitativamente quanto quantitativamente, mas advertem para o fato de que as definições de “campo e de cidade” jamais devem se ater apenas a uma característica (tamanho da comunidade, densidade populacional, nomenclatura administrativa, composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes), todavia a uma combinação de múltiplos traços característicos. (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1986)

Considerando que em princípio as comunidades rurais são centros de produção de excedente de seres humanos e as comunidades urbanas os centros de consumo, esses mesmo autores terminam por propor “características diferenciais” do urbano e do rural, características essas que acabaram por se transformar na base de grande parte dos estudos com referência à diferenciação rural/urbana propostos atualmente. São as diferenças ocupacionais, ambientais, tamanho, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, complexidade social, mobilidade social, direção da migração, integração social.

**Quadro 1: Características diferenciais do Urbano e do Rural**

<b>Diferenças</b>	<b>Características</b>
Diferenças ocupacionais	O principal critério para a definição da população ou da sociedade rural é ocupacional: coleta e cultivo de plantas e animais. Através dele a sociedade rural diferencia-se de outras populações, particularmente da urbana, envolvida em atividades ocupacionais diferentes.
Diferenças ambientais	O caráter da ocupação agrícola faz com que os agricultores trabalhem ao ar livre mais do que o fazem os trabalhadores na maioria das ocupações urbanas. Eles estão mais expostos às flutuações das várias condições climáticas. Mais do que isto, eles estão em uma proximidade muito maior e em relação mais direta com a natureza (solo, flora, fauna, água, sol, lua, céu, vento, chuva) do que um urbanita.
Diferenças do tamanho das comunidades	O caráter da atividade agrícola dificultou a concentração dos agricultores em grandes comunidades com muitos milhares de habitantes. Assim, a terceira característica dos aglomerados rurais em contraste com os grupos não-rurais é o tamanho menor dos primeiros em comparação com os últimos.
Diferenças na densidade populacional	A quarta diferença principal entre a comunidade rural e a não-rural, particularmente a comunidade urbana, tem sido a correlação negativa entre a densidade populacional e o caráter rural, e a relação positiva entre a densidade e a urbanidade.

(Cont.) **Quadro1: Características diferenciais do Urbano e do Rural**

<b>Diferenças</b>	<b>Características</b>
Diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações	A quinta diferença permanente entre as comunidades rurais e as urbanas é que a população das comunidades rurais tende a ser mais homogênea em suas características psicossociais do que a população das comunidades urbanas. Por homogeneidade é entendido, em primeiro lugar, similaridade de características psicossociais adquiridas, tais como linguagem, crenças, opiniões, tradições, padrões de comportamento, etc.
Diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social.	A sexta diferença relativamente constante entre os aglomerados sociais urbanos e rurais é que os urbanos são marcados (no mesmo país e no mesmo período) por uma complexidade maior, manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social. A cidade representa um corpo e a estrutura de um aglomerado rural.
Diferenças no sistema de integração social	Uma vez que as comunidades rurais são menos volumosas e menos densamente povoadas e sua população é menos móvel, é de se esperar que o número de pessoas distintas que um agricultor encontra e com quem ele estabelece um contato intencional, longo ou breve, intensivo ou extensivo, e o número de contatos por indivíduo, deva ser muito àquele de um urbanita. Isso significa que a cidade é um universo mais dinâmico do que o campo, não somente pelo fato da população urbana ser mais móvel, mas também pelo fato de que o seu sistema de interação é mais complexo, dinâmico e intensivo do que o sistema de interação da população rural

(Cont.) **Quadro1: Características diferenciais do Urbano e do Rural**

<b>Diferenças</b>	<b>Características</b>
Diferenças na mobilidade social	<p>A diferença relativamente constante entre os aglomerados urbanos e os rurais é que a classe urbana tem sido mais móbil ou dinâmica do que a rural. Mobilidade territorial – A mobilidade territorial maior das populações urbanas comparada com as das rurais se manifesta, primeiramente, no fato de que na média per-capita da população urbana existe um número maior de mudanças de domicilio. Segundo, a quilometragem média per capita percorrida pelos habitantes da cidade, em uma dada unidade de tempo, é maior do que aquela da população rural. Terceiro, a pulsação do influxo e defluxo diário da população daqueles que nascidos na cidade nela permanecem é menor na população total da cidade do que um grupo similar na população total rural. Mobilidade interocupacional comparativa – as populações agricultoras permanecem mais tempo agricultoras ou, em média, mudam de emprego menos freqüentemente do que o grosso da população urbana. Em outras palavras, as populações urbanas são em média menos “enraizadas” na ocupação do que a população ligada à agricultura.</p>
Diferenças na direção da migração	<p>A oitava diferença razoavelmente permanente e constante entre as comunidades urbanas e as rurais é a direção da migração rural-urbana da população. Com exceção dos períodos catastróficos na historia de um país, e desde o aparecimento da diferenciação rural-urbana, as correntes de população indo do campo para a cidade ou das ocupações agrícolas para as predominantemente urbanas foram sempre mais fortes e trouxeram mais população para a cidade do que as correntes migratórias das comunidades urbanas em direção às rurais</p>

Fonte: Adaptado de Sorokin, Zimmerman; Galpin, 1986

Além desses aspectos quantitativos, os autores afirmam que os sistemas de contatos ou interações nas comunidades rurais e urbanas apresentam uma série de diferenças qualitativas. São elas:

1 – a área do sistema de contato de um membro ou da comunidade rural como um todo, é espacialmente mais estreita e limitada do que a área de um membro ou da comunidade urbana como um todo.

2 – as relações face a face ocupam uma proporção menor no sistema de interação total de um indivíduo urbano em comparação com o de um rural.

3 – o sistema de interação de um urbano consiste, na maior parte das vezes, de relações impessoais;

4 – um indivíduo urbano mantém mais relações casuais, superficiais e de curta duração que um indivíduo rural, que tende a manter mais relações permanentes, fortes e duráveis;

5- existe uma maior complexidade, maleabilidade, diferenciação, *padronização* e mecanização nas relações urbanas em relação à rede do sistema de interação de um habitante rural.

Muitas das propostas desses autores servem, atualmente, de base ou são adaptadas, para a realização de estudos sobre a diferenciação. Entretanto, após Sorokin, Zimmerman e Galpin o rural permaneceu, sistematicamente, tratado como sinônimo de campo.

Os adjetivos urbano e rural (...) referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado (MONTE-MOR, 2006, p. 6).

T. Lynn Smith (1946), por exemplo, acreditava que a diferença não era produto de uma característica ou fator único, mas o resultado

de uma quantidade de atributos que se acham intimamente relacionados e integrados uns com os outros. Para ele, as diferenças existentes entre as pessoas do campo e da cidade e entre a sociologia rural e urbana decorrem, sobretudo, da influência do meio social sobre as duas populações. Não haveria, assim, diferenciação para campo e rural. Toda e qualquer distinção seria dada entre campo e cidade ou, no que para ele seria a mesma coisa, entre urbano e rural. Para subsidiar essa diferenciação, Smith, embasado em Sorokin e Zimmerman, afirma que o tamanho, densidade e diferença de ocupação “tão diversos na cidade e no campo” constituem bases inadequadas para diferenciar aglomerações rurais e urbanas. (SMITH, 1946).

O que será mais rural: um centro industrial de 2.000 habitantes ou uma localidade agrícola de 3.000? Uma povoação Mórmon em que residem 5.000 pessoas ou uma cidade mexicana na qual há vinte mil habitantes que se ocupam de agricultura? (SMITH, 1946)

Smith considera que uma distinção adequada entre o rural e o urbano somente poderia ser conseguida graças a uma quantidade de características mutuamente dependentes e funcionalmente associada. Essas características seriam:

**Quadro 2: Distinção entre o rural e o urbano**

<b>Característica</b>	<b>Descrição da característica</b>
Ocupação	“Entre as diferenças que têm sido notadas entre as seções urbana e rural da sociedade, a diferença de ocupação ou profissão parece uma das mais fundamentais. A agricultura e as ocupações de ‘coleta’ são a base da economia rural; o fazendeiro e o camponês são termos quase sinônimos.”
Tamanho da comunidade	“A natureza da ocupação agrícola requer uma área de terreno considerável por pessoa – uma proporção elevada de terra ( <i>land-to-man-rate</i> ) – fato que torna as comunidades numerosas impossíveis e que reduz a densidade demográfica por quilometro quadrado. Em outras palavras, o tamanho da comunidade e a densidade da população dependem diretamente da natureza da ocupação agrícola”.
Densidade da população	“A baixa densidade demográfica é outra característica da sociedade rural imposta pela natureza da ocupação agrícola e aceita freqüentemente como diferença básica entre os modos de vida rurais e urbanos.”
Ambiente	“Graças à espécie da atividade agrícola a que se dedica, o agricultor goza de um meio radicalmente diverso do que dispõe o cidadão. Em primeiro lugar deve se considerar que todos os aspectos da vida rural são condicionados, diretamente, pelo meio físico. As atividades agrícolas se exercem ao ar livre. Portanto ele se acha em contato com a natureza nos seus mais favoráveis aspectos. Mas o camponês está privado dos benefícios do meio social – representado pelo vapor, ar condicionado e pavimentação –que protegem o homem contra as inclemências dos elementos.”



**(Cont.) Quadro 2: Distinção entre o rural e o urbano**

<b>Característica</b>	<b>Descrição da característica</b>
Diferenciação social	“Em primeiro lugar os grupos sociais da cidade são muito mais numerosos e complexos que os do campo. A diferença está relacionada com as diferentes origens das populações rurais e urbanas”.
Diferenciação social	“A cidade, culturalmente falando, é uma Babel de todos os grupos religiosos, políticos, profissionais, educativos e lingüísticos”. “Os distritos rurais são essencialmente homogêneos. A sociedade rural é como que segmentada, não age como uma única entidade. Em vez disso, ela é composta de milhares de pequenas unidades – família, vizinhança, comunidades”.
Estratificação social	“Os princípios de classe e de casta atuam de modo diverso na sociedade rural e urbana. Parece, ao todo, haver quatro diferenças principais entre as pirâmides sociais de ambas as áreas:  (1) o número de classes sociais é menor na sociedade rural;  (2) os extremos da pirâmide social não são tão afastados nas sociedades rurais quanto urbanas;  (3) a pirâmide social rural não sobe tão baixo nem tão alto quanto à pirâmide urbana,  (4) o princípio de casta não é tão rígido nas sociedades urbanas quanto rurais. No urbano, o movimento de classe é mais fácil do que na sociedade rural’.

**(Cont.) Quadro 2: Distinção entre o rural e o urbano**

<b>Característica</b>	<b>Descrição da característica</b>
Mobilidade social	<p>“Nas áreas rurais os componentes estão mais ligados ao seu status social; nas urbanas eles se deslocam de um status a outro com maior facilidade possível”.</p> <p>(1) A estabilidade é a característica fundamental do mundo rural;</p> <p>(2) A mobilidade é a característica essencial do mundo urbano.</p>
Interação social	<p>Há diferenças qualitativas importantes entre os sistemas rural e urbano de interação social. Estas diferenças são:</p>
Interação social	<p>(1) a área de contato da pessoa rural é mais estreita e mais limitada do que da pessoa urbana. .</p> <p>(2) a totalidade dos contatos do agricultor é composta de maior número de relações diretas ou face-a-face do que do cidadão.</p> <p>(3) os contatos rurais são predominantemente pessoais, enquanto que os urbanos tendem a ser impessoais</p> <p>(4) do total de relações sociais, uma grande proporção é composta de amizades permanentes no que toca ao habitante rural. Já, o cidadão faz conhecimentos causais, de natureza superficial e de pouca duração”</p>

**(Cont.) Quadro 2: Distinção entre o rural e o urbano**

<b>Característica</b>	<b>Descrição da característica</b>
Solidariedade social	“As forças que contribuem para a unidade são diversas nos dois meios. Para utilizar a expressão de Durkheim, a espécie de solidariedade que caracteriza o mundo rural é diversa do que existe no urbano. A unidade do primeiro é baseada em semelhanças, a união que resulta de traços, objetivos e experiências comuns, o tipo de coesão imaginado por Giddings quando ele formulou a expressão <i>consciousness of kind</i> . Ela é constituída essencialmente do tipo de relações informal e não-contratual. A solidariedade urbana, por outro lado, é um tipo de união fundada sobre diversidades, dessemelhanças que decorrem da divisão do trabalho, da espacialização e da interdependência, provenientes de uma manifestação normal ou não-patológica. Esta espécie de solidariedade está assentada sobre relações do tipo rigidamente formal e contratual”.

Fonte: Adaptado de T. L. Smith, 1946

## 2.3 - O rural e o urbano na virada do milênio

*Oh, ubi campi?*  
(Virgílio – 70 -19 aC)

Também tratando das características distintivas entre rural e urbano, Hugh Clout (1976) enumerou oito características de diferenciação:

1 – as localidades rurais possuem uma elevada proporção de trabalhadores que, com suas famílias, ocupam a terra de forma direta e exploram atividades agrícolas e florestais;

2 – a paisagem é formada por campos e bosques, em vez de edifícios, fábricas e casas (diferenciação do uso da terra);

3 – os núcleos de população rural, geralmente, são menores que as cidades (considerando-se que não é possível saber os limites precisos);

4 – as densidades populacionais são mais baixas em áreas rurais;

5 – em comparação com os habitantes das cidades, a população das comunidades rurais é mais homogênea em suas relações sociais. As características relacionadas com a linguagem, crenças, opiniões, costumes e formas de conduta tendem a ser mais uniformes no campo;

6 – as diferenças sociais e a estratificação são mais evidentes nas cidades que nos campos;

7 – a mobilidade, tanto num sentido espacial como social, é menos intensa no campo que na cidade;

8 – em uma sociedade rural autêntica, as relações sociais são muito fechadas, todos se conhecem e influenciam uns aos outros. Nas sociedades urbanas, os indivíduos têm poucos amigos comuns. As interações em uma sociedade rural se estendem por cinco áreas: parentesco, vida econômica, política, atividade religiosa e compartilhamento.

Na visão de Clout (1976), a urbanização do campo caracteriza-se pelo incremento da riqueza, eficiência do transporte público e aumento da proporção de veículos particulares.

O texto de Murdoch e Pratt publicado no *Journal of Rural Studies* focaliza a produção de conhecimentos sobre a diferenciação rural-urbana em diversos estudos acadêmicos que propõem visões tidas como modernistas e pós-modernistas. Alguns autores<sup>12</sup> entendem que os termos modernismo e pós-modernismo podem ser caracterizados como um movimento cultural dentro de um período histórico particular. Modernismo é a forma de expressão que aparece nos séculos XIX e XX, associado aos trabalhos de Joyce, Yeats, Picasso, Matisse e outros. (MURDOCH; PRATT, 1993).

Em contra partida, o pós-modernismo somente ganha maior ressonância cultural durante a década de 60 com Sontag, Cage e Burroughs. Mais recentemente, o pós-modernismo surge, principalmente, nos debates sobre os trabalhos de arquitetos como Robert Venturi em contraponto aos trabalhos de modernistas como Le Corbusier e Mies Van Der Rohe. Em seus estudos, Murdoch e Pratt não se interessam em adotar os termos modernidade/pós-modernidade como um movimento cultural ou uma expressão da organização econômica. Para esses estudiosos, os termos significam uma forma de percepção do mundo que é o interesse maior das ciências sociais (em particular da teoria social), e estão relacionados, principalmente, à produção e à natureza do conhecimento. Eles crêem que a chave para o entendimento da pós-modernidade está no livro *Intimations of Postmodernity* de *Sygmunt Bauman*<sup>13</sup>. (MURDOCH; PRATT, 1993).

Murdoch e Pratt afiançam que para Baumam (1992) as origens da modernidade estão no “entrincheiramento” do Estado Absolutista Moderno, conduzidas por uma crise nos veículos tradicionais de

---

<sup>12</sup> FEATHERSTONE, M. 1991. *Consume culture and post-modernism*. Sage: London.

JENCKS, C. 1987. *The language of postmodern architecture* (5<sup>th</sup> Edn). Academy editions: London.

JAMESON, F. 1984. *Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism*. New left review 146, 52-92.

HARVEY, D. 1989. *The condition of postmodernist*. Blackwell, Oxford.

<sup>13</sup> BAUMAN, Sygmunt. 1992. *Intimations of Postmodernity*. Routledge: London.

controle social. Esse Estado-controlador incentivou uma uniformidade supra- comunal tendo a universalidade como um ideal e um parâmetro para a melhoria social. A diversidade era vista como um fenômeno transitório a caminho de um modo de vida verdadeiro e universal. Já, a pós-modernidade não se constitui em uma súbita fratura da modernidade, mas representa uma volta para si mesma, ou seja, a modernidade passa a tomar consciência de sua verdadeira natureza. Há aí uma ironia: o que caracteriza a pós-modernidade - pluralismo, multiplicidade, incerteza, etc. - foi visto pelo projeto modernista como sinal de fracasso. (MURDOCH; PRATT, 1993)

Para os autores supracitados, o rural e o urbano não estariam necessariamente ligados a lugares específicos. Eles entendem que essa é uma expressão em constante construção, sendo que há uma luta contínua para redefinir suas relações sociais. Reputam que a sociologia do pós-modernismo ofereceria uma perspectiva mais reflexiva para seu estudo e concluem seu trabalho propondo o fim do uso de conceitos universais ou globais como rural (ou mesmo urbano) passando-se a pensar em lugares.

K. H. Halfacree em seu artigo publicado no *Journal of Rural Studies* (1993), divide os estudos sobre a definição de rural em três grandes abordagens: *descriptive definitions*, *sócio-cultural definitions* e *conceptualizing space*. (HALFACREE, 1993).

Em *descriptive definitions* lembra que o *Department of the Environment* da Inglaterra usa dezesseis relações fundamentais necessárias à definição de rural (relações estatísticas, administrativas, regiões funcionais, áreas de contato, agricultura e tamanho/densidade populacional etc.). Para ele as *descriptive definitions* mais usadas pelos pesquisadores são: estatísticas, administrativas, áreas construídas, regiões funcionais, agrícolas e tamanho/densidade populacional<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Statistical, Administrative, Built-up Area, Functional Regions, Agricultural, Population size/sensity

Estes incluem o relativismo histórico das classificações; a sensibilidade das classificações para a definição das variáveis, a escolha das variáveis, a qualidade dos dados e a técnica estatística; a questão da escala que os *ruralis* definiram e a importância do contexto: e a negligência de dados qualitativos (Halfacree, 1993, p.24)<sup>15</sup>

As definições estatísticas estariam orientadas para os estudos socioeconômicos, as definições administrativas estariam voltadas para estudos políticos; as definições agrícolas no sentido de estudos do uso da terra; as funcionais para estudos econômicos; as agrícolas para o uso da terra e estudos das relações sociais; e a populacional para os estudos sobre prestações de serviços.

As *socio-cultural definitions* procuram evidenciar como as características sociocultural das pessoas variam com o tipo de ambiente em que vivem. Halfacree lembra que Louis Wirth, ainda em 1938, propôs definições socioculturais que correlacionavam atributos sociais e espaciais. Nesse caso, por exemplo, o urbano se caracterizaria pela *way of life*, seria móvel, instável e impessoal e os contatos se dariam em função de situações temporais específicas (trabalho, casa, lazer), enquanto que o rural se caracterizaria pela estabilidade, integração e rígida estratificação social. Outros autores admitiam que a densidade populacional, o comportamento e as atitudes das pessoas assumiriam uma correlação entre atributos sociais e espaciais. (Quatro 3).

---

<sup>15</sup> These include the historical relativism of the classifications; the sensitivity of the classifications to the definitions of the variables, the choice of variables, the data quality and the statistical technique; the question of the scale at which the ruralis defined and the importance of context: and the neglect of qualitative data.<sup>15</sup> (HALFACREE, 1993).

**Quadro 3: Dicotomia rural/urbana**

<b><i>Autor</i></b>	<b><i>Urbano</i></b>	<b><i>Rural</i></b>
<b>Becker</b>	Secular	Sacro
<b>Durkheim</b>	Solidariedade orgânica	Solidariedade mecânica
<b>Maine</b>	Contrato	<i>Status</i>
<b>Redfield</b>	Urbano	Folclore
<b>Spencer</b>	Industrial	Militar
<b>Tonnies</b>	<i>Gesellschaft</i>	<i>Gemeinschaft</i>
<b>Weber</b>	Razão	Tradição

Fonte: adaptado de Halfacree – 1993

Inúmeras pesquisas dedicadas ao estudo vinculado à dicotomia rural/urbano enfrentaram problemas referentes aos diferentes níveis de urbanidade e ruralidade. Halfacree afirma que essa dificuldade levou à “invenção” do ideal de *continuum* rural/urbano. Segundo ele, R.E. Pahl<sup>1617</sup> foi o pioneiro, dentre os estudiosos britânicos, a desacreditar a idéia de *continuum*. Ele salientou que esses trabalhos negligenciaram aspectos urbanos da sociedade rural e propôs que os estudos devem se concentrar nas pessoas que vivem nas áreas rurais e em suas próprias áreas rurais. Foi, porém H. Newby<sup>18</sup> que, consolidando várias críticas aos que acreditavam no continuum rural-urbano, afiança que as

<sup>16</sup> PAHL, R.E. 1966. The rural-urban continuum. *Sociologia ruralis* 6, 299-327.

<sup>17</sup> PAHL, R.E 1970. *Whose City?* Longman, London.

<sup>18</sup> NEWBY, H. 1986. Locality and rurality: the restructuring of rural social relations. *Regional Studies*, 20, 209-215.



características sociológicas de um local não poderiam simplesmente ser estudadas a partir do seu local relativo a um *continuum*.

Halfacree propõe que o problema teórico relativo à distinção entre urbano e rural origina-se de um fracasso em entender o rural como um tipo distinto de localidade e representação social. Para ele o rural, como espaço e como representação do espaço, confunde-se, dentre outros motivos, pela dificuldade de conceituar espaço. O espaço não teria nenhum poder causal por meio do qual possa dar origem a práticas sociais, da mesma forma, não pode ser reduzido à soma de relações entre objetos.

Eu defenderei e procurarei justificar a posição que alega que enquanto o espaço não tem forças causais inerentes (não é absoluta), de acordo com a formação espacial que pode elevar às práticas sociais, não se pode ser reduzido às práticas sociais, nem à soma de relações (distâncias) entre objetos (i.e. não é relativo). (HALFACREE, 1993, p.26) <sup>19</sup>.

Ao considerar o espaço (e o espaço rural), Halfacree (1993) afirma que não só se devem respeitar as estruturas que o produzem, mas também o modo pelo qual aquele espaço as utiliza para produzir outro espaço subsequente e, fundamentalmente, reproduzir as estruturas causais originadas dele. Entretanto, de forma geral, as estruturas espaciais não seriam suficientes para distinguir áreas urbanas de áreas rurais. A chave da questão estaria no desenvolvimento desigual que pode acontecer de várias maneiras em uma escala espacial.

Para Halfacree a separação rural-urbana está sedimentada na divisão do trabalho. Ele conclui que a importância do espaço abstrato aumenta ou diminui quando se comparam a qualidade e o custo do

---

<sup>19</sup> I shall advocate and seek to justify a position which claims that whilst space has no inherent causal powers (i.e. it is not absolute), whereby a spatial formation can give rise to social practices, neither can it be reduced to the social practices, neither can it be reduced to the sum of relationship (distances) between objects (i.e. it is not relative). (HALFACREE, 1993).

trabalho em diferentes lugares. Em muitas circunstâncias, como no trabalho e no lazer, o espaço criado pelo rural transcende a divisão rural-urbana, isso porque a dimensão espacial dos processos supera a divisão rural-urbana. (HALFACREE, 1993).

Terry Marsden (1998) em seu trabalho sobre regulação e diferenciação dos espaços rurais adota por princípio a diferenciação do campo que seria a principal característica das mudanças no espaço rural e explora algumas das esferas de desenvolvimento que estão influenciando esse processo de diferenciação. Levando em conta a diversificação dos espaços rurais, Marsden acredita que podem ser identificadas pelo menos quatro esferas chaves associadas ao desenvolvimento do rural: (MARSDEN,1998).

- 1) Grandes mercados de alimentos (*Mass food markets*);
- 2) Mercados de comida de qualidade (*Quality food markets*);
- 3) Mudanças relacionadas ao desenvolvimento da agronomia (*Agriculturally related changes*);
- 4) Reestruturação do rural (não Agrícola) (*Rural restructuring (non-agricultural)*).

Sobre os *mass food markets*, Marsden assegura que a maioria dos fazendeiros é levado a se vergar às grandes cadeias alimentícias dominadas pelo poder dos varejistas incorporados. Essas interações e relações são de caráter nacional e global, estando sujeitas a mudanças tecnológicas que exigem maior intensidade de produção e economias de escala. Acrescenta-se a isso inovações, como a manipulação genética e a maior influência de setores externos que procuram moldar horários e técnicas industriais à natureza da produção agrícola. A questão levantada (e não respondida) por ele é: até que ponto os produtores rurais podem resistir e desenvolver estratégias agrícolas substitutas para suprir essas novas demandas? (MARSDEN, 1998).

Quanto aos *quality food markets*, Marsden afirma que eles são grandemente diferenciados devido a enorme variedade de motivos normalmente associados às condições variáveis de consumidores e uma gama de critérios socialmente construídos. Tudo isso é reforçado pela intensa competição entre corporações varejistas que estão desenvolvendo novas estratégias de mercado, as quais refletem características locais de diferentes grupos consumidores. Novas áreas rurais são passíveis de serem incorporadas aos mercados de comida de qualidade que, no entanto, ficarão muito mais dependentes de outros padrões e convenções de produção. Por fim, o produtor tradicional será incorporado, provocando novos usos da terra, criando novos espaços rurais e interferindo na diferenciação territorial. (MARSDEN, 1998).

Em uma terceira esfera de desenvolvimento, encontram-se as *agriculturally related changes*. Para o autor ora mencionado, a atual diversificação da agricultura está ligada aos seus diferentes graus de sucesso e têm como base novos atores e as inter-relações regionais e nacionais forjadas entre a unidade produtora e as redes geográficas mais largas. Essas esferas de desenvolvimento possuem localização específica e se relacionam ao crescimento particular de mercados não-locais e não-agrícolas.

Por causa das históricas grandes quantidades de recursos de capital, propriedade e o potencial de consumo ligados à agricultura, é inevitável que a maior arena intersectorial, ao redor da qual mudança e diferenciação continuará a ocorrer, de forma que o desenvolvimento do campo que transforma antigas propriedades agrícolas. A propriedade agrícola torna-se um conjunto de recursos diferenciados que tanto habitantes quanto turistas podem explorar. (Marsden, 1998<sup>20</sup>, p.112).

---

<sup>20</sup> Because of the historically large amounts of capital, property and potential consumption resources tied up in agricultural land, it is inevitable that a major intersectoral arena around which rural change and differentiation will continue to occur concerns land developments which transform former agricultural assets. Agricultural property becomes a differentiated resource pool which both residential and tourist consumers can exploit. (MARSDEN, 1998).

Segundo o referido autor, há também uma tendência de realçar a autenticidade do rural pela recriação de simulacros, expondo-os a um novo grupo de usuários e a uma nova estratégia de marketing. Para ele essa “ressignificação” do rural, em longo prazo, contribuirá para a sua urbanização e transformação em *commodities*.

Como quarta e última esfera de desenvolvimento, encontra-se o *rural restructuring*, isto é, o surgimento do rural não-agrícola. Em muitos espaços rurais, as formas principais de desenvolvimento têm pouco a ver com a esfera agrícola. Comumente esse desenvolvimento está relacionado às atividades extra-agrícolas que visam à exploração, como a extração mineral, o turismo, o depósito de materiais tóxicos, os loteamentos e os condomínios para a classe média. O rural possui poucos mecanismos de defesa, ficando vulnerável a investidores externos que tentam explorar os recursos físicos e sociais desse espaço. Esses processos de reestruturação do rural são altamente influenciados pela variedade de instituições, pelas estruturas reguladoras e pelos processos desenvolvidos em diferentes espaços rurais.

Marsden termina seu artigo afirmando que tanto quanto possível tenha se assumido esta análise, é necessário definir dos diferentes tipos de espaços do rural e a configuração de suas redes locais e não-locais.

Alguns estudiosos trabalham com a idéia da combinação de métodos quantitativos e qualitativos. É o caso de Madsen e Adriansen, os quais defendem que, por ser um desafio complexo aos pesquisadores, poucos trabalhos lidam explicitamente com as implicações filosóficas e metodológicas da pesquisa baseada em uma combinação de diferentes dados e métodos. Salientam que, nas duas últimas décadas, geógrafos interessados no rural foram influenciados por diferentes teorias e discursos, destacando-se o behaviorismo, a análise de sistemas, a economia política, as redes de atores e o pós-

estruturalismo. Destaca-se nesse grupo a economia política que “tornou-se o discurso dominante a ponto de, para muitos, representar a geografia agrícola<sup>21</sup>” (MORRIS E EVANS<sup>22</sup> apud MADSEN; ADRIANSEN, 2004).

Esse desenvolvimento trouxe novos conhecimentos e interesses assim como também novas estratégias de pesquisa e métodos. Madsen e Adriansen enfatizam as relações entre práticas e valores dos atores rurais. Para eles, “práticas” são as ações relacionadas ao uso da terra pelos atores individuais e “valores” são os pensamentos e convicções focalizados no ator individual, incluindo preferências e motivações. De acordo com os autores ora mencionados, as pesquisas que objetivam definir espaço rural têm destacado grandemente o ecossistema, relegando o ator individual a um segundo plano. Essa ênfase ecossistêmica apresenta, no mínimo, quatro deficiências:

- 1) uma obsessão no estudo do aquecimento global;
- 2) a ignorância de fatores históricos;
- 3) a negligência do papel dos indivíduos;
- 4) problemas na definição do limite. (MORAN<sup>23</sup> apud MADSEN; ADRIANSEN, 2004).

Essas deficiências ocorrem, possivelmente, devido a filosofia positivista aplicada no estudo dos ecossistemas. Nos últimos anos, contudo, surgiu a teoria sobre as redes de atores que vêm a ser o estudo dos acoplamentos entre todas as unidades envolvidas. O uso dessa teoria possibilita a análise da composição das redes e de que forma elas ganham força. Os atores rurais fazem parte de redes complexas que incluem consultores, planejadores, fornecedores de crédito etc. É pela análise desses processos de mediação e

---

<sup>21</sup> (...) political economy has become the dominant discourse to the extent that, for many, it has come to represent agricultural geography (MORRIS E EVANS apud MADSEN; ADRIANSEN, 2004).

<sup>22</sup> MORRIS, C, EVANS, N. J. **Research on the geography of agricultural change: redundant or revitalized?** Area: Vol. 31, Issue 4, Page 349-358, December, 1999.

<sup>23</sup> MORAN, E. F. **Ecosystem ecology in biology and anthropology: a critical assessment.** In: MORAN, E. 1990.

F. (ED.), **The ecosystem Approach in Anthropology: from concept to practice.** The University of Michigan Press, USA, Page.3-40.

transformação que se deve estudar as práticas e os valores desses atores individuais do meio rural.

Outro trabalho, relativamente recente, publicado na Europa referente ao tema usa a paisagem como base para os estudos da diferenciação de espaços. Para Palang *et al.*, cada vez mais é sabido que as paisagens são de grande importância para a qualidade de vida dos cidadãos. Elas não só formam o ambiente principal e portador de vida, agricultura, natureza e turismo, mas também é um elemento extremamente importante da identidade nacional, regional e local. Para o desenvolvimento das atuais e futuras paisagens culturais europeias, são necessárias estratégias transdisciplinares que precisam ser desenvolvidas em íntima cooperação entre pesquisas científicas e políticas públicas. Entretanto, ele crê que não é muito conhecida a maneira como os europeus percebem e avaliam suas paisagens tradicionais. (PALANG *et al.* 2005).

Para os autores supracitados, as paisagens não são apenas uma realidade física, mas também mental, social e cultural. É um importante fator que une natureza e homens, e tem orientado pesquisas científicas sobre as relações mútuas entre pessoas e paisagens: grupos sociais não só influenciam paisagens, mas também são influenciados por elas. Vários são os processos naturais e culturais que interagem na dinâmica das paisagens. Porém, o ser humano e as ciências naturais, assim como também as artes, ainda precisam ser integrados em uma disciplina holística, que seria a única capaz de alcançar uma inter ou trans-disciplinar cooperação, sendo eficaz tanto dentro da academia como entre a ciência e sociedade. (PALANG *et al.* 2005).

Palang *et al.* fazem um levantamento dos principais trabalhos publicados na 20<sup>th</sup> *Permanent Conference for the Study of the Rural Landscape*.

A conferência, realizada nas cidades de Tartu e Otepää, Estônia, em agosto de 2002, concentrou seus trabalhos no passado, objetivando entender como antigas mudanças na paisagem podem ser a base para

suas futuras mudanças. Foram apresentados estudos sobre a dinâmica de paisagens, das conseqüências de sua alteração, de como expressam (linguagem) aqueles que estão envolvidos com a paisagem e qual é o papel da natureza sobre a paisagem rural.

M. Antrop<sup>24</sup> afirma que o estudo do passado das paisagens pode ser importante para seu futuro. Ele distingue três importantes períodos para o desenvolvimento das paisagens: as paisagens tradicionais, após as importantes mudanças do início do século XVII; as paisagens do período das revoluções dos séculos 19 e 20; e a nova paisagem pós-moderna. Acessibilidade, urbanização, globalização e calamidades são as principais forças motrizes por trás das mudanças nas paisagens, apesar de o efeito combinado desses quatro elementos serem diferentes no tempo e na forma como afeta a natureza, bem como a avaliação humana da paisagem. (ANTROP, 2005).

O trabalho de Hedin<sup>25</sup>(2005) é um estudo sobre a tentativa de restabelecer uma antiga paisagem na Estônia onde as terras estão sendo restituídas aos antigos donos depois do colapso do sistema comunista.

Em sua área de estudo, Hedin (2005) afirma que a população é formada por suecos, fugitivos da Suécia em 1944, que reclamam o retorno às terras pertencentes a seus ancestrais. Acontece que eles não estão preparados para se instalarem nas suas antigas fazendas, nem darem continuidade as práticas agrícolas. Assuntos de caráter moral e direito à continuidade emergem como preocupações principais nesse processo, tentando responder a indagações, como:

- de quem são as paisagens?
- qual é seu futuro?

---

<sup>24</sup> ANTROP, M. 2005 **why landscapes of the past are important for the landscapes of the future**. Landsc. Urban Plan. 70, 21-34.

<sup>25</sup> HEDIN, S. 2005. **Land restitution in the former Swedish settlement areas in Estonia**. Consequences for land ownership, land use and landscape. Landsc. Urban Plan. 70, 35-444.

Skowronek et al.<sup>26</sup> mostram como aldeias vizinhas na Polônia, apesar de terem tido um passado semelhante, escolheram opções diferentes de futuro. A escolha é ditada não apenas pelas diferenças nos valores atuais, mas também pelas diferentes populações e pelos padrões de reforma agrária.

Nikodemus et al.<sup>27</sup> mostram como o passado, no planalto de Vidzeme, norte da Letônia, reflete na atual estrutura da paisagem. Essa é uma das poucas áreas da Europa onde as camadas da paisagem são facilmente distinguíveis. (NIKODEMUS, 2005)

Por fim, Terkenli<sup>28</sup> discute as novas espacialidades da paisagem, causadas pelas aceleradas mudanças em nível local. Talvez a variável mais significativa nessa nova espacialidade da paisagem seja a conectividade geográfica. A paisagem já não pode ser vista como mais um segmento do mundo geográfico - real, percebível ou imaginário - mas como uma imagem ou um sistema de interfaces com diferentes escalas de contato com o observador. Não raramente a paisagem tem aparecido de forma fechada, restrita, amarrada ao lugar. Função, simbolismo, processos, formas e relações com o exterior, em lugar do interior, são novas referências que crescentemente caracterizam a paisagem.

Os estudos da evolução das paisagens rurais são ferramentas úteis para decifrar suas construções e o entendimento de espaço rural. Paquete e Domon (2003) alegam que atualmente estamos diante de um paradoxo, já que várias áreas rurais sofrem significativo crescimento demográfico, contrariando o apregoado declínio da população rural.

Para eles, há no campo uma dissociação entre as trajetórias sócio-demográficas e a agricultura. No artigo publicado no *Journal*

---

<sup>26</sup> SKIWRONEK, E., KRUKOWSKA, R., SWIECA, A., TUCKI, A.. 2005 **The evolution of rural landscapes in mid-eastern Poland as exemplified by selected villages**. *Landsc. Urban Plan.* 70, 97-109.

<sup>27</sup> NIKODEMUS, O., BELL, S., GRINE, I., LIEPINS, 2005I. **Impact of economic, social and political factors on the landscape structure of the Vidzeme Uplands in Latvia**. *Landsc. Urban Plan.* 70, 69-83.

<sup>28</sup> TERKENLI, T.H.S., 2005. **New landscape spatialities: the changing scales of function and symbolism**. *Landsc. Urban Plan.* 70, 165-176.



*Environment and Urbanization*, os autores relacionam visões sobre as transformações ocorridas nos estudos agrários.

Produtivismo<sup>29</sup> ao Pós-Produtivismo (Halfacree and Coyle, 1998), Industrialismo ao Pós-Industrialismo (Jollivet, 1997) ou até mesmo Ruralismo ao Pós-Ruralismo (Murdoch and Pratt, 1993) são algumas das muitas visões de mudanças funcionais que vem acontecendo entre as cidades do interior. (Domon & Paquette, 2003, p. 425).

Muitas dessas transformações estão associadas à maior influência do meio urbano e dos interesses daqueles que podem ser definidos como não-rurais. Por exemplo: a migração de contingentes populacionais urbanos para áreas rurais aumenta a demanda por novas atividades e serviços (pedreiros, domésticas, restaurantes etc.). A coexistência dessas diferentes experiências rurais reflete no crescimento das interações humanas dentro dos espaços rurais. Como resultado disso, a palavra rural passa a ter múltiplos significados (de acordo com os parâmetros de cada observador) e a paisagem rural passa a ser entendida como: “*a tangible imprint continuously reshaped by changing social representations of the space*”. (DOMON & PAQUETTE, 2003, p.426).

Definição essa derivada da noção de *empreinte-matrice*<sup>30</sup> desenvolvida em 1990 por Berque<sup>31</sup>, isto é, são os resultados da interferência humana dentro de um determinado ambiente que também designam a interpretação e a percepção daquele ambiente. Desse modo, o estudo das impressões e percepções revela aspirações coletivas ou individuais mais verdadeiras e não meramente fatos neutros. Em suma: as distintas paisagens rurais são amoldadas através das práticas cotidianas que experimentam os residentes rurais.

---

<sup>29</sup> Productivist to post-productivist (Halfacree and Coyle, 1998), industrial to post-industrial (Jollivet, 1997) or even rural to post-rural (Murdoch and Pratt, 1993) are some of many visions of the functional changes taking place within the countryside (DOMON & PAQUETTE; 2003).

<sup>30</sup> Este conceito deriva de uma idéia por meio da qual as pessoas representam ou percebem um determinado ambiente

<sup>31</sup> BERQUE, A., 1990. *Médiances, de milieux en paysages*. Reclus, Montpellier.

No entanto, dado o significativo repovoamento de algumas áreas rurais, é compreensível que experiências contemporâneas de rural sejam crescentemente influenciadas por pontos de vista externos. Em contrapartida, até algumas décadas atrás, o rural era caracterizado por longas e duráveis relações vinculadas a terra. Atualmente, quando o rural é colonizado em decorrência das necessidades residenciais ou o cultivo agrícola, isso é indicativo de identidades rurais específicas. Um urbano que compra uma propriedade rural em função da circunvizinhança, também representa uma manifestação distinta dos valores locais.

Em lugar de pintar um retrato estático dessas práticas e usos, o trabalho de Paquete e Domon enfatiza a natureza envolvida. Por via dessa ênfase, os autores procuram mostrar evidências da diversidade e da dinâmica das paisagens, ou, como preferem das trajetórias da paisagem.

Corroborando com o tema Paul Claval (2005) faz uma discussão sobre as linguagens da paisagem rural. Para ele, essas linguagens podem ser classificadas de acordo com a posição de cada grupo. Primeiro, há as linguagens que possuem uma função, as gramáticas geradoras de elementos de paisagem e as semióticas de significado religioso para grupos de agricultores tradicionais. Segundo, há a retórica de harmonia, pureza e status social, além do poder da classe média urbana. Finalmente, há as linguagens da natureza genuína, amenidades e atividades ao ar livre, para a nova população rural resultantes das revoluções do século XX.

Claval afirma que nos estudos de paisagens rurais que os geógrafos começaram a desenvolver no final do século XIX, usavam três diferentes tipos de aproximação:

1. estrutural (cada tipo de paisagem rural tinha sido amoldado por um grupo étnico particular desde o princípio da história);

2. funcional (cada paisagem rural era organizada de maneira a combinar cultivo e criação de gado de forma a assegurar uma boa colheita);
3. arqueológica (as características observadas nasceram no passado e refletiram as condições funcionais que prevaleciam naquele momento).

Isso significa que aquelas paisagens rurais eram organizadas de acordo com regras. Eles obedeciam a certas normas elementares (gramáticas). Até mesmo se os geógrafos não recorressem aos estudos lingüísticos, as suas aproximações estavam, de certo modo, perto dos resultados da lingüística estrutural do seu tempo.

Contudo, os geógrafos não tiraram proveito das evidências que eles colecionaram dentro da investigação. Ao contrário, Jogaram fora os aspectos subjetivos dos testemunhos que haviam colhido, selecionando só a coerência dos sistemas de paisagem e as análises que tinham elaborado; sendo que o único objetivo era entender esses sistemas. Essa dimensão funcional era certamente essencial, mas não impedia outras leituras das paisagens por parte das pessoas do lugar, como, os símbolos.

Um segundo momento de estudo das paisagens rurais, ainda de acordo com Claval, acontece nos anos 60 e 70. Geógrafos buscam descobrir as aspirações e os modelos artísticos usados pelos arquitetos e paisagistas responsáveis por desenhar as vilas, mansões ou castelos dos prósperos proprietários de terras. A linguagem diz como a paisagem é bela e harmoniosa. Ela também carrega um conteúdo ideológico. Deve, assim, ser interpretada igual a outras formas de narrativas. Nesse tipo de interpretação, os geógrafos tendem a confiar na semiologia, especialmente em sua forma topológica. (CLAVAL, 2005).

Também nesse segundo momento, a produtividade agrícola deu grande salto. Em conseqüência disso, houve um dramático declínio na disponibilidade de emprego no campo, com duas possíveis

conseqüências: ou um declínio dramático da densidade nas áreas rurais, ou uma reversão completa na composição de suas populações. Essa mudança demográfica provocou importantes implicações na composição da paisagem rural. A lógica funcional da rotação de culturas e a associação entre agricultura e pecuária deixaram de reger a maioria dos territórios. (CLAVAL, 2005).

A nova população rural deixou de compartilhar os românticos sonhos dos proprietários de terras. Acreditavam que agricultura tradicional era uma atividade pouco nobre. Esses novos rurais apaixonaram-se pela verdadeira natureza e ao se instalarem em uma área rural surgiam possibilidades para a prática de esportes, jogos e qualquer outro tipo de atividade ao ar livre. Assim sendo, os estudos das paisagens rurais tradicionais poderiam ser feitos consoante com três perspectivas:

1. como um conjunto de campos, prados, pastagens e matas que se organizaram para produção agrícola;
2. como expressões das sociedades que os habitam;
3. como uma superfície onde pode-se ler a natureza e descobrir a existência de outros mundos.

Ao explorar o agrário, os processos que eram responsáveis pela gênese de paisagens passaram a ser resultado de ações planejadas.

Paul Claval faz ainda uma análise da paisagem rural em tempos de pós-modernidade, com novos tipos de atividades e uma nova composição social presentes nas áreas rurais.

Para ele, na era pós-moderna, o rural perdeu seu caráter amigável e amador. Tornou-se uma atividade altamente industrial e muitos fazendeiros tiveram que se especializar em fazendas abertas para novos objetivos. Áreas rurais contemporâneas deixaram de evocar as pastagens, rebanhos e agricultores arcaicos. A agricultura deixou de ser modelo para os sonhos de moradores urbanos. Sociedades pós-

modernas quebraram definitivamente as ligações com a civilização rural clássica.

A percepção das pessoas sobre as áreas rurais tem sofrido mudanças por várias razões. Até uma geração atrás, o contraste entre áreas agrícolas e a selva não parecia muito nítido. O agricultor estava envolvido em uma diferente forma de natureza, com a criação de campos cultivados e pastagens que substituíam, em parte, as matas e os campos naturais. Então, cultivar não era considerado uma ameaça à natureza.

A modernização trouxe conseqüências profundas: campos ou pastos foram ficando cada vez mais semelhantes a laboratórios químicos para fertilizantes e pesticidas. Criar vacas, ovelhas e porcos tornou-se uma atividade científica. O ambiente agrícola se tornou artificial debaixo de um completo controle humano. Sua administração arrisca o equilíbrio natural: terras e água são poluídas por overdoses de fertilizantes e pesticidas que causam sua eutrofização.

O rompimento com o tradicional e o novo estilo de agricultura conduziu a uma nova concepção de natureza: ela só existe onde não há nenhuma atividade humana. Acontece que todo mundo sabe que os parques e reservas naturais só subsistirão com uma administração humana muito cuidadosa. A conclusão a que chega Claval é: a paisagem é o resultado das atividades e dos interesses humanos, sendo que suas formas de interpretação e suas linguagens não são universais.

Ele propõe uma classificação das linguagens da paisagem rural baseadas na posição econômica, social e cultural dos grupos que eram ou são responsáveis por sua gênese:

1. as funções dos idiomas, as gramáticas geradoras de elementos da paisagem e as semióticas de significado religioso, para grupos tradicionais;

2. a retórica de harmonia e pureza do estado social que dá poder superior para urbanos de meia-idade da classe média;
3. as linguagens de natureza genuína, amenidades e atividades ao ar livre para a nova população rural resultante das revoluções do século 20.

Modelos lingüísticos são úteis para geógrafos que tentam decifrar e interpretar formas específicas de paisagens rurais. Eles podem encontrar a evolução da dialética; a definição da própria zona rural; os modelos de lingüísticas estruturais e gramáticas geradas pelas formas clássicas de paisagens agrárias; semióticas para as leituras estéticas e sociais que eram tão importantes nos campos religiosos de sociedades puramente rurais, ou no ideológico para sociedades urbanas modernas.

As discussões e reflexões relativas a campo/cidade – rural/urbano, chegaram ao Brasil, sobretudo, a partir da primeira metade do século XX. Até então, assim como aconteceu no restante do mundo, no Brasil também, o campo era hegemônico e a paisagem rural era predominante. (CLAVAL, 2005).

Foi através de Pierre Deffontaines, geógrafo francês de grande influência em nosso país, que esse tema começa a ganhar relevância por aqui. Ele distinguia o campo tendo por base a sua paisagem ou o seu ambiente fisiográfico. O campo<sup>32</sup> é visto por Deffontaines a partir do entendimento de cidade ou tendo-a como referência. Para ele, uma cidade somente pode ser assim compreendida quando “a maioria dos habitantes emprega a maior parte do seu tempo no interior da aglomeração” (Deffontaines, 1952, p.16). Quaisquer outros ajuntamentos, onde a maior parte da população trabalha no campo, dedicando a maior parte de seu tempo às atividades ligadas ao agro, são fundamentalmente rurais. Para o referido autor não é a aglomeração que distingue os diferentes espaços, mas as atividades praticadas por seus moradores.

---

<sup>32</sup> Deffontaines utiliza a palavra campo e rural indistintamente.

Deffontaines dá basilar importância ao estudo das paisagens e à influência dos homens sobre ela. Apreende que a região seria uma área “nominada” em função de sua paisagem, sendo o espaço um conjunto maior de áreas e paisagens geometricamente delimitado. Nesse sentido, a extensão territorial do país não passaria de um “potencial de espaço”. Isto é, o Estado é o espaço e, no caso brasileiro, um espaço potencialmente utilizável. Considerava que era importante para a compreensão desse espaço entender a influência que o meio exerce sobre as atividades humanas, não apenas num sentido ambiental, mas também como opção econômica, denotando uma diferenciação de paisagem. O “espaço rural” seria distinguível fundamentalmente, a partir de sua relação econômico–ambiental.

A paisagem é principalmente uma obra humana, é o resultado dos esforços dos camponeses, que são por excelência os homens de uma paisagem e que deram a cada região um nome que, realmente, não é senão o nome da paisagem (DEFFONTAINES, 1952, p.12).

Os trabalhos de Deffontaines influenciaram grande número de geógrafos brasileiros, dentre os quais se destacam Alberto Ribeiro Lamego, Leo Waibel e Orlando Valverde.

Alberto Ribeiro Lamego, autor, dentre outros, de uma série de livros sobre o estado do Rio de Janeiro e do Brasil: “O Homem e a Serra do mar”, “O Homem e a Guanabara”, “O Homem e o Brejo” e “O Homem e a Baixada”. Em todas essas obras, ele segue um mesmo padrão dividindo-as em três capítulos. No capítulo introdutório “A terra”, faz uma síntese de sua geologia, geomorfologia e dos recursos minerais da área estudada para em seguida passar ao capítulo “O homem”, onde analisa a relação entre a ocupação e os fatores determinantes dessa ocupação. Por fim, no capítulo “A cultura”, arrola as repercussões do meio físico nos destinos econômico-sociais de cada grupo, ou dos pioneiros como, por exemplo, os Barões do Café.

Lamego diferencia urbano de rural (cidade e campo) pela paisagem e pela sua forma de uso agrícola ou agrária. (LAMEGO, 1946; 1968).

Outro autor que exerceu significativa influência nos pesquisadores brasileiros foi Leo Waibel, alemão radicado nos Estados Unidos e, posteriormente, no Brasil.

Discípulo de Hettner, Waibel destacou o relevante papel dos homens na formação da paisagem cultural (*Kulturlandschaft*), conceito este que tem sua origem nas pesquisas sobre a paisagem do início do século XX, expressando a influência dos homens na formação e transformação da superfície terrestre. O autor entende que a paisagem cultural é resultante do uso do solo, ou seja, do tipo de cultivos, técnicas utilizadas, estradas e instalações, ou, em resumo, da formação econômica (*Wirtschaftsformation*). (ETGES, 2000).

Waibel ponderava que o espaço rural estaria ligado à agricultura que, por sua vez, seria um fenômeno da paisagem. Essa forma de pensar o “rural” pode ser mais bem entendida quando ele define a geografia agrária como sendo uma disciplina preocupada com a diferenciação espacial da agricultura.

A geografia agrária parte sua análise da fito e da zoogeografia e seria a geografia das plantas úteis e dos animais domésticos, podendo ser considerada segundo três disciplinas diferenciadas. Uma, preocupada com a distribuição das espécies vegetais e animais ligadas à agricultura: a Geografia Agrária Estatística. Outra que, tratando das formas da economia, privilegia a relação com o meio ambiente: a Geografia Agrária Ecológica. Uma última, Geografia Agrária Fisionômica, cuja análise é orientada pelos diferentes aspectos da paisagem. (FERREIRA, 2002, p.31).

Já, trabalhos de Orlando Valverde, outro discípulo de Deffontaines (e do próprio Waibel), seguem essa mesma direção, pressupondo a existência de uma dimensão possibilista/quantitavista para o espaço rural. Para ele, o fundamento para a distinção urbano-rural estaria na diferenciação da paisagem, ao afirmar que a



organização dos espaços rurais, parte principalmente das áreas de agropecuária mercantil, já que “esta área é o esteio fundamental da economia rural”. (VALVERDE, 1985, p.237).

Os estudiosos da geografia tradicional (de forte influência francesa) passam a sofrer crescente crítica dos geógrafos, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Tida como excessivamente descritiva e empírica, a abordagem tradicional, então, dominante também era “acusada” de não ter uma base científica. Surge então a escola neopositivista (também conhecida como nova geografia, geografia teórica ou geografia quantitavista), com a proposta de dar o caráter científico que “faltava” à geografia tradicional.

Essa abordagem, fortemente influenciada pelo positivismo lógico do “Círculo de Viena”, objetivava transformar a geografia em ciência. Embora, posteriormente, tenham sido severamente criticadas, a quantificação fez uma revolução no pensamento geográfico, servindo de estrutura para a informática que surgia e sendo calorosamente recebida pelos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que rapidamente a adotaram.

De acordo com Christofolletti (1985), dentre as metas dos quantitavistas destacam-se:

- um rigor maior na aplicação da metodologia científica;
- o desenvolvimento de teorias;
- o uso de técnicas estatísticas e matemáticas;
- a abordagem sistêmica;
- o uso de modelos.

Os estudiosos ligados a essa corrente procuraram sistematizar o espaço e a região para melhor focalizar as pesquisas e para delinear com maior exatidão o setor de estudo dessa ciência.

Para Speridião Faissol, geógrafo ligado ao IBGE, a quantificação é um paradigma sistêmico, possuindo “algo de dialético”, e essa

dialética seria “inortodoxa”, navegando entre o “empiricismo com que a geografia foi construída e as tentativas de criar um sistema metodológico com base em modelos, vale dizer, tentar criar um corpo de teoria”. Destaca-se a importância da diferenciação espacial, como pode ser verificado nas teorias de Von Thünen, Lösch e Weber. (FAISSOL, 1978, p.3).

Para esses autores, a organização espacial é analisada levando-se em consideração os elementos de planície isotrópica e de representação matricial, “nas quais se observam as premissas da racionalidade econômica, da competição perfeita e da a-histocidade dos fenômenos”. Bessa (2004, p.106). O espaço seria detentor de objetos ou entidades que se organizariam dentro dele e lhe dariam uma forma geométrica carregada de relações de distância e distribuição.

(...) estamos considerando a variável espaço como a variável dependente, procurando explicar a mesma com o uso de outras. [...] O objeto da geografia é o estudo da organização social e econômica e a forma como esta organização se processa no espaço territorial; a forma pela qual a interação entre espaço/homem e homem/espaço se processa e sua evolução. (FAISSOL, 1978, p.35).

Faissol afirma, ainda, que as várias partes do universo, a qualquer tempo, diferem em relação à associação de fenômenos e suas relações espaciais, ou entre um lugar e outro. Faz-se assim necessário um terceiro modo de divisão do conhecimento empírico cujo propósito fundamental seja o de examinar as diferentes regiões do universo para determinar seu caráter e suas relações espaciais. O fato de o conceito de região ser uma idéia básica na geografia não estaria ligado a seu objeto de estudo e sim por ser “onde processos espaciais operam”. Faissol (1978, p. 49). Dessa forma, o “espaço rural” se distinguiria em função do território, das distâncias, de sua forma de distribuição e da região, que seriam a base de qualquer espaço geográfico.

Além do IBGE, um dos principais centros de influência e divulgação do pensamento neopositivista do Brasil foi a atual Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Rio Claro), onde destacaram-se alguns pesquisadores que tornaram-se conhecidos como o Grupo de Rio Claro. Dentre eles estão os geógrafos Antônio Christofolletti, José Alexandre F. Diniz, Livia de Oliveira. O grupo trabalha fundamentalmente com o conceito de sistema.

Antônio Christofolletti trabalhou com o conceito de sistemas, definindo-o como um conjunto de objetos ou atributos e das suas relações, que se encontram organizados para executar uma função particular. Esse conjunto (unidades que possuem propriedades comuns) encontra-se organizado em virtude das inter-relações entre as unidades. É o seu grau de organização que permite assumir a função de um todo, que vem a ser maior que a soma de suas partes. Christofolletti (1979). Isso lhe possibilita defender que o estudo da organização espacial automaticamente inclui a análise dos processos e mecanismos responsáveis pela organização do espaço. Para ele, o entendimento de paisagem não é suficiente para compreender o paradigma contemporâneo da geografia, devendo ser substituído pela noção de sistema espacial ou organização espacial. (CAMARGO, 2004).

A estrutura espacial de uma distribuição representa a localização de cada elemento relativamente à localização de cada um dos outros, e a localização de cada elemento relativamente a todos os outros. Os processos são fundamentais para o posterior entendimento de sistemas. Eles mostram os fluxos de matéria e energia, os *inputs* fornecidos ao sistema, e a distribuição espacial desses elementos, que é refletida pelo arranjo da estrutura, por exemplo:

a cidade (ou o campo) é fenômeno que se expressa através de uma estrutura espacial; a nação também se reflete através de uma organização espacial e a própria totalidade da superfície terrestre pode ser compreendida como sistema espacial. Em cada nível de tratamento, há que se precisar os elementos componentes; os seus

atributos e as suas relações. Para cada organização espacial, como é óbvio, podem-se encontrar, na área em que funciona o referido sistema, aspectos que denunciam diversos tipos de 'paisagem', tais como agrárias, urbanas, industriais, de lazer e outras. (CAMARGO, 2004, p.81).

Em relação ao conceito de espaço relativo Christofolletti afirma que a localização relativa é a posição que um lugar ocupa em relação às outras localidades, "podendo ser expressa das mais diversas maneiras (em tempo de percurso, em custo dos transportes, em freqüência de comunicações e outras técnicas)". Christofolletti (1979). Dessa forma, na perspectiva do referido autor, deve-se identificar o único no espaço e no tempo, pois ele é fundamental para o entendimento de uma diferenciação dos espaços.

Retomando o Grupo de Rio Claro, destaca-se Livia de Oliveira, pioneira dos estudos sobre percepção no país, trouxe, através desta linha de interesse, as obras de Tuan, traduzidas por ela, além de outros textos que foram traduzidos e publicados em periódicos de Rio Claro. Oliveira trabalha o conceito de rural a partir do construtivismo piagetiano, propondo que a percepção ambiental é um processo de atribuição de significados subordinado às estruturas cognitivas, detentor de uma função adaptativa. (CAMARGO, 2004).

Não obstante, o fato dos estudos da percepção ambiental trabalhar com temas diversos como paisagens valorizadas; representações do mundo; imagens de lugares distantes; história das paisagens; relações e espaços pessoais; a maioria de seus estudos ainda não se debruçou sobre novas formas de pensar o espaço rural. Ainda entre os anos 60 e 70 surgem críticas aos quantitavistas.

Professor da Sorbonne (1967) e um dos fundadores da Universidade de Paris (1970), o geógrafo francês Olivier Dollfus foi um desses críticos. Ele concebe o espaço geográfico, a um só tempo, organizado e dividido. Essa divisão obedeceria a critérios que podem ser definidos pela paisagem organizada, que se divide entre cidade e

campo ou entre espaço urbano e espaço rural. Cada um desses espaços possui fisionomias, ritmos e densidades próprias de tal maneira que as fronteiras entre espaços rurais e urbanos, na sociedade industrializada, possuem uma tendência de irem se tornando cada vez menos precisas e flutuantes. Por isso, o espaço urbano torna-se cada vez menos pontual e se espalha através de manchas que vão levando ao campo equipamentos e modalidades de consumo similares aos das cidades.

Dolffus afiança, ainda, que espaço rural é sinônimo de campo: “*l’espace rural, au sens banal du terme, c’est la campagne*” e que fazem parte dele os desertos, as altas montanhas, e a floresta densa não desbravada. Dolffus (1973). Também não existiria uma forma exclusiva de utilização das zonas rurais.

As atividades agrícolas e a criação de gado, que têm, na escala do mundo, um lugar maior no espaço rural, não são exclusivas de outras formas de utilização das superfícies. Nas regiões rurais dos países industriais, o espaço serve igualmente para a descontração e a recreação. Compreende as florestas dispostas do mesmo modo que os terrenos agrícolas; serve de residência a uma população cuja fração apenas, que não cessa de se reduzir, se consagra à agricultura. Convém, aliás, precisar os termos: é rural tudo o que concerne ao campo. Assim, a população rural é aquela que reside no campo<sup>33</sup> (Dolffus, 1973).

Segundo Dolffus, o espaço rural é tutelado, subvencionado e, *éventuellement*, recortado pela urbanização (principalmente nas partes situadas próximas aos grandes centros urbanos). É um espaço entrecortado e retalhado por vias de comunicação. Ele também serve de suporte para as comunicações que possibilitam as relações interurbanas. É possível estabelecer uma distinção entre as redes que

---

<sup>33</sup> Les activités agricoles et élevage, qui tiennent, à l’échelle du monde, une place majeure dans l’espace rural, ne sont pas exclusifs d’autres formes d’utilisation des surfaces. Dans les régions rurales des pays industriels, l’espace sert également à la détente et à la récréation. Il comprend les forêts aménagées au même titre que les terroirs agricoles ; il sert de résidence à une population dont une fraction seulement, qui ne cesse de se réduire, se consacre à l’agriculture. Il convient d’ailleurs de préciser les termes : est rural tout ce que concerne la campagne. Ainsi la population rurale est celle qui réside à lacampagne. (DOLFFUS, 1973)

ligam as cidades e as redes de segunda ou de terceira ordem a serviço do rural, embora não seja possível a comparação entre a densidade das redes. Entretanto, os pontos nodais são lembrados (aldeias, burgos e vilarejos) e permanecem elementares no espaço rural.

Ainda de acordo com Dolffus, a sociedade que ocupa o espaço rural é muito menos diferenciada, do ponto de vista profissional, que a sociedade urbana. Além disso, pelo menos na França, o nível de vida médio e o padrão de consumo dos indivíduos são inferiores aos dos habitantes das cidades. Isso se deve a vários motivos. Primeiramente a população rural é, em sua maioria, agrícola, e as populações agrícolas são, globalmente, mais pobres; além do que a população rural é, não raro, mais envelhecida, com significativa porcentagem de aposentados; e por último, os melhores salários e os melhores rendimentos concentram-se nos espaços urbanos. No entanto, ele lembra que a população rural deseja os benefícios dos serviços básicos semelhantes aos disponíveis para a população das cidades: “*cette recherche de la parité conduit à l’urbanisation dès campagnes*”. Dolffus, (1973). Na Inglaterra e nos Estados Unidos nas regiões de aspecto rural, situadas próximas às cidades, as populações residentes, não-agrícolas, contam com serviços equivalentes aos das cidades.

A distinção entre cidade e campo acaba então por se esfumar; tem-se regiões urbanizadas com um índice de ocupação mais ou menos forte, zonas de barulho e zonas de silêncio<sup>34</sup> (DOLFFUS, 1973).

Dolffus afirma também que o espaço urbano seria a superfície ocupada pelas cidades ou pelo menos a superfície necessária ao funcionamento interno da aglomeração.

---

<sup>34</sup> La distinction entre ville et campagne finit alors par s’estomper; on a dès régions urbanisées avec un denisté d’occupation plus ou moins forte, des zones de bruit et des zones de silence. (DOLFFUS, 1973).

Compreende<sup>35</sup> as superfícies construídas, o serviço de limpeza urbana, as implantações das empresas industriais e de transporte, os jardins, os terrenos de recreação e de lazer imediatamente acessíveis para o cidadão (DOLFFUS, 1973).

Para ele, até o início do século XX, a distinção entre espaço urbano e espaço rural foi relativamente fácil (a superfície da cidade era delimitada e, na idade média, cercada de fortificações). Com a ampliação da área das aglomerações, a penetração física da urbanização do meio rural, o intercâmbio cada vez mais intensificado e diversificado entre cidade e campo, as delimitações e as distinções, sobretudo, nas sociedades industriais, vão se tornando também mais difíceis de serem estabelecidas. Atualmente, a dificuldade de definir rural (campo) é paralela a dificuldade de se definir cidade.

A cidade implica mais freqüentemente a noção de aglomeração contínua, de tecido fortemente construído e de convergência das redes (rotas, estradas de ferro, canalizações de adução de água, de telefone, de eletricidade, de esgotos, etc.). É cômodo e sobretudo necessário adotar um critério estatístico. É considerada cidade toda aglomeração contínua reunindo mais de 2.000, 5.000 ou 10.000 pessoas, segundo os países. Outros países definem a cidade a partir de suas funções administrativas e políticas e do equipamento de que ela dispõe, para ela e os habitantes de seu ambiente<sup>36</sup> (DOLFFUS, 1973).

Objetivando resolver essa questão, numa conferência realizada em Praga, no ano de 1966, os estatísticos definiram população urbana como aquela:

---

<sup>35</sup> Il comprend lês surfaces bâties, la voirie urbaine, lês implantations dês entreprises industrielles et de transport, lês jardins, lês terrains de récréation et de loisirs immédiatement accessibles pour le citoyen. (DOLFFUS, 1973).

<sup>36</sup> La ville implique lê plus souvent la notion d'afflomération continue, de tissu fortement construit et de convergence des réseaux (routes, voies de chemin de fer, canalisations d'adduction d'eau, de téléphone, d'électricité, d'égouts, etc.). Il est commode et surtout nécessaire d'adopter un critère statistique. Est considérée comme ville toute agglomération continue rassemblant plus de 2.000, 5.000 ou 10.000 personnes, selon les pays. D'autres pays définissent la ville à partir de ses fonctions administratives et politiques et de l'équipement dont elle dispose, pour elle et les habitants de son environnement. (DOLFFUS, 1973).

Formada do conjunto de pessoas residindo num agrupamento de habitações compacto em número mínimo de 2.000 com a condição de que para os nós de menos de 10.000 o efetivo vivendo do trabalho da terra não ultrapasse 25%. Acima dessa cifra, todo agrupamento é considerado como urbano<sup>37</sup> (DOLFFUS, 1973).

Dolffus considera aceitável essa definição na Europa ocidental, mas crê que ela acabe por forçar a classificação como urbana de algumas aglomerações na Índia e na Nigéria com mais de 50.000 indivíduos, embora sua população ativa seja majoritariamente agrícola. Por outro lado, deixa de fora conjuntos residenciais norte-americanos constituídos por residências cercadas de jardins intercaladas por áreas não construídas formadas por florestas, terras aradas, prados ou mesmo desertos.

Para ele, o espaço urbano é susceptível de ser definido quase que em toda parte do mundo por certo número de dados.

Caracteriza-se pela concentração do habitat sobre uma superfície limitada com freqüentemente o amontoamento da população em imóveis de andares. É um espaço completamente equipado que, em razão da forte densidade das instalações e da concorrência muito forte para a utilização do terreno, é um espaço caro, o que conduz, em seguida às exigências da rentabilidade, à concentração de atividades altamente produtivas por metro quadrado. É suporte de atividades muito densas. Suas transformações são tornadas muito mais delicadas e custosas que no espaço rural, não só por causa do preço do terreno, mas em decorrência da densidade dos fluxos sobre uma superfície ínfima. É, portanto, um espaço dificilmente permeável às transformações e que, no entanto, em decorrência dos riscos de que é objeto, sofre modificações muito profundas há alguns decênios, ao mesmo tempo em decorrência das mudanças nos transportes (o automóvel transtorna a textura das cidades antigas), da mudança das atividades e sobretudo da

---

<sup>37</sup> Formée de l'ensemble de personnes résidant dans un groupement d'habitations compact en nombre minimal de 2.000 à condition que pour les noyaux de moins de 10.000 l'effectif vivant du travail de la terre ne dépasse pas 25%. Au-dessus de ce chiffre, tout groupement est considéré comme urbain. (DOLFFUS, 1973).



extensão de todas as cidades do mundo<sup>38</sup>. (DOLFFUS, 1973).

O espaço urbano seria um espaço limitado que aparece nos mapas em escala reduzida simbolizado por pontos e manchas ora alongadas, ora dispostas em forma de nebulosas. Quinhentos milhões de indivíduos, ou seja, um sétimo da população do mundo, que vivem em aglomerados de 100.000 habitantes ou mais, talvez ocupem com suas habitações e com seus locais de trabalho uma superfície que não deve ir além dos 200.000 quilômetros quadrados, ou seja, dois quintos da superfície da França. Apesar de seu crescimento atual, que leva praticamente à duplicação da área urbana mundial em cada geração, as superfícies urbanas permanecem limitadas. (DOLFFUS, 1973).

Um dos expoentes da geografia ativa, Bernard Kayser apud Armand Colin (1990), em sua obra *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*, defende que o espaço rural é um sistema econômico e social, agora totalmente integrado à cidade e ao campo. Em sua visão a área rural é definida como sendo um determinado modo de utilização do espaço e da vida social e caracteriza-se por:

(a) uma densidade relativamente fraca dos habitantes e das construções, fazendo aparecer uma preponderância das paisagens com cobertura vegetal; (b) um uso econômico com domínio agro-silvo-pastoral ;(c) um modo de vida de seus habitantes caracterizado por seu pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por sua relação particular com o espaço;(d) uma identidade e

---

<sup>38</sup> Il se caractérise par la concentration de l'habitat sur une surface limitée avec souvent l'entassement de la population dans des immeubles à étages. C'est un espace complètement équipé, qui, en raison de la forte densité des installations et de la très forte concurrence pour l'utilisation du terrain, est un espace cher, ce qui conduit, par suite des exigences de la rentabilité, à la concentration d'activités hautement productives au mètre carré. Il est le support d'activités très dense. Ses transformations sont rendues beaucoup plus délicates et coûteuses que dans l'espace rural, non seulement à cause du prix du terrain mais par suite de la densité des flux sur une faible surface. C'est donc un espace difficilement perméable aux transformations et qui, pourtant, par suite des enjeux dont il est l'objet, subit de très profondes modifications depuis quelques décennies, à la fois par suite des changements dans les transports (l'automobile bouleverse la texture des villes anciennes), du changement des activités et surtout de l'extension de toutes les villes du monde. (DOLFFUS, 1973).

uma representação específicas, fortemente coonestada pela cultura camponesa<sup>39</sup>. (KAYSER, 1990).

Assim sendo, os espaços rurais não podem desvincular-se do fator tamanho: ele exige um grau mínimo de continuidade, implica também num certo nível de organização administrativa e de controle por parte da autarquia local. Para ele o rural é a diversidade. Não se pode considerar qualquer estudo sem reconhecer e não classificar esta diversidade. Numa reflexão empírica, kayser distingue quatro tipos de áreas rurais:

(1) O primeiro tipo é aquele que nós mesmos qualificamos de terceira coroa periurbana (recusando-nos ao neologismo qualificativo de "rurbano", cujo uso só faz alimentar a confusão): é a coroa «onde os processos de urbanização afrontam uma agricultura e uma sociedade rural em pleno funcionamento, senão ainda em pleno vigor. A construção urbana está aí localizada e limitada... Ela não submerge todo o espaço, não progride sobre uma frente de urbanização» (2) O segundo tipo é caracterizado por uma economia agrícola produtiva: o conjunto do território cultivável é valorizado e explorado profissionalmente. O que não implica que a sociedade aldeã seja dominada pelos agricultores e pelo cotidiano da vida camponesa. (3) O terceiro tipo é aquele que é sem dúvida representado pela expressão corrente de espaço rural "profundo". Trata-se de um espaço, qualificado de marginas por alguns, de «reservado» por outros, cuja produtividade é enfraquecida e onde a modernização interferiu pouco. É um espaço empobrecido, astênico, mas numa certa medida disponível (De onde o senso de reserva) ou a própria sociedade, envelhecida pela dificuldade das condições de vida. (4) O quarto tipo é caracterizado pela implantação, fora de toda periurbanização, pois, o mais freqüente sobre as margens, de atividades de serviço urbano: lazeres (alta montanha, interior, litoral), mas também sanitários e sociais e mesmo industriais. Estas atividades dão vida ao espaço rural, transtornando a sociedade e introduzindo processos econômicos (especulação predial,

---

<sup>39</sup> (a) une densité relativement faible des habitants et des constructions, faisant appreître une prépondérance des paysages à couverture végétable ; (b) un usage économique à dominance agro-sylvo-pastoral ;(c) un mode de vie de ses habitants carctérisé par leur appartenance à des collectivités de taille limitée et par leur rapport particulier à l'espace ;(d) une identité et une représentation spécifiques, fortement coonetées par la culture pay-sanne. (KAYSER, 1990).

construção imobiliária, etc.), sociais e culturais irreversíveis<sup>40</sup>. (KAYSER, 1990).

Pierre George (assim como Kayser, ligado à geografia ativa) tinha uma visão de rural significativamente parecida com a de Dolffus. Concebia que o adjetivo “rural” designa um conjunto de formas e de atividades ligadas à vida do campo. A agricultura seria o único atributo que distingue o rural de outras formas de atividades humanas, e é na sociedade agrícola que está a base da vida rural. Para ele, três características são inerentes às sociedades agrícolas:

(1) “a base material de produção na atividade agrícola se exprime em termos de superfície (ao passo que, na economia industrial, ela é definida por medidas de tonelagem);” (2) a distribuição do tempo de trabalho aplicado na elaboração de uma produção agrícola subordina-se a ciclos climáticos – e, por conseguinte – biológicos, cuja duração limita a utilização da capacidade bruta de trabalho da população rural; (3) as condições naturais impõem limites geográficos às diversas categorias de produção agrícola”. (GEORGE, 1982, p.75).

Em sua visão, existiria, ainda, um rural não-agrícola, formado por uma população ocupada no comércio e nos serviços, mas que reside no campo.

---

<sup>40</sup> (1) Le premier type est celui que nous avons qualifié nous-même de troisième couronne périurbaine (nous refusant au néologisme qualificatif de « rurban », dont l’usage ne fait qu’alimenter la confusion) : c’est la couronne « où les processus d’urbanisation affrontent une agriculture et un société rural en plein fonctionnement, sinon encore en pleine vigueur. La construction urbaine y est localisée et limitée... Elle ne submerge pas tout l’espace, ne progresse pas sur un front d’urbanisation » (2) Le second type est caractérisé par une économie agricole productive : l’ensemble du territoire cultivable est mis en valeur et exploité professionnellement. Ce que n’implique pas que la société villageoise soit dominée par les agriculteurs et la quotidienneté par la vie paysanne. (3) Le troisième type est celui que est sans doute mieux représenté par l’expression courante d’espace rural « profond ». Il s’agit d’un espace, qualifié de marginal par certains, de « réserve » par d’autres, dont la productivité est faible et où la modernisation a peu joué. C’est un espace appauvri, asthénique, mais dans une certaine mesure disponible (D’où le sens de réserve) où société elle-même, vieillie la difficulté des conditions de vie. (4) Le quatrième type est caractérisé par l’implantation, en dehors de toute périurbanisation car le plus souvent sur les marges, d’activités de service urbain : de loisirs (haute montagne, arrière-pays littoral), mais aussi sanitaires et sociales, voire même industrielles. Ces activités renaissent vie à l’espace rural, en bouleversant la société, y introduisant des processus économiques (spéculation foncière, construction immobilière, etc.), sociaux et culturels irréversibles. (KAYSER, 1990).

Para George, o entendimento de rural também está diretamente ligado à paisagem.

(...) a população de uma região agrícola organiza o espaço que é capaz de dominar com suas técnicas e cria um cenário que se diferencia mais ou menos da paisagem natural e que se denomina *paisagem rural* (...). Os elementos constituintes da paisagem rural provêm, em grande parte, dos métodos aplicados para deixar o espaço agrícola em condições de produzir. (GEORGE, 1982, p.75).

Nota-se que uma paisagem rural não é imutável e as técnicas industriais têm introduzido novos elementos a ela, criando as paisagens rurais humanizadas e repletas de técnicas, principalmente, nos países desenvolvidos.

Possivelmente, isso se deve à sua base marxista para o entendimento do espaço. O marxismo vê o espaço enquanto prática social ou espaço social, nunca absoluto, isto é, “o espaço jamais tem existência em si, mas remete a alguma coisa outra” (Lefebvre, 2002, p.74). O espaço é um produto social explicado em face de suas relações de produção e das forças que compõem o modo de produção. Inclusive está no próprio Henri Lefebvre um dos marcos da alteração rural/urbana, (e também um dos marcos da visão urbanocêntrica).

Em “A revolução urbana” Lefebvre, ao analisar a evolução histórica humana, classifica a mesma em três campos, épocas ou camadas: o rural, o industrial e o urbano. Esses campos seriam caracterizados por duas fases críticas: a primeira é a subordinação da agricultura à indústria e a segunda, que vivemos hoje, é a subordinação da indústria à urbanização. Lefebvre desenvolve como tese “A urbanização completa da sociedade” e adverte que a “sociedade urbana” é a sociedade que resulta da urbanização completa. Pegoretti e Sanches (2005). Assevera, ainda, que o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária, e que o que ele chama de “tecido urbano” extrapola a área construída da

cidade sendo “o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 2002).

Levebvre afirma também que “as diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala”. Levebvre (2002). Para ele, existem três camadas no espaço: o espaço rural, o espaço industrial e o espaço urbano. Posteriormente adverte para a complexidade das estruturas presentes no rural.

O estudo de uma aglomeração rural, em todos os países, mostra equilíbrios mais sutis que não se teria imediatamente pensado: proporções entre a extensão das terras aráveis, das florestas, das pastagens — entre os grupos de seres vivos a quem o terreno fornece sua subsistência. Este estudo, trazendo fatos objetivos aos fatos humanos que lhes são ligados, descobre assim que os equilíbrios materiais, sem ser expressa e racionalmente desejados pelos homens, não são cega e mecanicamente obtidos; são do domínio de uma consciência, difícil de apreender e mais ainda de definir, curiosa mistura de prudência, iniciativa, desconfiança, credulidade, rotina: a sabedoria camponesa. A análise descobre enfim fissuras nesta ordem, incertezas nesta “sabedoria”, desequilíbrios mais ou menos duráveis, devidos a causas mais ou menos profundas: ou seja, enfim, problemas, necessidades, tendências, conflitos, adaptações bem-sucedidas ou fracassadas<sup>41</sup>. (LEFEBVRE, 2001).

Salienta-se que essa mesma linha de pensamento também é seguida por Fredric Jameson (1997), quando ele prega que o sistema mundial atual tende a um enorme urbano, uma vez à mercantilização do campo e a capitalização da agricultura está resultando no

---

<sup>41</sup> L'étude d'une agglomération rurale, dans tous les pays, montre des équilibres plus subtils qu'on ne l'aurait tout d'abord pensé : des proportions entre l'étendue des terres arables, des forêts, des pâturages — entre les groupes d'êtres vivants à qui le terroir fournit leur subsistance. Cette étude, revenant des faits objectifs aux faits humains qui leur sont liés, découvre aussi que les équilibres matériels, sans être expressément et rationnellement voulus par les hommes, ne sont pas aveuglement et mécaniquement obtenus ; ils relèvent d'une conscience, difficile à saisir et plus encore à définir, curieux mélange de prudence, d'initiative, de méfiance, de crédulité, de routine : la sagesse paysanne. L'analyse découvre enfin des fissures dans cet ordre, des incertitudes dans cette « sagesse », des déséquilibres plus ou moins durables, dus à des causes plus ou moins profondes : c'est-à-dire enfin des problèmes, des besoins, des tendances, des conflits, des adaptations réussies ou manquées. (LEFEBVRE, 2001).

desaparecimento da natureza, e isso terminará por levar à deterioração da vida nas cidades.

Em contra partida, Manuel Castells faz formulações pontuando algumas diferenças. Ele lembra que, de forma geral, nos Estados Unidos serão urbanas as localidades com mais de 2.500 habitantes (esse valor é oficialmente definido pelo *U.S. Census Bureau*) e na Europa 10.000 tendo como embasamento a conferência europeia de estatística em Praga. Para ele, também poderiam ser usados, como base de diferenciação, critérios mais abrangentes, como:

- a importância quantitativa dos aglomerados (10.000 habitantes, 20.000 habitantes, etc.);
- sua hierarquia funcional (gênero de atividades, situações no encadeamento de interdependência);
- sua importância administrativa.

Ao se combinar essas características, atingir-se-iam tipos diferentes de ocupação do espaço, mas, se isso fosse feito, a dicotomia rural/urbana deixaria de ter importância. “Poderíamos igualmente opor urbano a metropolização e, sobretudo, parar de pensar em termos de passagem contínua de um pólo a outro, para estabelecer um sistema de ligações entre as diferentes formas espaciais historicamente dadas”. (CASTELLS, 2000).

Castells contrapõe a idéia de urbanização generalizada e questiona o fato de Lefebvre batizar de “urbana” uma sociedade futura ainda utópica e de qualificar também como urbana as transformações culturais hoje ainda mal identificadas, que emergem nas metrópoles. (PEGORETTI; SANCHES, 2005).

A noção de urbano (oposto de rural) pertence à dicotomia ideológica sociedade tradicional/sociedade moderna, e refere-se a uma certa heterogeneidade social e funcional, sem poder defini-la de outra forma senão pela sua distância, mais ou menos grande, com respeito à sociedade moderna. (...) Mas esta diferenciação não se

reduz nem a uma dicotomia nem a uma evolução contínua, como o supõe o evolucionismo natural, incapaz de compreender estas formas espaciais como produzidas por uma estrutura e por processos sociais. (...). O modelo teórico de sociedade urbana foi elaborado, principalmente, por oposição à sociedade rural. Analisando a passagem da segunda para a primeira nos termos empregados por Tönnies, como a evolução de uma forma comunitária para uma forma associativa, caracterizada, principalmente, pela segmentação de papéis, a multiplicidade de dependências e a primazia de relações sociais secundárias (através das associações específicas) sobre as primárias (contatos pessoais diretos fundamentados na afinidade afetiva). (CASTELLS, 2000).

Até esse momento, e de forma geral, os pensadores marxistas enxergam os espaços rurais como se fossem províncias que, ao se transformarem em espaço urbano, são elevadas a “reino unido”. Seria nesse “reino” (urbano) que se dariam as relações e que se encontrariam de forma definitiva, a tecnologia, a modernidade, e até mesmo a pós-modernidade. Nesta visão, a urbanização é tida como uma fase superior do desenvolvimento humano e a única base para a modernidade.

A região urbana sempre tem sido o ambiente mais próximo que as pessoas experimentam: os locais de convívio social e pessoal mais íntimos abrangem entre o círculo familiar e do ambiente de trabalho<sup>42</sup>. (BOOKCHIM, 2000).

---

<sup>42</sup> The urban has always been the most immediate human environment that people experience: the locus of our most intimate social and personal concerns beyond the family circle or the workplace. (BOOKCHIM, 2000).

Da mesma forma que aconteceu na Europa, durante muito tempo não havia sentido em discutir, no Brasil, o entendimento de espaço rural. Porém, com o passar do tempo (...):

A relação cidade-campo troca de posições, num retraçamento do desenho dos cheios e vazios da distribuição espacial dos homens, que altera a forma ao mesmo tempo em que infunde novo conteúdo ao espaço (...). (MOREIRA, 2001).

Esses “novos conteúdos” tiveram ressonância entre os pesquisadores brasileiros da atualidade. Para Marta Inez Márques, por exemplo, o espaço rural corresponde a:

um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparece como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa. (MÁRQUES, 2002).

Para Wanderley, rural se define como:

Um modo particular de utilização do espaço e de vida social. (...) entendido ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (WANDELEY, 2001).

De acordo com Teixeira e Lages, rural é um conceito polissêmico, pois há numerosas maneiras de conceituá-lo. Para esses autores, a imagem do rural associado e confundido com o agrícola não mais se aplica em nossos dias, principalmente, nos países industrializados da Europa. Modos de vida e comportamentos socioculturais separariam cada vez menos os rurais e os urbanos. Teixeira e Lages continuam



afirmando que todo discurso sobre o modo de vida específico ou sobre o isolamento rural mudou, “pois mudou a mobilidade e a acessibilidade, com maior oferta de serviços, informação, infra-estrutura. Há uma convergência entre os modos de vida, valores, padrão de consumo entre o rural e o urbano”. (TEIXEIRA; LAGES, 1997).

Alguns instrumentalistas defendem os seus pontos de vista apelando para a subdeterminação das teorias pelos dados<sup>43</sup>. Muitos enfatizam o uso de novas técnicas e tecnologias, como sendo aspectos caracterizantes/descaracterizantes do espaço rural. Consideram – numa espécie de dogmatização –, a técnica e a tecnologia são atributos inerentes à vida urbana industrial. São visões que partem de olhares etnocêntricos e vislumbram, numa espécie de neocolonialismo, o urbano como espaço ativo e o rural como espaço passivo. Propugna-se, assim, o desvanecer do rural e a indelével supremacia/hegemonia do urbano. Neste patamar está o pensamento do economista José Graziano da Silva. Para ele, a diferenciação rural/urbana ocorre a partir de dois momentos marcantes:

1. a separação do campo e da cidade quando a indústria se muda para a cidade, e (... );
2. o movimento inverso de reunificação quando a agricultura “converte-se num ramo da própria indústria”. (SILVA, 1981).

Para o autor supracitado, no momento atual, estaria havendo uma verdadeira subordinação da agricultura (ou da natureza) ao capital, fazendo com que a produção agropecuária transforme-se em mais uma força sob seu domínio. Como exemplo desse fenômeno, há os complexos agroindustriais, que se solidificaram no Brasil a partir dos anos 60, exigindo dos seus partícipes ou integrados a implementação de técnicas produtivas típicas do setor industrial (padronização dos produtos, regularização e diminuição do tempo de produção, etc.). O

---

<sup>43</sup> A doutrina do instrumentalismo assenta na distinção entre o que é observável e o que não é. Esta distinção não está isenta de problemas. Alguns filósofos da ciência (T.S. Kuhn e Paul Feyerabend por exemplo), argumentam que a observação está “contaminada pela teoria”, com o que pretendem dizer que as nossas teorias anteriores influenciam as observações que fazemos e a importância que lhes atribuímos.

componente de unicidade presente nas várias atividades dos complexos agroindustriais “é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral”. (SILVA, 1996).

Do ponto de vista socioeconômico, o rural brasileiro vive um processo de retração do emprego agrícola e incremento de atividades não-agrícolas. De 1992 a 1995, houve um decréscimo da população rural ocupada em atividades agrícolas da ordem de 2,2% e um crescimento da população rural ocupada com atividades não-agrícolas da ordem de 3,5% ao ano. (SILVA, 2002a).

Logo, na apresentação de seu livro “O novo rural brasileiro”, Silva, num direcionamento claramente pró-urbanização do rural, mostra, o que ele chama de “as quatro bases do novo rural brasileiro”.

(1) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* (...); (2) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação (...) (3) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; (4) um conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados. (SILVA, 2002a).

Para Silva, o que realmente surgem no rural são “novas” atividades. (Quadro 4)

**Quadro 4: Novas atividades rurais**

<b>Atividades</b>	<b>Características</b>
Piscicultura	<p>Pesque-pagues destinados ao lazer.</p> <p>Criação de frigoríficos com a implantação de sistema de semi-integração do produtor.</p> <p>Turismo rural (Pantanal, Amazonas e Paraná)</p>
Criação de aves nobres	<p>São aves tidas como nobres e/ou exóticas (faisões, perdizes, codornas).</p> <p>Criação de avestruzes.</p> <p>Criação de gansos, patos galinhas de angola, pavões, abelhas nativas (sic), pássaros de canto e de porte.</p>
Criação de rãs	<p>Destinadas principalmente à produção de carne. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais.</p>
Criação de outros animais de corte	<p>Animais como o camarão-de-água-doce, jacarés, capivaras, javalis e <i>escargots</i>.</p>
Produção orgânica de ervas medicinal	<p>Atividade impulsionada pela indústria farmacêutica. Também existem as ervas destinadas a fazer tempero.</p>
Produção orgânica para mercado internacional diferenciado	<p>Produtos de custo mais elevado, mas voltados para um mercado internacional disposto a pagar mais por ele.</p>
Produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e de <i>fast-food</i> .	<p>A produção é feita principalmente em estufas ou pelo método de hidroponia.</p>

**Cont. - Quadro 4: Novas atividades rurais**

<b>Atividades</b>	<b>Características</b>
Floricultura e mudas de plantas ornamentais	A cidade de Holambra, em São Paulo, tem-se destacado nessa atividade.
Fruticultura de mesa	Destinada, principalmente, ao consumo <i>in natura</i> .
Produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada	Utilizando polpas de frutas regionais como graviola, umbu, cajá e cupuaçu.
Reprodução de plantas extrativas	O objetivo é substituir a extração de plantas da natureza. O melhor exemplo é o palmito.
Cultivo de cogumelos	Os grandes centros urbanos têm demandado espécies como o <i>champignon</i> e o <i>shiitake</i> .
Turismo rural	Tem-se desenvolvido de forma destacada nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.
Fazenda-hotel	Diferentemente dos hotéis-fazenda, nas fazendas-hotéis as atividades e rotinas continuam acontecendo de forma natural.
Complexos hípicas	Negócios ligados ao hipismo movimentaram R\$ 2,8 bilhões no período de 1993-1997.
Leilões e exposições agropecuárias	Leilões e exposições agropecuárias têm-se espalhado pelo país gerando milhões de reais em negócios a cada ano.
Festas de rodeio	Atividade que movimentou mais de US\$ 500 milhões somente em 1996 e tem crescido desde então.

Fonte: adaptado de Silva (2002a)

Graziano da Silva salienta, ainda, que o termo “novas” é utilizado no sentido de “atividades recriadas” já que muitas das atividades acima citadas já existiam. Também seriam novas as famílias pluriativas, isto é, aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas. Os fundamentos dessa renovada estrutura do espaço rural estão na sua urbanização, fundamentalmente nos países desenvolvidos, que passaram por um processo de industrialização da agricultura e sofreram o “transbordamento do mundo urbano”. (SILVA, 2002a).

Com base nessas proposições, Silva lança dúvidas sobre a pertinência da manutenção do conceito de rural e a importância de se fazer uma reforma agrária no Brasil (parece ser esse o objetivo máximo de toda sua teorização).

De acordo com Silva, estaria em andamento um duplo processo de urbanização do espaço rural brasileiro devido a uma expansão de uma lógica produtiva caracteristicamente urbana para os setores mais modernos da agricultura além do deslocamento de atividades também urbanas para as áreas onde a agricultura modernizada não se implantou. Essa lógica produtiva urbana e seu deslocamento para o mundo rural estariam vinculados à pluriatividade do trabalhador rural que combinaria “desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxteis, vidro, bebidas, etc.)” e a “combinação de atividades tipicamente urbanas” como, por exemplo, a administração das atividades agropecuárias. (SILVA, 2002a).

Duas das principais conclusões a que Silva chega são:

(1) o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra e que;

(2) a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é a única estratégia capaz de reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia. (SILVA, 2002a).

Observa-se que Silva conclui também que a reforma agrária seria inviável devido ao nível de renda baixo gerado pelas atividades tradicionais do setor. Ele sugere a transformação de famílias rurais em empreendedores capitalistas com a criação de uma espécie de “agroindústria doméstica”. Propõe políticas de desenvolvimento para esse “novo rural”. Seriam elas:

- políticas de “desprivatização” do espaço rural com a criação de moradias rurais, recuperação de vilas e colônias;
- políticas de urbanização do meio rural visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações; políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais;
- políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavoráveis e um reordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo no novo rural. (SILVA, 2002b).

Numa orientação distinta, embora não menos reducionista, dos postulados de José Graziano da Silva; José Eli da Veiga, em diversos artigos, livros e palestras, vêm como numa ladainha, reafirmando que “nem tudo é urbano”.

Veiga contribui com a obra “Cidades Imaginárias”, na qual o autor chama a atenção para a obrigação de se desfazer a indecisão ou imprecisão dominante na visão oficial sobre o desenvolvimento territorial do Brasil. Para ele, haveria uma necessidade premente de renovação do pensamento brasileiro sobre as “tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar”. (VEIGA, 2003, p.31).

Para consubstanciar seu questionamento, ele baseia-se no fato de que o Brasil é a única nação do mundo que considera urbana toda sede de município e de distrito. Veiga cita os parâmetros da

Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) que afirmam ser necessário, no mínimo, uma densidade demográfica de 150 hab/km<sup>2</sup> para que uma localidade seja considerada urbana. Tendo por princípio esse critério, o Brasil passaria a ter apenas 411 municípios urbanos de um total de 5.507.

Veiga diz, ainda, que um dos problemas centrais dessa disparidade estaria no fato de que a legislação brasileira, para definir o que é rural e o que é urbano, “encontra-se obsoleta”, pois foi formulada no período do Estado Novo getulista.

Qualquer pessoa que conheça um município de pequeno ou médio porte localizado fora de aglomerações poderá confirmar que sua economia é essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Claro, haverá certamente atividades comerciais, de transporte e outros serviços. E mesmo indústrias classificadas como empresas urbanas. Só que quase tudo diretamente vinculados a lides agrícolas, pecuárias, florestais, pesqueiras, minerais, ou a recreações dependentes da natureza. (VEIGA, 2003, p. 56).

Ele alerta que há no mundo desenvolvido, de acordo com a tipologia criada pela OCDE, três tipos de países: os relativamente rurais, os essencialmente rurais e os essencialmente urbanos.

No primeiro grupo estariam, por exemplo, França e Japão, países que possuem de 50% a 70% de seus territórios ocupados por regiões essencialmente rurais e totalmente rurais. No segundo grupo entrariam países como os Estados Unidos e a Austrália onde mais de 70% de seus territórios são essencialmente ou totalmente rurais. Por último, estão aqueles países, como é o caso da Holanda, Bélgica e Reino Unido, cujas regiões essencialmente urbanas ocupam mais de 30% de seu território e as regiões essencialmente rurais não passam de 20% da suas áreas totais. Nesses países, a maior parte da população vive em locais relativamente ou essencialmente rurais e as regiões rurais mais prósperas têm em seu núcleo um ou mais centros urbanos que

possuem a função de pólos gravitacionais, “daí a importância de se entender que as economias locais resultam de relações sinérgicas entre atividades urbanas e rurais”. (VEIGA, 2003, p. 11).

Não haveria, assim, uma oposição ou um *continuum* rural-urbano, mas uma inter-relação visto que eles estão eminentemente ligados.

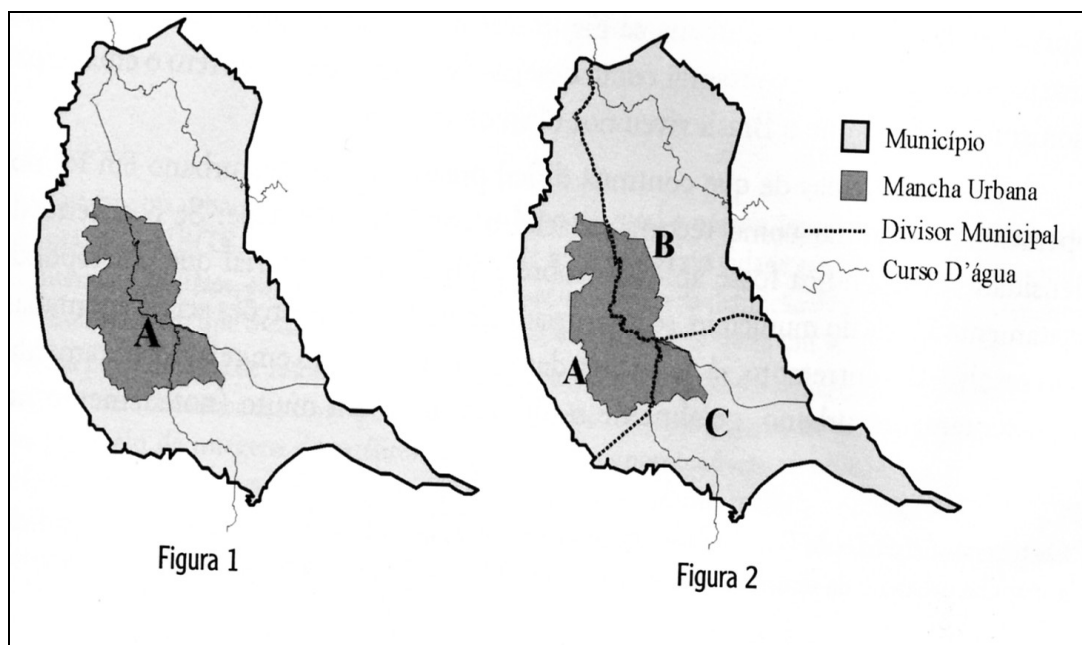
Enfim, a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. Não faz sentido, portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização. (VEIGA, 2004a, p. 26).

Dessa forma, mesmo a maior densidade demográfica das áreas que não são totalmente rurais e nem chegam a ser propriamente urbanas configura-se em fator suficiente para concluir que não há mais contradição material e histórica entre o fenômeno urbano e o fenômeno rural. (VEIGA, 2004).

Matos, por sua vez lança, “dúvidas” a respeito do pensamento de Veiga. Para ele, sua proposta ainda é incompleta, deixando falhas e lacunas a serem preenchidas. Essas falhas são exemplificadas nos desenhos abaixo. São áreas com tamanhos idênticos de 11.407 km<sup>2</sup>.



## Mapa 1: Divisão de municípios



Fonte: Matos, 2005

A primeira área contém um município e a segunda, três, ambos com uma área urbana de mesmo tamanho e forma com 900 mil habitantes. No primeiro caso a densidade demográfica é de 78,9 hab/km<sup>2</sup> e no segundo há uma divisão do urbano em três áreas demográficas com 600 mil (densidade de 157,8 hab/km<sup>2</sup>), 260 mil (densidade de 68,4 hab/km<sup>2</sup>) e 40 mil habitantes (densidade de 10,5 hab/km<sup>2</sup>).

### Quadro 5: Áreas demográficas

	Município	Figura 1	Figura 2
<b>Área</b>	A	11.407 km <sup>2</sup>	11.407 km <sup>2</sup>
<b>População</b>	A	900 mil	600 mil
	B		260 mil
	C		68,4 mil
<b>Densidade demográfica</b>	A	78,9 hab/km <sup>2</sup>	157,8 hab/km <sup>2</sup>
	B		68,4 hab/km <sup>2</sup>
	C		10,5 hab/km <sup>2</sup>

Fonte: Matos, 2005

Matos realiza a seguinte leitura:

1) Na primeira Figura, embora haja uma população expressiva, quase um milhão de habitantes, o cálculo da densidade não atinge o limiar de 80 hab/km<sup>2</sup>, conforme sugestão de Eli da Veiga. É como se o município sofresse uma penalidade pelo fato de ter uma superfície territorial muito grande e ainda não ter sofrido o processo de fragmentação territorial. A mesma população para um município de 330,9 km<sup>2</sup> -como Belo Horizonte - resultaria na alta densidade de 2.719,8 hab/km<sup>2</sup> (a extensão líquida do tecido urbano poderia ser a mesma em ambas as hipóteses).

2) Na segunda Figura, supõe-se que tenha havido um surto emancipacionista e surgido, do município da Fig. 1, três novos municípios, A, B e C. A Fig. 2 expõe várias conclusões que distorcem o que a realidade geográfica diz por si mesma: i) calculando-se as densidades para cada município isoladamente, obtém-se a estranha conclusão de que o município A refere-se ao Brasil urbano; o município B, ao Brasil intermediário; e o município C, ao Brasil não-urbano (ou rural). A evidente conturbação exposta no desenho (que indica a presença de uma única cidade) e totalmente ignorada; ii) com isso, alguns analistas cometem o equívoco de nomear a área urbana B de cidade média metropolitana!!!; iii) utilizando uma linha de raciocínio semelhante (ancorada no município como unidade territorial isolada), a proposta do Ipea-Nesur classifica a cidade da Figura 1 como um simples centro urbano, ainda que de tamanho demográfico expressivo. Já, a mesma área urbana na Figura 2 ganha o status superior de aglomeração urbana, o que acaba por consagrar como desejável e tecnicamente correto o emancipacionismo artificial que o Brasil viveu nos últimos 10 anos. (MATOS, 2005).

Por um lado, P. Singer (1973) afiançava que distinguir “campo de cidade” a partir do tamanho da população ou da densidade demográfica somente teria sentido numa situação histórica dada. Por outro lado, para Roberto José Moreira o tipo de pensamento proposto por Veiga e por Silva acontece, em parte, porque:

Na modernidade burguesa, os pólos construtores de identidades estiveram sediados na indústria e na cidade. Desses pólos emergiram a atribuição dos sentidos. Tais pólos foram os mais valorizados e carregaram poderes assimétricos nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O rural subalterno, que emerge dessa assimetria, tem como pólo hegemônico e referencial o poder emissor de sentido da indústria e da cidade. É nesse sentido que as imagens ontogênicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano, carregam as noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças etc. (MOREIRA, 2005).

Isso se evidencia quando os urbanocentristas asseguram que o desenvolvimento da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações são fatores diretamente ligados à urbanização. Onde essas estruturas chegam, o urbano também chega e o rural se distancia.

(...) as engenharias criadas e superpostas à natureza transformaram os elementos econômicos da vida material, quais sejam, produção, circulação e consumo. A cidade, sob a égide do capital, e o *modus vivendi* urbano permearam o interior do estado, invadiram o âmbito rural ou não-urbano, subordinando-o, incutindo-lhe seu sentido, sua forma, sua função. (LINHARES; MAGALHÃES; MONTE-MÓR, 2004)

Mesmo aceitando a presença de valores, capitais e atividades “urbanas” permeando diferentes espaços, o rural jamais perdeu suas especificidades.

O espaço rural unifuncional, agrícola, cedeu lugar a um espaço multifacetado, em que coexistem variadas atividades, interesses e pessoas. Além da penetração das atividades secundárias e terciárias, o rural enfrenta, hoje, uma diversificação de atividade e de trabalho inclusive no interior da unidade de produção agrícola. O atrelamento rural-agrícola já não existe, e o geógrafo não pode mais tranquilizar-se por estar estudando o rural quando enfoca a agricultura. (DINIZ, 2003).

Tendo também o campo como sinônimo de rural, alguns estudiosos vêem o camponês como principal ator do rural. Para Sérgio Sauer, por exemplo, a luta pela terra é uma forma de efetivar uma “recriação” do rural ou uma “reinvenção” do rural “agregando novos elementos e perspectivas à vida no meio rural, e, dessa forma, criando uma nova ruralidade”. (SAUER, 2003).

Essa “recriação” é identificada como uma maneira de mitigar a “oposição entre terra (rural como atraso) e modernidade (urbano como local do moderno)”. Nesse sentido, a luta pela terra surge como força motriz a levar os ares de uma modernidade histórica ao campo, de forma a impedir que o rural seja visto como “arcaico ou antimoderno”. Os movimentos sociais, os assentamentos e a própria luta são fatos carregados de história que, em conjunto, possibilitam “reterritorializações”. (SAUER, 2003).

A respeito desses movimentos sociais, Ariovaldo U. de Oliveira dedica a maior parte de seus estudos. Ferrenho crítico daqueles que advogam o fim do rural tendo por base dados estatísticos e censitários, Oliveira afirma que:

No Brasil há intelectuais que preferem acreditar que o campo acabou e que a agricultura é atividade de tempo parcial (part-time farmer). (...) O campo do Brasil real foi substituído pelo Brasil da ficção virtual que emerge das análises estatísticas da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar que o IBGE levanta. Aliás, esses intelectuais continuam a fazer com que a ‘estatística seja a arte de torturar os números até que eles confessem (...)’ Há também entre esses intelectuais aqueles que travam uma briga falsa com as estatísticas do IBGE. Como este instituto toma como base para seus levantamentos estatísticos o perímetro urbano definido por lei em cada município do país, este critério dos tempos getulistas, ‘esconderia’ um Brasil majoritariamente rural, pois a maioria das cidades brasileiras vive das atividades rurais. Para eles, portanto, a maior parte da população levantada como urbana pelo IBGE é também nesta ‘ficção virtual da também virtual teoria’ uma população rural. (OLIVEIRA, 2003, p.43).

Para o autor acima citado, campo e cidade formam uma unidade contraditória onde as diferenças entre os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária, comércio, indústria etc.) acabam por se solidificar na presença dos bóias-frias (trabalhador rural), nas cidades e no fato de que as greves dos trabalhadores rurais são feitas nas cidades. Oliveira lembra ainda que a industrialização dos produtos agrícolas possa ser feita no campo com trabalhadores das cidades.

Aí reside um ponto importante nas contradições de desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória que separou a agricultura, a indústria, a cidade e o campo. Cabe lembrar que essa unidade contraditória não elimina suas diferenças, ao contrário, aprofunda-as tornando-as cada uma mais específicas, porém, cada vez mais portadora de características gerais de ambas. (OLIVEIRA, 1994).

Marxista (ou neo-marxista como preferem alguns), Oliveira entende que o camponês e o desenvolvimento capitalista do campo são protagonistas do espaço rural. Afiança que os estudos da geografia agrária tem se dividido em diferentes vertentes dentro do próprio marxismo (ou mesmo do positivismo). Um grupo de intelectuais, por exemplo, acredita que “a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo” possibilitando, finalmente, a definitiva extinção do feudalismo<sup>44</sup>. Outro grupo “entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria<sup>45</sup>”. Outro grupo, do qual ele se diz pertencente, acredita que o modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Ao mesmo tempo em que as relações capitalistas avançam no campo o “capitalismo produz também, igual e contraditoriamente,

---

<sup>44</sup> Entre os principais autores dessa corrente, Oliveira cita, dentre outros, Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Inácio Rangel (Oliveira, 2004, p34)

<sup>45</sup> Entre os principais autores dessa corrente estariam: Karl Kautsky, Vladimir Lenin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr., Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Conceição D’Incao, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, José Ely da Veiga, Ruy Moreira e Paulo Alentejano (*Ibidem*).

relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo)”.<sup>46</sup> (OLIVEIRA, 2004, p.36).

Na visão de Oliveira a “cidade e o campo” estão unidos dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta, e o a expansão do urbano é fruto do modo capitalista de produção. Isso fez com que o urbano seja maior que a cidade ou o campo, mas não os eliminou.

Um não pode ser entendido sem o outro. Mas isso não quer dizer que um foi incorporado pelo outro (...), o campo industrializou-se, porém ele ainda continua sendo o campo, o mundo rural com suas especificidades, agora contraditoriamente mais conflitado. (OLIVEIRA, 2004, p. 44).

Visto dessa forma, campo e cidade estariam se unindo. Seria uma união dialética que se manifestaria tanto no processo produtivo, quanto na luta por melhores salários e melhores preços e, principalmente, pela reforma agrária, sendo, “contraditoriamente, nas cidades que os camponeses estão ganhando a luta pela reforma agrária”. (OLIVEIRA, 2004, p. 64).

---

<sup>46</sup> Entre os principais autores dessa corrente estariam: Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amim, Kostas Vergopoulos, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva, Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortmann, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Regina Sader, Ireci Palheta, Rosa Ester Rossini. (Ibdem, pg 36)

### **3 – AS DIFERENTES LEITURAS OFICIAIS SOBRE O RURAL – ALGUNS EXEMPLOS**

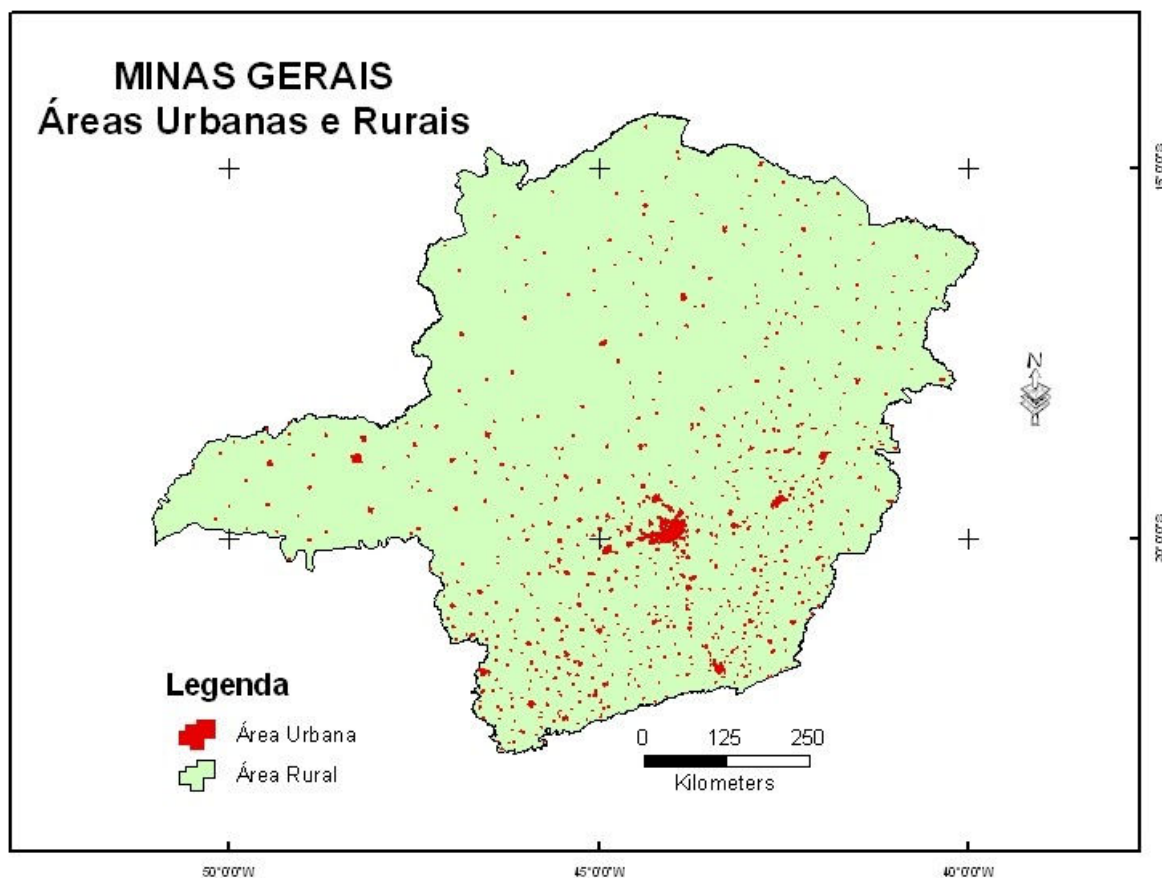
*“Rural exprime, sobretudo, localização”  
(Antônio Candido-Os parceiros do rio bonito)*

Além das definições acadêmicas sobre “Espaço Rural” há as definições oficiais que se utilizam de diferentes parâmetros de avaliação (normalmente de base estatística) objetivando ampliar a confiabilidade de censos e políticas públicas.

O "espaço rural" é um conceito geográfico, com localizações identificáveis, limitáveis em um mapa, ou se trata de uma representação social, de uma comunidade de interesses, culturas e modos de vida? Muitas vezes somos obrigados a delinear o espaço (área) através das categorias de localização e da distribuição, para que isso facilite, por exemplo, os levantamentos censitários. Isto significa que a base teórica atual não é suficiente para responder à questão proposta neste parágrafo. Na tentativa de unir as duas vertentes apresentadas na questão, será sugerido, através da base teórica até aqui discutida, o mapeamento, uma nova forma para a qualificação do rural. O estado de Minas Gerais servirá de exemplo.

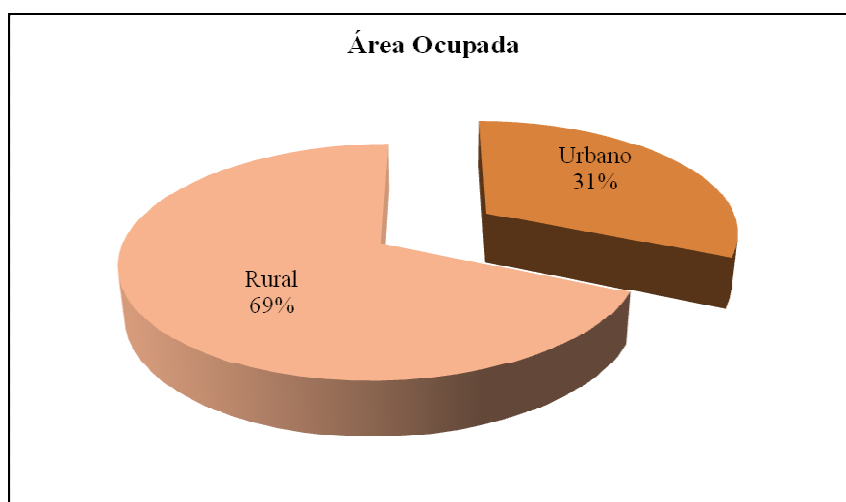
O sítio urbano é pontual. Mesmo espalhado (explosão) no espaço (área) sua área ocupada é, proporcionalmente, muito menor que a área delimitada pelo espaço rural. O mapa abaixo mostra as áreas urbanas (31,44%) e rurais (68,56%) do estado de Minas Gerais, de acordo com os dados do IEF/MG.

**Mapa 2: Áreas urbanas de Minas Gerais**



Fonte: Ivair Gomes (dados fornecidos pelo Instituto Estadual de Florestas de MG - 2002)

**Gráfico 1: relação entre áreas urbana e rural**



Fonte: Ivair Gomes



Percebe-se que do ponto de vista de “área ocupada”, mesmo numa simplificação elementar como a anteriormente apresentada, o rural ainda sobressai na paisagem. Porém os países e diversos autores (alguns já citados no capítulo anterior) insistem em definir áreas urbanas e rurais. Isso é compreensível, pois essas nações necessitam dar valores censitários a seus dados. Desta forma, muitas são as variáveis adotadas por cada país. Variáveis essas que se dão devido às características inerentes de cada um. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que:

Como las características que diferencian a las zonas urbanas de las rurales difieren de un país a otro, la distinción entre la población urbana y la población rural no puede condensarse todavía en una sola definición aplicable a todos los países y ni siquiera a la mayoría de los países de una región. Cuando no existen recomendaciones generales sobre esta cuestión, los países deben establecer sus propias definiciones, de conformidad con sus necesidades peculiares. (NACIONES UNIDAS, 1998 p.71).

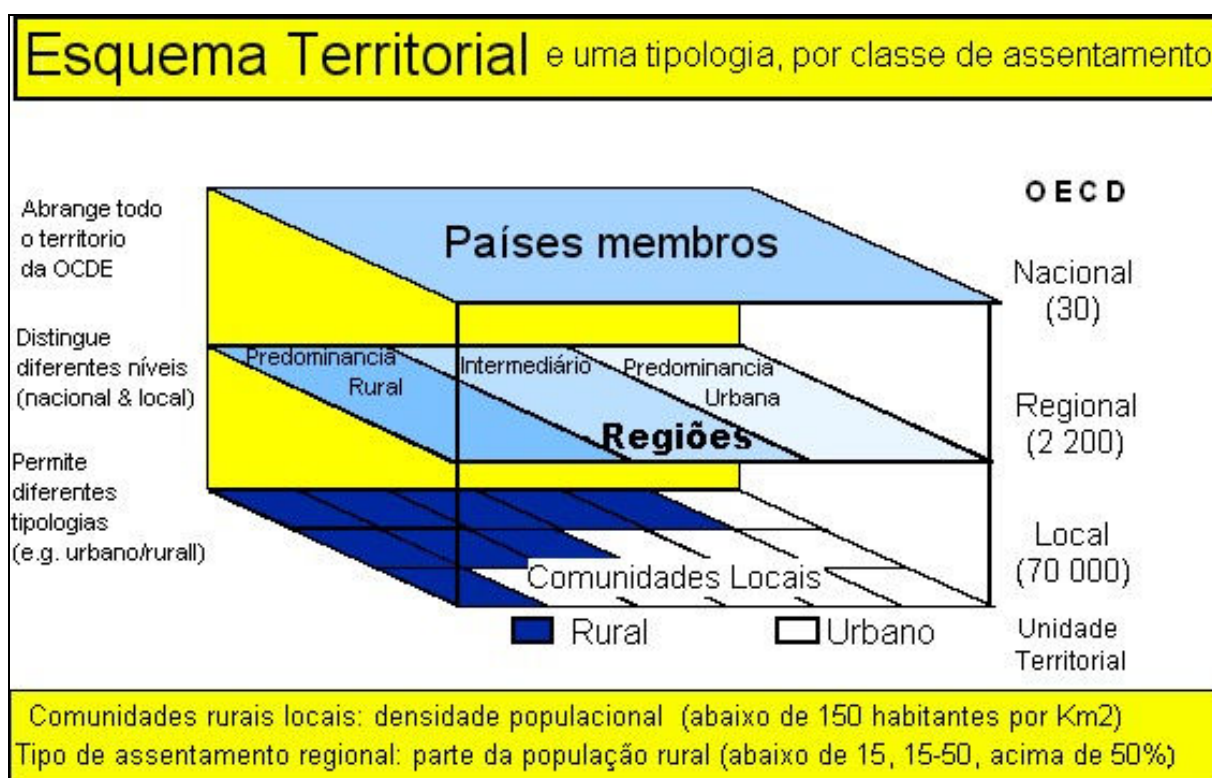
A ONU propõe a utilização critérios como o predomínio de atividades agrícolas pela população economicamente ativa, o acesso a serviços e instalações considerados tipicamente urbanas e a densidade populacional.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou, em 1991, através do *Rural Development Programme*, o *Rural Indicators Project*, com o objetivo de obter dados internacionalmente comparáveis para o “rural”.

O sistema da OCDE faz a distinção entre dois níveis geográficos no seio das nações: o nível da comunidade local e o nível regional (ver Gráfico 2). As comunidades locais são definidas como unidades administrativas básicas ou pequenas áreas estatísticas. Elas são classificadas como rurais ou urbanas. Regiões são definidas como

unidades administrativas maiores ou áreas funcionais, o que reflete o contexto mais amplo de desenvolvimento rural. Elas são descritas apenas como sendo mais ou menos rurais. (PLESSIS et al., 2002).

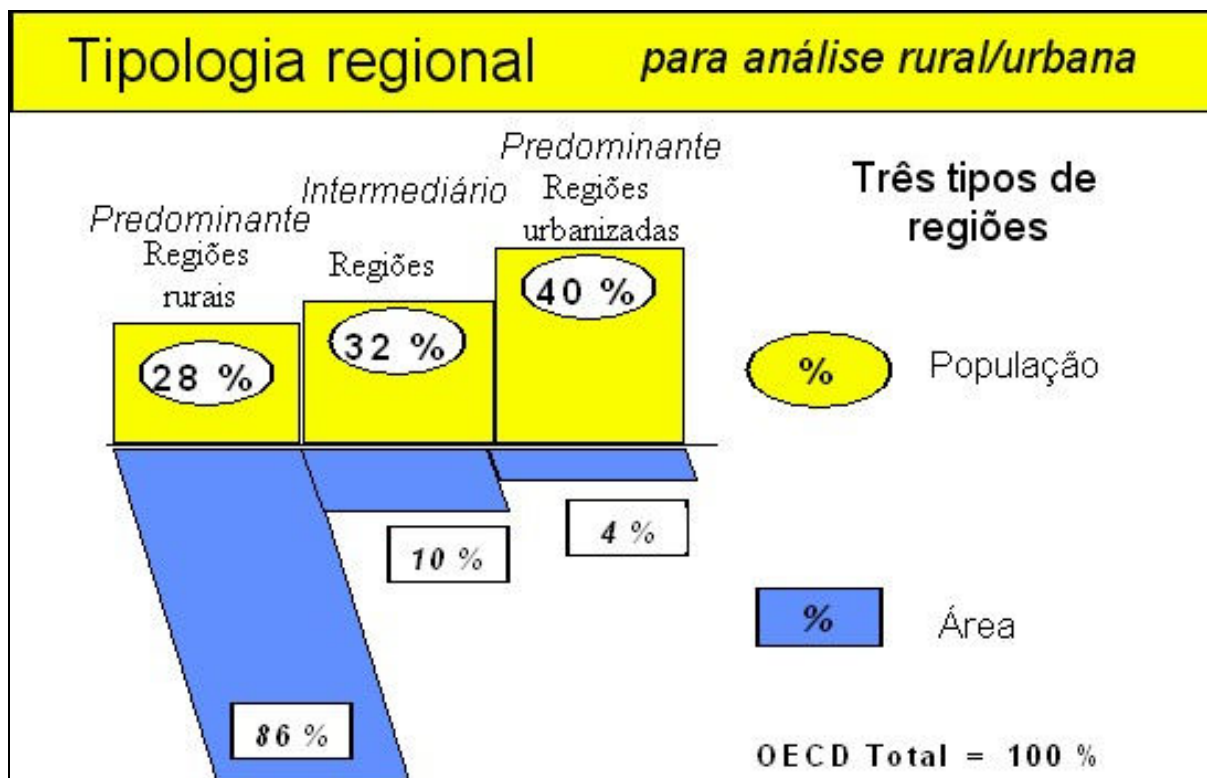
**Gráfico 2: Esquema territorial e tipologia por tipo de assentamento**



A OCDE utiliza um limiar de 150 habitantes por quilômetro quadrado para identificar as comunidades rurais. Ela distingue três tipos de regiões, em função da quota-parte da população que vive nas "comunidades rurais:"

- regiões predominantemente rurais: mais de 50% da população vive em uma "comunidade rural", .
- regiões Intermediárias: entre 15% e 50% da população vive em uma "comunidade rural",
- regiões predominantemente urbanas: menos de 15% da população vive em uma "comunidade rural".

**Gráfico 3: Tipologia regional para análise rural/urbana**



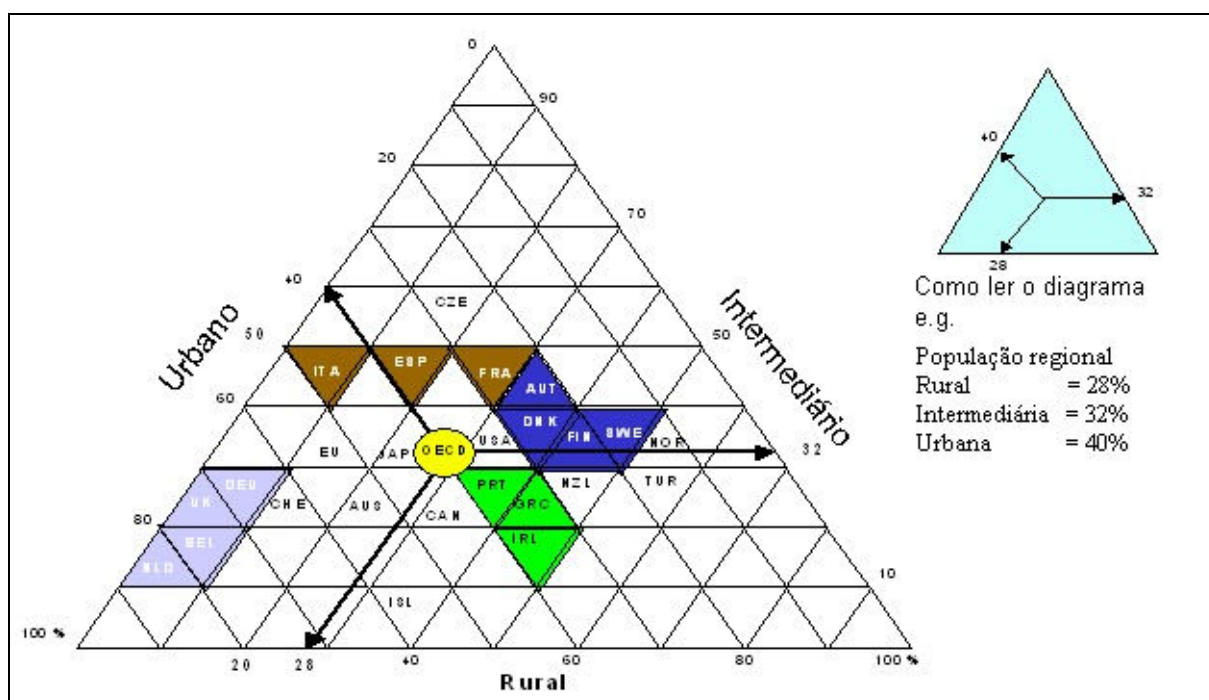
Dependendo da finalidade destas unidades territoriais, elas podem ser caracterizadas e agrupadas de acordo com diversas tipologias. Por exemplo, para as análises em nível local, pequenos territórios são classificados como sendo rurais ou urbanos. A OCDE identifica estas áreas rurais como sendo comunidades com densidade populacional inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado. Estas áreas podem ser caracterizadas como mais ou menos rurais ou urbanas, em função da proporção da população que vive no meio rural ou urbano.

A organização espacial dos países membros da OCDE é caracterizada por uma grande diversidade de padrões territoriais. Em termos gerais, cerca de um quarto da população desses países habitam áreas predominantemente rurais, muitas vezes regiões remotas, com uma maioria de pessoas nas comunidades rurais pouco povoadas. No outro extremo, perto de 40% da população da OCDE está concentrada

em menos de 4% do território, em regiões predominantemente urbanizadas. (OECD, 1999).

O terço restante da população vive em regiões intermédias (Gráfico 3). Considerando que, para alguns países, (por exemplo, maioria dos países nórdicos), a população se divide em regiões predominantemente rural, intermediária, predominantemente urbanizada, como na Bélgica, no Reino Unido, ou na Alemanha. Outros países se caracterizam por uma estrutura dual com grandes proporções da população nos dois extremos, predominantemente rural e predominantemente urbanizadas (por exemplo, Irlanda, Grécia, Portugal), enquanto que na França, Espanha e Itália a maior parte cai na categoria intermédia das regiões (Gráfico 4).

**Gráfico 4: Categorias das regiões rurais**



Fonte: OECD, 1999

Várias são as dificuldades enfrentadas para equalizar essas classificações nos censos. Uma delas é a determinação das características que conferem a qualidade de urbano ou rural a um espaço dado, visto que essa qualificação depende de circunstâncias

tais como o nível de desenvolvimento de cada país e seus elementos culturais. Por exemplo: núcleos densamente povoados de países atrasados mantêm condições de vida de sua população, dificilmente assemelháveis às condições urbanas, uma vez que, nos países desenvolvidos, graças à qualidade de sua infra-estrutura de comunicação e de transportes. Toda população, inclusive aquela que vive em áreas distantes e isoladas, obtém acesso a todo tipo de bens e serviços, com pequena diferença em relação ao oferecido à população urbana. (MARTINEZ, 2001).

A Comissão das Comunidades Europeias (CEE), no comunicado “O futuro do mundo rural”, afirma que, segundo o significado habitual desse conceito na Europa, o mundo rural abarcaria aquelas zonas e regiões onde se levam a cabo atividades diversas e incluiria os espaços naturais e cultivados, as pessoas, vilas, pequenas cidades e centros regionais, bem como as zonas rurais industrializadas dessas regiões. E continua:

A noção da paisagem não envolve apenas a simples delimitação geográfica. Evoca todo um tecido econômico e social, com um conjunto diversificado de atividades como a agricultura, o artesanato, as pequenas e médias indústrias, comércio e serviços. Serve de amortizador e espaço regenerador, sendo indispensável para o equilíbrio ecológico ao mesmo tempo que se torna lugar para o descanso e recreação<sup>47</sup>. (MAPA apud HERNANDO;TRIGUEROS, 1994).

Hernando e Trigueros afirmam que é mais lógico que cada país faça sua própria definição de rural, de acordo com suas próprias circunstâncias ecológicas, históricas e com a evolução de sua densidade populacional e a organização de seu povoamento. Eles

---

<sup>47</sup> Pero la noción del mundo rural no implica únicamente la simple delimitación geográfica. Evoca todo un tejido económico y social, con un conjunto de actividades de lo más diverso: agricultura, artesanía, pequeñas y medianas industrias, comercio y servicios. Sirve de amortiguador y espacio regenerador, por lo que resulta indispensable para el equilibrio ecológico al tiempo que se ha convertido en un lugar privilegiado de reposo y ocio. (MAPA apud HERNANDO;TRIGUEROS, 1994).

destacam o estudo de García Gartolomé<sup>48</sup> sobre o rural espanhol, que estabelece uma tipologia segundo a qual a população rural seria aquela que vive em núcleos menores de 2 mil habitantes, e que aqueles núcleos com população entre 2 mil e 10 mil seriam os “semiruais” e se constituiriam em “agro-cidades”. Ele se baseia no tamanho do núcleo das cidades e não nos municípios, o que, de acordo com Hernando e Trigueros, oferece maior precisão ao mundo rural espanhol.

Essa definição estatística espanhola tende a coincidir com a de outros países europeus, mas difere de alguns deles. A Alemanha, por exemplo, usa a definição a partir da densidade populacional: áreas com densidade inferior a 100 hab/Km<sup>2</sup> e que não possuem em seu interior cidades com mais de 100.000 habitantes. Hernando e Trigueros complementam que às variáveis quantitativas devem-se acrescentar variáveis qualitativas, pois, segundo eles, o rural não pode ser definido tendo somente por referência um limiar de habitantes e sua densidade. Citam, ainda, várias propostas elaboradas por diferentes autores. (Quadro 6).

---

<sup>48</sup> BARTOLOMÉ, J. M. Garcia. 1993. El final del campesinado. El boletín. n 5, pp. 33-37.

## Quadro 6: Propostas de definição do rural

Autor	Definição
G. P. Wibberley	A parte de um país que mostra sinais evidentes de um claro predomínio de usos extensivos de uso da terra, no presente um num passado imediato <sup>49</sup> .
H. Clout	O estudo do recente uso social e económico da terra e das mudanças espaciais que tiveram lugar em áreas de menor densidade populacional, nas quais, em virtude de seus componentes visuais, se reconhecem como o campo <sup>50</sup> .
A. W. Gilg	Ainda que o campo permaneça visualmente diferenciado do mundo urbano, se está urbanizando cada vez mais em termos sociais e económicos <sup>51</sup> .
Georges Duby	Obviamente, a mais antiga divisão entre campo e cidade foi apagada de nossos olhos e se revelou como uma das mais drásticas mudanças que afetam nossa civilização... é precipitado a fusão entre a cidade e o campo <sup>52</sup> .
H. Mendras	O campo se converteu em um lugar de vida mais que em um lugar de produção agrícola <sup>53</sup> .
G. Moss	Constituem o que se considera agora como um sistema contínuo ou contínuo Rural-Urbano, em que não há distinção clara entre o rural e o urbano, e que comporta diversos níveis de atividades sociais e económicas que alcançam o ponto mais elevado em um extremo urbano do contínuo, a atividade humana e a produção de objetos

<sup>49</sup> “La parte de un país que muestra signos evidentes de un neto predomnio de los usos extensivos del suelo, em el momento presente o em el pasado inmediato.”

<sup>50</sup> “El estudio del reciente uso social y económico de la tierra y de los cambios espaciales que han tenido lugar en áreas de menor densidad de población, las cuales, en virtud de sus componentes visuales, se reconocen como el campo.”

<sup>51</sup> “Aunque el campo permanece visualmente diferenciado del mundo urbano, se está urbanizando cada vez más en términos sociales y económicos.”

<sup>52</sup> “Con toda evidencia, la más antigua división entre el campo y la ciudad se borra bajo nuestro ojos y este hecho se revela como una de las más drásticas mutaciones que afectan a nuestra civilización... se precipita la fusión entre la ciudad y el campo.”

<sup>53</sup> “El campo se convierte en un lugar de vida más que en un lugar de producción agrícola.”

	manufaturados predominam e se intensificam, enquanto que no extremo rural, os processos ecológicos e os recursos naturais predominam e se intensificam igualmente <sup>54</sup> .
--	---

**Fonte: Adaptado de Hernando; Trigueros, 1994**

Na Colômbia, os censos vêm utilizando, sobretudo, uma classificação administrativa, onde predomina *la diferenciación cabecera – resto como aproximación a la clasificación. rural – urbana*. Exceção feita ao censo de 1973, onde se utilizou uma definição por tamanho, com o rural sendo definido pelo limite de 1.500 habitantes.

Ha<sup>55</sup> uma tendência de se padronizar a definição de uma unidade mínima de características urbanas conhecidos como povoados ou localidades. O limite mínimo para a consideração destas localidades era de 10 ou mais casas em 1964, 500 habitantes em 1973, não pôde ser estabelecida em 1985 e em 1993 foi um critério combinado de 20 ou mais habitações contíguas e conformação urbana, ou seja, a existência de quadras, ruas e estradas. A esse último tipo de classificação podemos chamar de morfológica. (HERNANDO; TRIGUEROS, 1994).

Nos Estados Unidos, segundo definição do *E.U. Census Bureau*, os espaços rurais compreendem áreas abertas e localidades com menos de 2.500 habitantes e que não pertençam a Áreas Urbanizadas

<sup>54</sup> “Constituyen lo que se considera ahora como un sistema continuo o continuo rural-urbano, en el que no hay distinción neta entre lo rural y lo urbano, y que comporta diversos niveles de actividad social y económica que alcanzan el punto más elevado en el extremo urbano y el más bajo en el rural. Si se va hacia el extremo urbano del continuo, la actividad humana y la producción de objetos manufacturados predominan y se intensifican, hacia el extremo rural, los procesos ecológicos y los recursos naturales predominan y se intensifican igualmente.”

<sup>55</sup> También se ha tendido a sistematizar la definición de una unidad mínima de características urbanas llamadas centros poblados o localidades. El umbral mínimo para la consideración de estas localidades era de 10 o más casas en 1964, 500 habitantes en 1973, no se pudo establecer en 1985 y en 1993 fue un criterio combinado de 20 o más viviendas contíguas y conformación urbana, es decir, la existencia de manzanas, calles y carreras. A este último tipo de clasificación le podemos llamar morfológica. (HERNANDO; TRIGUEROS, 1994).



(UA) e a *Cluster Urbanos* (UC). Para eles, rural é aquilo que não se classifica como urbano, ou que não apresentam as seguintes características:

(1) Lugares com 2.500 pessoas ou mais definidos como cidades, vilas e bairros (exceto no Alasca e Nova Iorque), e cidades interioranas (exceto nos seis estados da Nova Inglaterra e Winsconsin), mas sem contar com as porções rurais das “extensões urbanas”. (2) O Censo designou lugares de 2.500 ou mais pessoas. (3) Outro território, incorporado ou não, incluídos nas áreas urbanas<sup>56</sup> (US Census Bureau, 1995).

Mais especificamente, territórios, populações e moradias não classificadas como urbanas são consideradas rurais. De acordo com estes dados, a população rural nos EUA era de 59 milhões (21 por cento do total) em 2000.

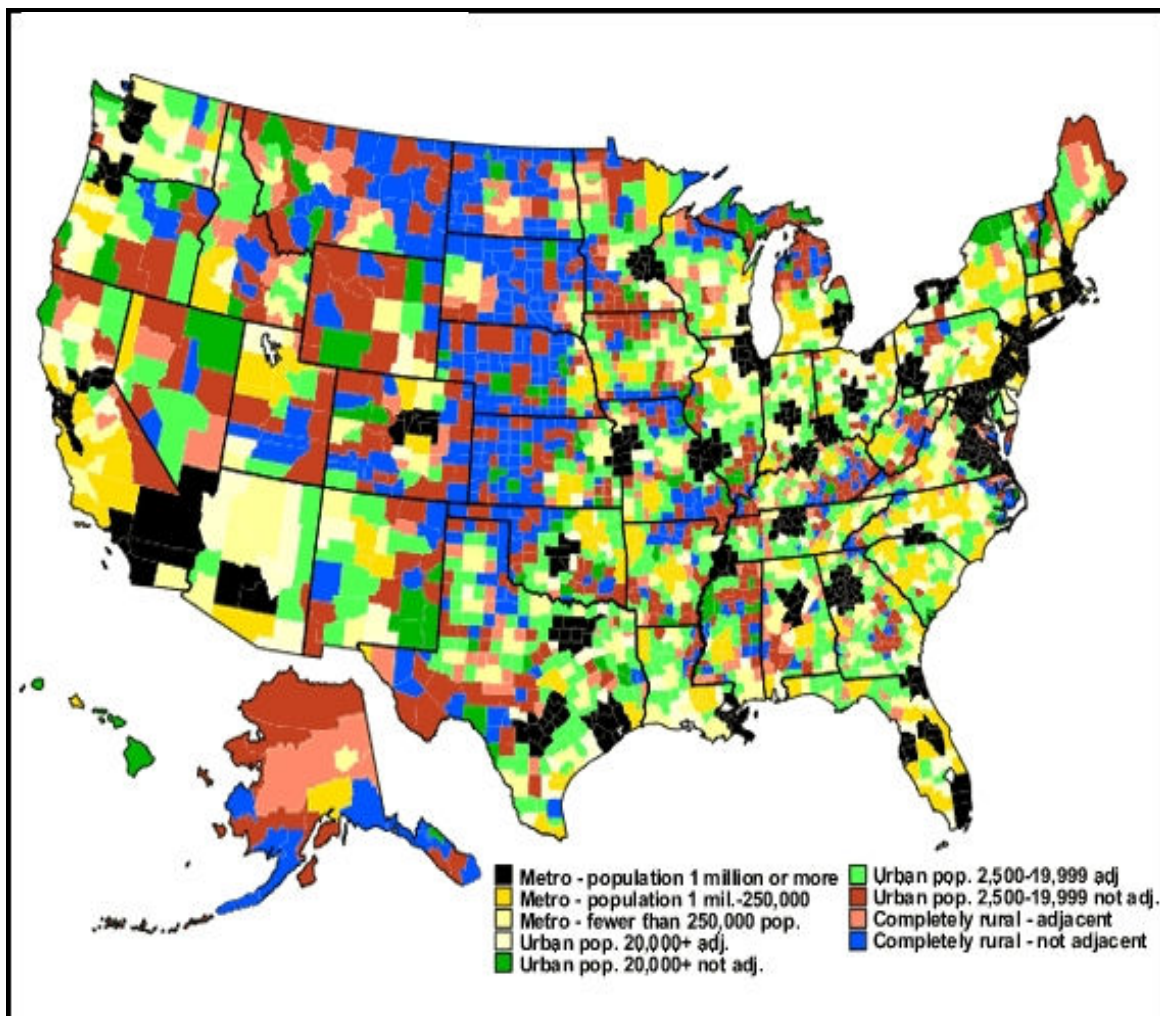
Para tentar facilitar a distinção o *Economic Research Service – United States Department of Agriculture (USDA)* criou o *Rural-Urban Continuum Codes*. Ele forma um sistema de classificação que distingue condados metropolitanos (metro) pela dimensão da população de sua área metropolitana, e condados não-metropolitanos (nonmetro) em função de seu grau de metropolização e localização em relação às áreas metropolitanas. As categorias metro e nonmetro foram subdivididas em três “metro” e seis “nonmetro” agrupamentos, resultando nove conselhos codificados. Os códigos permitem que pesquisadores trabalhem com grupos residenciais pequenos, além de uma simples metro-nonmetro dicotomia, especialmente para a análise de tendências em “nonmetro” áreas que podem ser relacionadas com o grau de ruralidade e proximidade de áreas metropolitanas.

---

<sup>56</sup> 1) Places of 2,500 or more persons incorporated as cities, villages, boroughs (except in Alaska and New York), and towns (except in the six New England States, New York, and Wisconsin), but excluding the rural portions of "extended cities." 2) Census designated places of 2,500 or more persons. 3) Other territory, incorporated or unincorporated, included in urbanized areas. (US Census Bureau, 1995).

Todos os condados dos Estados Unidos foram agrupados conforme o estatuto do *Office of Management and Budget*. Condados metro são distinguidos pelo tamanho da população da *Metropolitan Statistical Area* da qual fazem parte. Condados nonmetro são classificados de acordo com o tamanho de sua população urbana agregada. São definidas três categorias de dimensão urbana: os condados nonmetro identificados pela sua proximidade, relação com metro áreas e os conselhos nonmetro limítrofes definidos como uma fronteira, se fisicamente estiver ligado a outras regiões metropolitanas com, pelo menos, 2% de sua força de trabalho estiver empregada, de forma pendular, no centro metropolitano, e o próprio centro. (USDA, 2004).

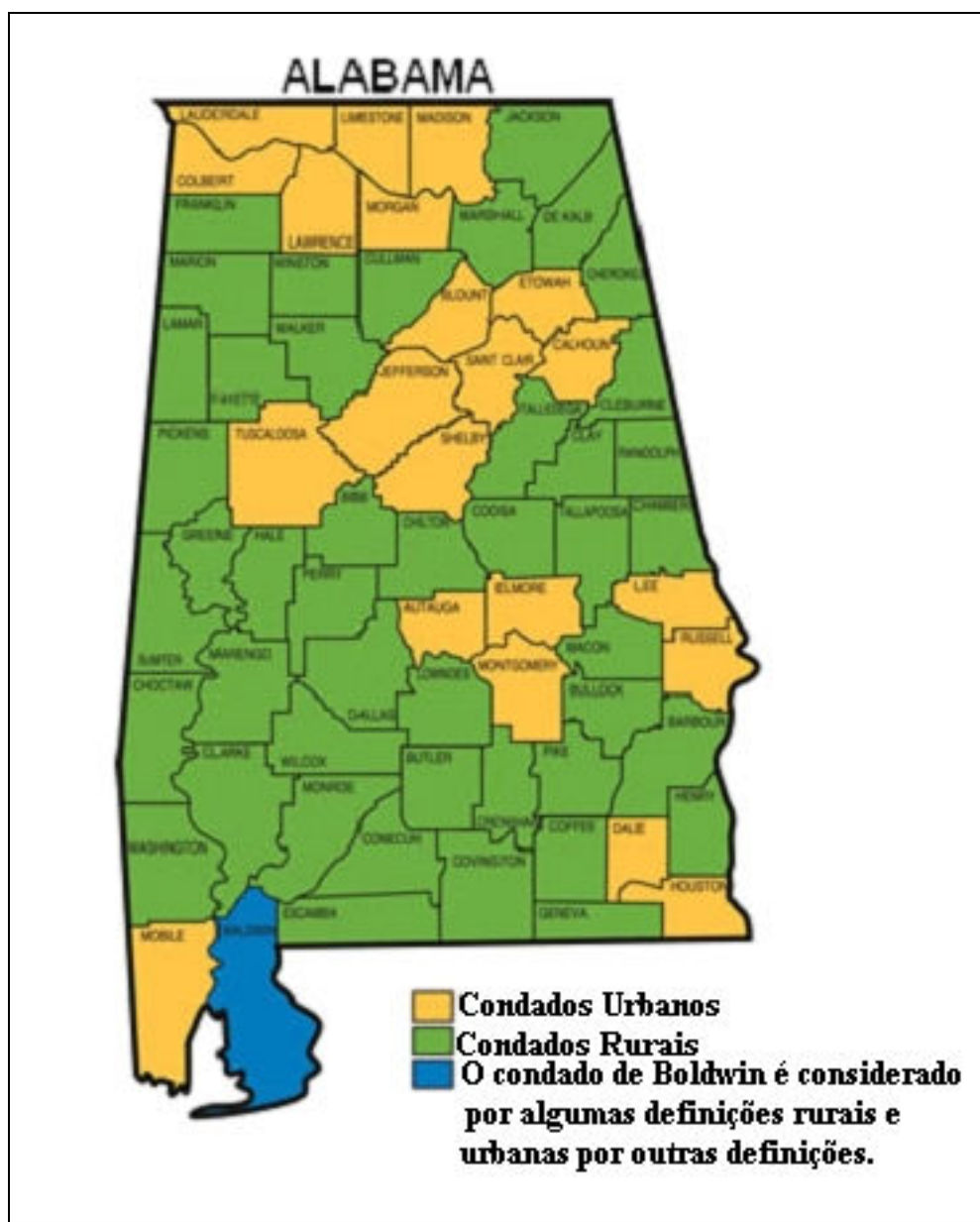
**Mapa 3: Continuum rural/urbano**



Fonte: USDA, Economic Research Service, 2003

O estado do Alabama, o *The Alabama Rural Health Association (ARHA)* desenvolveu outro método para distinção rural/urbana. Trata-se de uma fórmula com quatro variáveis caracterizantes dos espaços. Cada variável poderia obter até 25 pontos, perfazendo o total de 100 pontos. Quanto maior a pontuação, mais rural é o município analisado.

**Mapa 4: Condados rurais e urbanos - Alabama. EUA**



Fonte: Research Addressing Issues of Rural Alabama (AAES)

As variáveis utilizadas foram:

1) O percentual do total de empregos num condado composto pelos empregados pelo sistema público educacional das escolas elementar e secundária. Como o sistema educacional local é o maior empregador singular de muitas cidades rurais, quanto mais alto o percentual empregatício no sistema educacional em relação ao total, mais rural o condado é considerado.

2) O valor do dólar da produção agrícola por milha quadrada de terra. Quanto maior o valor da produção agrícola por acre quadrado, mais rural o condado é considerado.

3) A população por milha quadrada de terra. Quanto menor o número de pessoas por milha quadrada, mais rural o condado é considerado.

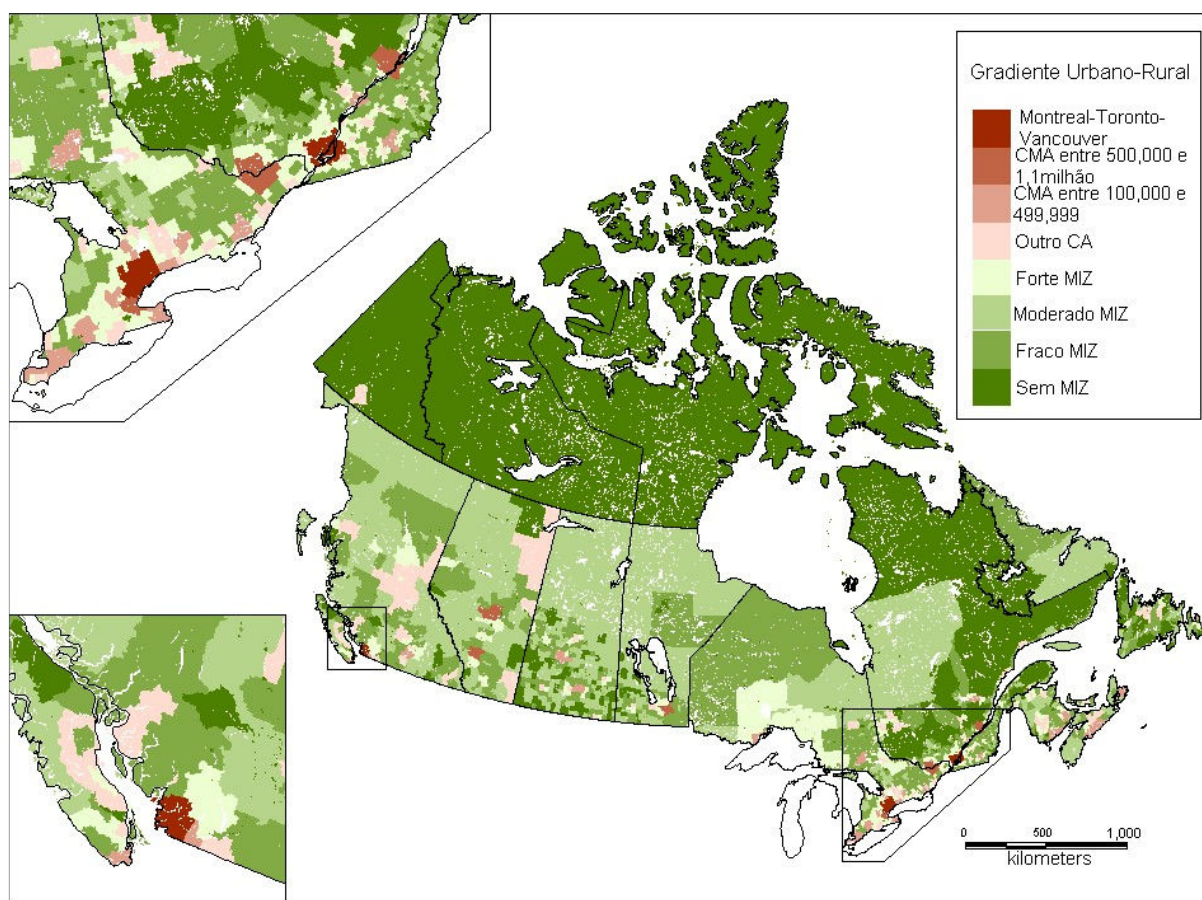
4) Um índice é usado para atribuir uma pontuação para condados que considera a população da maior cidade no condado, as populações de outras cidades no condado e a população de cidades que se localizam em mais de um condado. Condados onde os maiores lugares incorporados tem uma população abaixo de 2.500 pessoas, atribui-se o índice de 25 pontos. Condados onde os maiores lugares incorporados tem uma população de 50.000 ou mais, atribui-se o índice mais baixo, de 0 pontos<sup>57</sup>. (ARHA, 2007)

No Canadá, pelo menos seis alternativas de definição de “rural” estão disponíveis. Cada definição enfatiza diferentes critérios geográficos, como a dimensão da população, a densidade populacional, o contexto do mercado de trabalho e as diferentes formas de associação. De acordo com o *Canada’s National Statistical Agency*, tendo por base o senso de 2001, as áreas rurais e urbanas do Canadá seriam assim distribuídas: (Mapa 5).

---

<sup>57</sup> 1) The percentage of total employment in the county which is comprised by those employed by the public elementary and secondary school systems. Since the local school system is the largest single employer in many rural counties, the higher the percentage of employment in school system(s) in relation to total employment, the more rural a county is considered. 2) The dollar value of agricultural production per square mile of land. The greater the value of agricultural production per square acre, the more rural the county is considered. 3) The population per square mile of land. The fewer the number of persons per square mile, the more rural a county is considered. 4) An index is used to assign a score to counties which considers the population of the largest city in the county, the populations of other cities in the county, and the population of cities which are in more than one county. Counties where the largest incorporated place has a population of under 2,500 are assigned the highest index score of 25. Counties where the largest incorporated place has a population of 50,000 or more are assigned the lowest index score of 0. (ARHA, 2007).

**Mapa 5: Gradiente Urbano-Rural do Canadá**



<sup>58</sup>Fonte: Statistics Canada Census, 2001

A Zona de Influência das Aglomerações (MIZ) é um novo conceito aplicado, com o propósito de análise estatística, para subdivisões do censo canadense. O MIZ diferencia áreas geográficas do Canadá fora do Censo de Áreas Metropolitanas (CMAs) e dos Censos de Aglomerações (CAs). A CMA ou CA é um espaço constituído por um ou mais municípios adjacentes situados em torno de um grande núcleo urbano. Para formar um CMA, o núcleo urbano deve ter um mínimo de 100.000 habitantes. Para formar um CA, o núcleo urbano deve ter uma população de pelo menos 10.000. Na subdivisão do Censo fora das CMAs e das CAs são atribuídas a uma das quatro categorias, de acordo

<sup>58</sup>Forte MIZ: mais que 30% dos residentes no município viajam diariamente de casa para o trabalho e do trabalho para casa em um CMA ou CA. Moderado MIZ: entre 5% e 30% dos residentes no município viajam diariamente de casa para o trabalho e do trabalho para casa em um CMA ou CA. Fraco MIZ: entre 5% e 30% dos residentes no município viajam diariamente de casa para o trabalho e do trabalho para casa em um CMA ou CA. Sem MIZ: menos de quarenta ou nenhum residente no município viajam diariamente de casa para o trabalho e do trabalho para casa em um CMA ou CA.

com o grau de influencia (forte, moderada, fraca ou nenhuma influencia) que o CMAs e/ou CAs têm sobre eles.

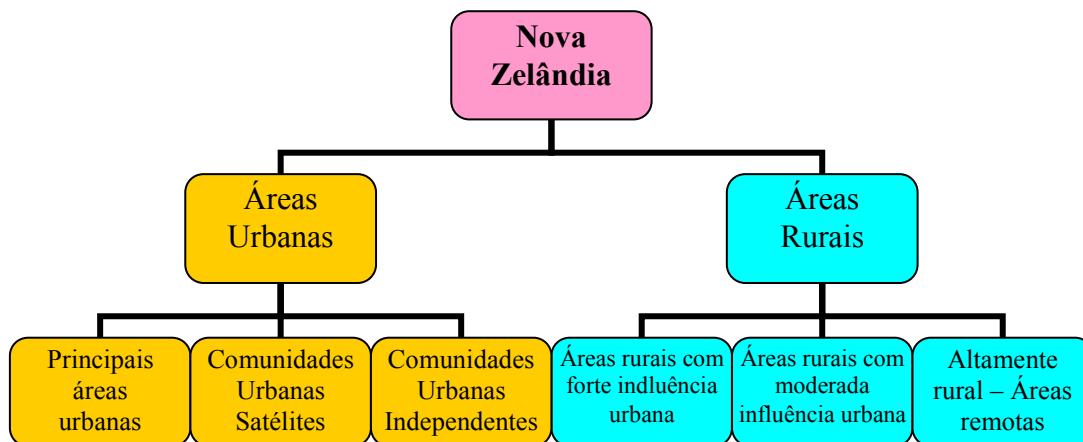
Na Nova Zelândia, a classificação urbano/rural se dá com base nos parâmetros adotados pela *Statistics New Zealand Official Agency*. Eles evitam tratar os espaços rurais como forma residual do urbano, classificando-o de acordo com os diferentes graus de influência nas proximidades das zonas urbanas

A classificação padrão de área urbana tem duas categorias de áreas rurais: centros rurais e 'outro rural'. Centros rurais são definidos pelo tamanho da população, tendo a população de 300 a 900 em uma área razoavelmente compacta que serve às áreas rurais vizinhas (território distrital). Eles tem um limite estatístico definido (uma unidade de área), mas nenhum status legal. 'Outro rural' é a classificação de área urbana de categoria residual e inclui todas as unidades de área que não sejam urbanas ou de centros rurais. Essa categoria inclui pequenas baías, ilhas, águas territoriais e águas oceânicas fora das áreas urbanas. Estatísticas da Nova Zelândia identificaram a necessidade de desenvolvimento de uma classificação de áreas rurais que permitisse que as distintas comunidades rurais presentes na Nova Zelândia fossem identificadas<sup>59</sup> (NEW ZEALAND'S OFFICIAL STATISTICS AGENCY, 2006).

Foram então definidas as seguintes variáveis:

---

<sup>59</sup> The standard urban area classification has two categories of rural areas: rural centres and other rural. Rural centres are defined by population size, having a population of 300 to 999 in a reasonably compact area that services surrounding rural areas (district territory). They have a defined statistical boundary (an area unit) but no legal status. 'Other rural' is the urban area classification residual category and includes all area units not in urban areas or rural centres. This category includes inlets, islands, inland waters, and oceanic waters outside urban areas. Statistics New Zealand identified a need to develop a classification of rural areas that allowed the distinct rural communities present in New Zealand to be identified. (NEW ZEALAND'S OFFICIAL STATISTICS AGENCY, 2006).



Fonte: New Zealand's official statistics agency, 2006

Para definir distintas comunidades rurais realizou-se uma relação entre o local de trabalho e o endereço de residência habitual e também foi avaliada a necessidade de viajar para uma área urbana em busca de emprego. O resultado foi um índice que mede o grau de ruralidade. As quatro categorias de áreas rurais, vistas no quadro anterior, indicam um grau de dependência do urbano. Neste caso, o local de trabalho se torna a principal variável.

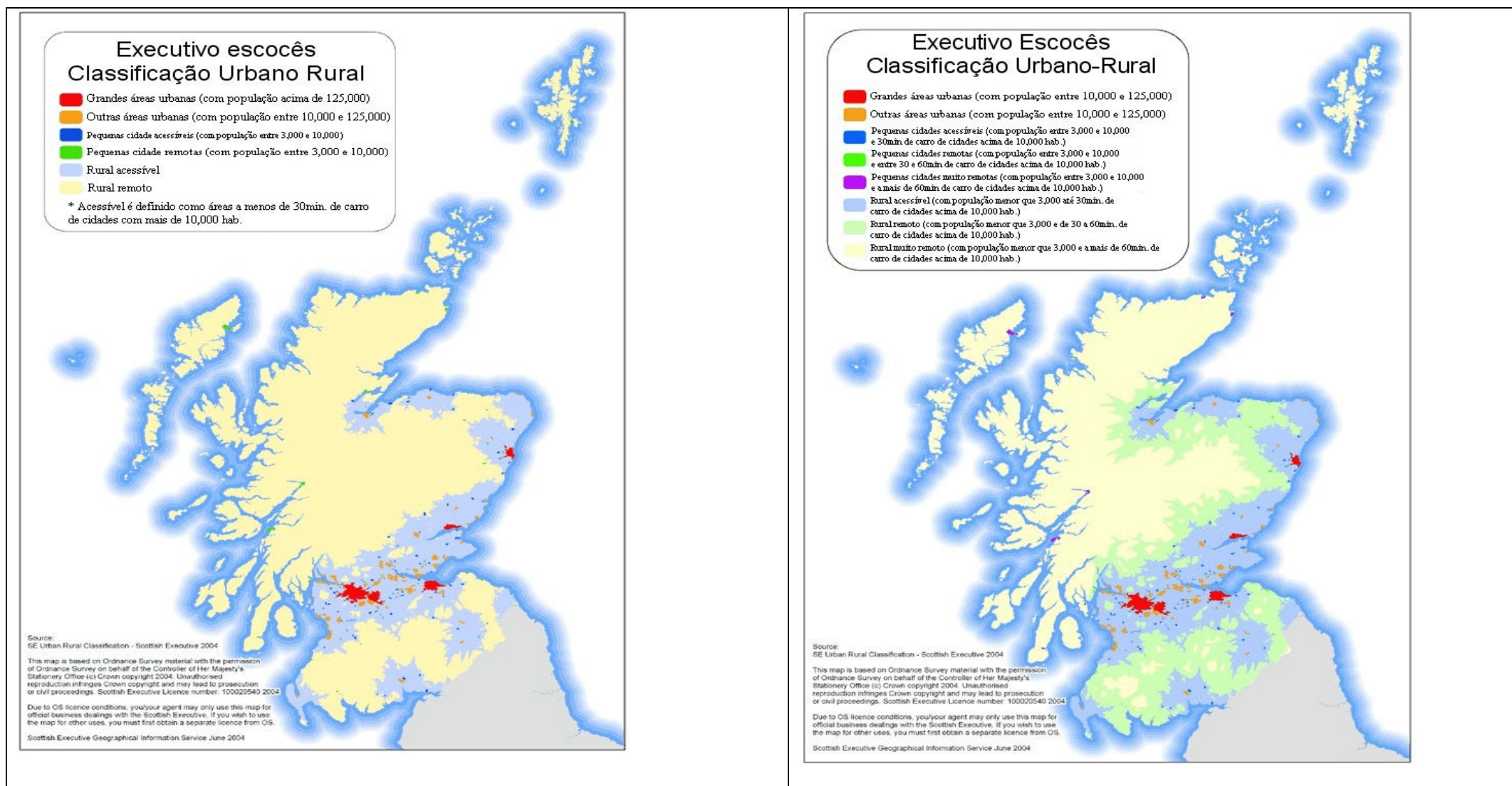
A *Commission for rural Communities (RU)*, sabendo da necessidade de distinguir os diferentes tipos de espaços introduziu diferentes dimensões para avaliação.

Na Inglaterra e no País de Gales, as áreas urbanas são definidas, pelo *Department for Communities and Local Government (DCLG)*, como assentamentos, com uma população de 10.000 ou mais. As que não alcançam esse número são rurais. Na Escócia o rural foi definido como sendo assentamentos com uma população de menos de 3000 habitantes e a outra dimensão assumida foi a diferenciação entre áreas rurais remotas (*remote rural*) e áreas acessíveis (*accessible rural*). As remotas são aquelas áreas que estão a mais de 30 minutos de carro de



um assentamento com população superior a 10.000 habitantes. Já, as acessíveis são as que estão a uma distância inferior a 30 minutos desses assentamentos. (Mapa 6).

## Mapa 6: Classificação Urbano rural na Escócia



Fonte: Scottish Executive Urban Rural Classification 2003-2004

Atualmente, o *China's State Statistical Bureau* usa três conceitos distintos na definição da população rural chinesa: "rural", "agrícola" e "paisagem" (*countryside*). Em 1984, estabeleceu-se a seguinte classificação para rural e urbano:

O total da população urbana e o total da população rural são classificados de acordo com a sua residência usual. A população urbana é o total de população que inclui aqueles administrados a nível de cidade urbana ou interiorana; a população rural é o total de população que inclui aqueles administrados a nível de condado (exceto cidades interioranas)<sup>60</sup>. (MARTIN, 1992).

Assim, a definição para a população rural da China, até 1988, utilizava os termos "agrícolas e não-agrícolas" como distinção dentro do "rural", sem fornecer uma explicação clara de como tal distinção é feita. O resultado é a existência de duas definições relacionadas, mas concorrentes da população rural da China.

Ainda de acordo com Martin (1992) no *Yearbooks* de 1984, no capítulo referente à agricultura, uma terceira categoria é encontrada: a definição de campo. O termo *commune population* é usado em uma tabela que lista o número de Comunas, Brigadas e Equipes de Produção. Aparentemente, a definição incluía todas as pessoas que, urbanas ou rurais, viviam em áreas administradas por comunas abrangendo povos que vivem na cidade e nas zonas rurais. O terceiro termo é a mesma frase usada para definir a população rural de acordo com a definição "rural".

São, assim, duas figuras significativamente diferentes para a população rural da China, baseadas em duas definições distintas, mas usando a mesma frase para expressá-las.

---

<sup>60</sup> The total urban population and total rural population are classified in accordance with their usual residence. The urban population is the total population which includes those administered at city or town level; the rural population is the total population which is administered at the county level (excluding towns). (MARTIN, 1992).

**Tabela 1: Formas alternativas definição da população rural da China – (em milhões de habitantes)**

<b>Ano</b>	<b>Rural</b>	<b>Agrícola</b>	<b>Campo (commune)</b>
1980	795,65	819,05	-
1981	799,01	826,58	818,80
1982	804,59	836,30	827,98
1983	786,14	841,17	835,36
1984	707,40	837,89	843,05
1985	665,98	834,78	844,19
1986	624,26	848,18	850,07
1987	577,11	856,48	857,13
1988	552,45	864,27	867,25

**Fonte: Adaptado de Martin, 1992**

A definição “agrícola” é diferente de “rural” e de “campo” por duas razões: primeiro porque a mesma definição para população do campo encontrada em 1982 no *Yearbooks* é apresentada no de 1983, como agrícola. Segundo, porque diferem com a população agrícola sempre maior que a população rural.

Em 1984, um regulamento permitiu que municípios com menos de 20.000 habitantes e população não-agrícola de, pelo menos, 2.000 habitantes (10%), passe a ser definido como uma cidade. Em 1986, uma nova resolução definiu que pequenas áreas com baixa densidade populacional (pequenos portos, lugares turísticos e de beleza cênica, postos de fronteira etc.), independente da população não-agrícola, podem obter permissão especial para ser designada “cidade”. Com isso, aumentou enormemente a população urbana chinesa. Nos primeiros seis meses após a promulgação do regulamento surgiram 2.000 novas cidades na China e até 1987 novas 10.280, com uma população total de pouco mais de 175,96 milhões de pessoas, sendo que somente as cidades médias tiveram um incremento de 100 milhões de habitantes.

De acordo com a regulamentação de 1987, os relatórios estatísticos e econômicos rurais emitidos pelo escritório geral do

Ministério da Agricultura da China, a figura “população rural” deve incluir:

...aqueles camponeses engajados em operações caseiras, operações coletivas centralizadas, novas entidades de integração econômica e empresa de dois níveis de trabalho camponês, mais a população que sua sobrevivência depende dos ganhos dos camponeses<sup>61</sup>. (MARTIN, 1992).

Isso se torna mais consistente com a definição de “campo”, pois leva em consideração a atividade realizada pelo indivíduo. Entretanto, o censo de julho de 1990, aparentemente, usou as definições dadas pela norma de 1984. Para a população urbana incluíram-se os distritos oficiais das cidades e das áreas vizinhas. Também estão nessa categoria os distritos e cidades de condados administrados pelos Comitês do Povo.

Em 10 de Março de 2006, uma nova norma sobre a divisão estatística da zona urbana e zona rural foi promulgada pelo *National Bureau of Statistics of China*.

O novo padrão é baseado nas divisões administrativas atuais, as comissões residentes e comissões das vilas são as unidades de divisão mínimas, a conexão das entidades públicas urbanas é como um padrão de julgamento<sup>62</sup> (GUOLIANG, s/d).

Em comparação com o antigo, o novo padrão difere pela menor divisão de unidades. A nova norma está claramente baseada nos comitês do povo e comissões de moradores das aldeias (que são as menores unidades). O tamanho e a natureza das residências já não

---

<sup>61</sup> (...) those peasants engaging in household operations, centralized collective operations, new integrated economic entities and two-level village enterprise labour, plus the population dependent for their livelihood on those peasants' income. (MARTIN, 1992).

<sup>62</sup> The new standard is based on the current administrative divisions, the residents committees and the village committees are the minimum dividing unit, the urban public facilities' connection is as a standard of judgment. (GUOLIANG, s/d).

são mais considerados como principal base para o julgamento. Para Guoliang o novo modelo unifica o padrão de divisão urbano-rural em cada área, isto é, unifica o padrão estatístico.

#### 4 – UM NOVO OLHAR SOBRE O RURAL – SUA IDENTIDADE NUM UNIVERSO EM INTENSA INTERAÇÃO

*“Eu não sei bem a resposta  
da pergunta que fazia,  
nem conheço essa resposta.  
Se quer mesmo que lhe diga  
é difícil defender,  
só com palavras,  
a vida”.*

*(João Cabral de Melo Neto – Morte e Vida Severina)*

Atualmente é preciso ter a aparência do urbano para ter direito de ser moderno e para ser “realmente sociedade”. Um dos elementos fundamentais da sociedade industrial foi a urbanização, de tal forma que o rural jamais foi definido senão como resíduo do que não é urbano. Assim o rural chega ao século XXI diante do paradoxo dum espaço que, na busca frenética pela modernidade, cada vez mais estaria se aproximando do urbano. O próprio “mito fundador da sociologia rural” afiançava a existência de uma oposição rural-urbana sempre com a liderança da urbe. Dessa forma, vive-se sobre a égide do neologismo, onde, ao se produzir o novo a partir do antigo, traz para perto o que está longe e tudo é revisto e corrigido pelo olhar abrangente da urbanidade. (CARNEIRO, 2000).

Há um etnocentrismo “urbanóide” (urbano) nos estudos da diferença entre espaço rural e espaço urbano. Há uma arrogância no pensamento dos urbanos. Seus postuladores têm a urbe como referência universal e é a partir dela, e tendo-a sempre como base, que conjecturam acerca de distintas culturas, múltiplos espaços e diferentes inter-relações do homem com o meio. A maior parte dos

estudos ainda tem se pautado pela visão do rural a partir dum olhar “superior da coruja<sup>63</sup>”.

O campo, em oposição à cidade, é a dispersão e o isolamento. A cidade, por outro lado, concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade. (LEFEBVRE, 1999).

Acredita-se, no entanto, que cada espaço é uma multiplicidade, com inúmeros compartimentos a realizar, em referência a outros espaços, relações que exprimem todo o universo. Porém, ainda não ressurgiu um Voltaire, um Diderot ou um Montesquieu para advogar por um sistema de equilíbrio e neutralização dos poderes e a proposição de um sistema de garantias contra a ação (por vezes arbitrária) do pensamento urbanocêntrico. Na tentativa de definir o rural, os diversos estudos aqui apresentados destacaram três possibilidades de recortes: ocupação, tamanho/densidade populacional e paisagem.

No recorte “ocupação” autores, como Spencer (1885) e Silva (2002a) consideram que a precariedade das relações de trabalho é uma característica inerente ao rural. Essa avaliação se mostra incompleta, quando se vê essa mesma precariedade no urbano (*shoppings* populares, camelódromos, feiras etc.), muitas vezes com a benesse do Estado. Por outro lado, relações de trocas de “dias trabalhados”, “arrendamento”, “meeiros” são cada vez mais raras devido à burocratização das relações trabalhistas rurais. Por outro lado, o “tipo de ocupação” (vaqueiro, tratorista etc.), quando ligado às atividades agrárias constituiu uma das bases para se pensar o rural.

O recorte “tamanho/densidade populacional” é utilizado de forma recorrente de Sorokin et al. (1986), passando por diversos

---

<sup>63</sup> Coruja de Minerva (urbano)



autores como Smith (1946) até chegar em Veiga (2003). Atualmente, no entanto, têm-se pequenas cidades e vilas industriais (como as encontradas nas áreas mineradoras da região amazônica) e a proliferação dos condomínios “fechados”, ocupados, principalmente, pela classe média alta, cada vez mais distante dos centros urbanos impedem que o simples cálculo do tamanho ou da densidade possam ser parâmetros de distinção. Não há como diferenciá-lo unicamente a partir de cálculos matemáticos/estatísticos sobre grandezas ou médias populacionais e a análise de dados censitários e de PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) são insuficientes para definir o urbano e o rural, não passando de um *reductio ad absurdum*. Sobre esse tipo de proposta, Ana Fani A. Carlos analisa objetivamente:

O que o autor (Veiga) parece ignorar, é que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que demonstra, por exemplo, o desenvolvimento do que chama de pluriatividades. (CARLOS, 2003, p.41).

A paisagem é outro recorte bastante usado para a diferenciação, algumas vezes entendida como atividade predominantemente ligada a terra, conforme proposto por Deffontaines (1952) ou como uma logomarca continuamente reformulada, alterando as representações sociais do espaço, de acordo com a formulação de Paquete e Domon (2003). Uma dúvida que se coloca é: paisagens pouco alteradas pelo homem, como os grandes domínios florestais ou desertos, são rurais? Poucos se enveredam por esta seara na tentativa de responder a essa questão.

Também são raros os que se preocupam em distinguir os conceitos de rural do de campo. Rural, do ponto de vista etimológico, é uma palavra de origem latina *rurális*, isto é, rústico, campestre. Já, campo origina-se também do latim *campus*, ou seja, grande terreno

plantado Houaiss (2007). Nietzsche lembra que ao nominar, abrimos mão de uma quantidade de características do objeto e generalizamos outras que fazem com que a falha ou falta (pois são todas diferentes umas das outras) não impeça que seja entendida por todos. O nome fala desta extensão captada e reduzida, a fala da unificação do conjunto, da diversidade. O “rural” visto a partir de sua etimologia, não seria aquilo que se exclui do urbano, mas aquilo que se forja a partir do campo e do natural. É preciso salientar que, ao longo do tempo, ele vem sofrendo constantes transformações e, por vezes, verdadeiras rupturas (que vem exigir um repensar de seu significado). Para exemplificar essas mudanças, faz-se uma analogia com algumas obras de dois grandes mestres da pintura, Pablo Picasso e Paul Cézanne.

Primeiro, deve-se pensar as mudanças nos diversos espaços e depois no Espaço Rural.

Os espaços até o período pré-industrial seriam similares às primeiras obras de Pablo Picasso. No quadro “Ciência e Caridade” (Ilustração 1), os espaços eram claros, delimitados e finitos. Não havia a necessidade da busca, já que a interpretação se dava de forma direta, axiomática. Cada peça, cada construção, estava em seu devido lugar.

**Ilustração 1: Ciência e caridade (Óleo sobre tela)**



**Fonte: Pablo Picasso, 1897**

Num outro momento e numa outra obra, “Guitarra” (Ilustração 2) Picasso rompe com seu passado. Nessa colagem os espaços deixam de ser absolutos e apenas se insinuam, se subdividem, se

sobrepõem e se superpõem. Não há mais uma visão do todo, completa, integral; irrestrita; mas os recortes, mesmo que fragmentários e sobrepostos, se distinguem e, não raro, se destacam.

### **Ilustração 2: Guitarra (Colagem)**



**Fonte: Pablo Picasso, 1912**

De forma similar, o espaço rural moderno também rompeu com o pré-industrial. Modernamente, ele não passa de recortes que se insinuam ao observador. Não é apenas um conjunto de estruturas móveis no espaço, visto que a realidade geográfica não é inerte e indiferente. Com isso, o rural deixa de ser apenas um objeto diante

de um sujeito. Qualquer tentativa de defini-lo, a partir de características unívocas, não passará de conjecturas, isso porque os espaços se sobrepõem e se rompem não apenas como recortes, mas como rasgos. Não obstante, continua presente com suas múltiplas facetas espaço-temporais, por vezes concretas, visto que são uma construção espacial contextualizada, marcada por coordenadas temporais e espaciais, por vezes abstratas, dominados pelas percepções e pelas sensações.

Desta forma, muitas são as manifestações do rural, cada uma delas impregnadas por sua temporalidade e cultura, que são a base de sua construção e evolução.

O rural, dialeticamente, está impregnado de novos conteúdos, sentimentos e relações. Ele foi invadido por rasgos urbano-industriais, de tal forma que, em muitos lugares, nada lembra o rural tradicional. Mas essas mudanças não, necessariamente, significam sua extinção.

Não obstante, para compreender as múltiplas formas de pensar o rural e a dificuldade de se chegar a uma qualificação que seja completa, outra analogia pode ser feita, agora com algumas obras do impressionista Paul Cézanne. Ele pintou sessenta versões da mesma paisagem rural, tendo como referência a montanha de Sainte-Victoire (Aix-en-Provence, França).

Na tela (Ilustração 3), Cézanne mostra, de forma por vezes direta, cada elemento: as casas, as árvores, a montanha, as feições do relevo, uma vertente da montanha; tudo isso representado de forma completa, quase que absoluta e com realismo suficiente para lembrar, por sua estrutura ritualística e pela clara distinção do fundo em relação à figura, o espaço absoluto newtoniano-euclidiano. Neste caso, os elementos estão no espaço.

### **Ilustração 3: A montanha Sainte-Victoire**



**Fonte: Paul Cézanne**

Mais à frente (Ilustração 4) , Cézanne deixa o espaço transparecer o despontar de um processo simplificador, onde os

pormenores se confundem perante a absorção poderosa das massas. Antes precisos, delimitados e localizáveis, o rural transforma-se, pouco a pouco, em manchas multicores que “se acotovelam” e gravitam em torno de um eixo invisível. (CAMPOS, 2005).

#### **Ilustração 4: Sainte-Victoire**



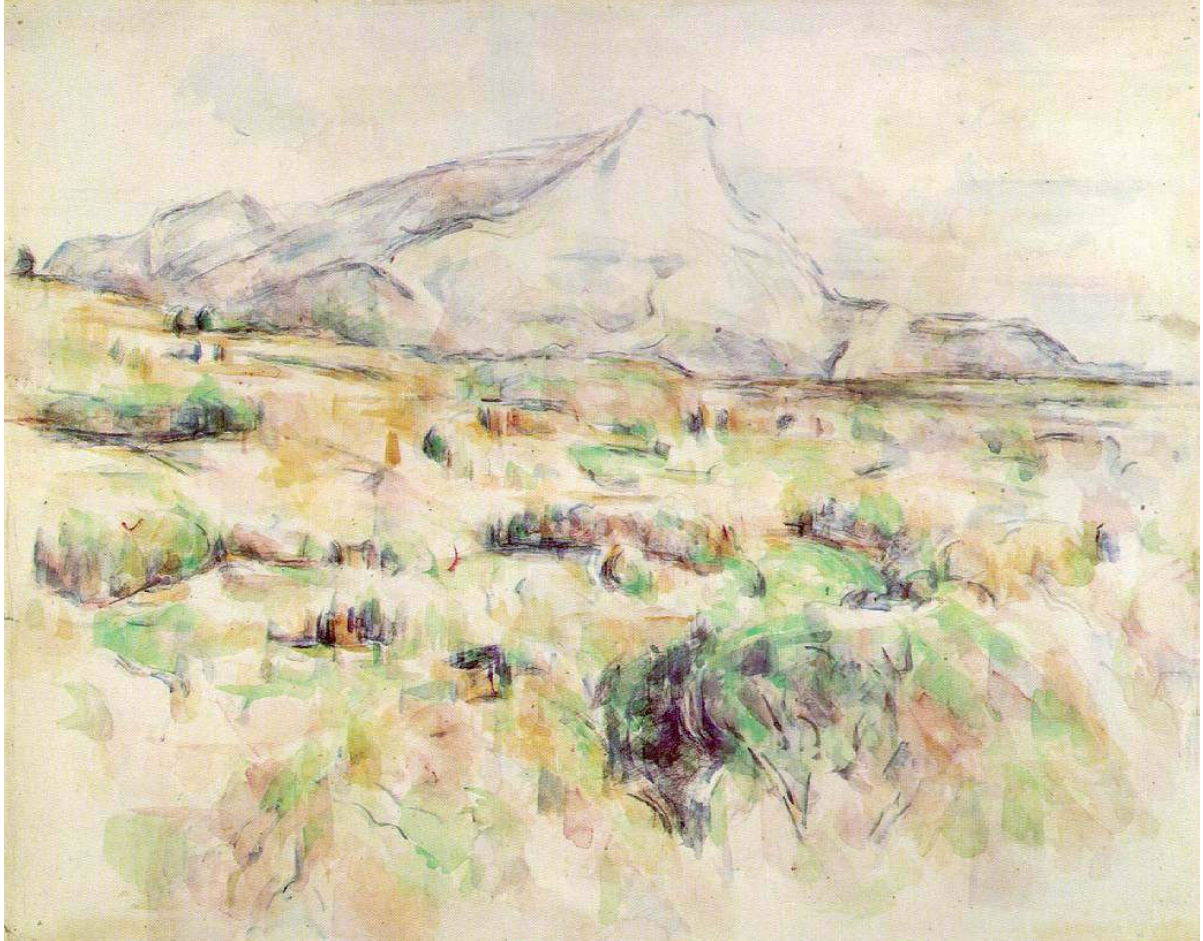
**Fonte: Paul Cézanne**

Em outra versão (Ilustração 5), Cézanne segue quase que numa ambivalência destruidora/reconstrutora do espaço rural.

Há pontos móveis de referência topológica, traços descontínuos que se propagam, delineando uma situação semi-estilizada onde a coligação das partes fica por conta das variegadas combinações de

movimentos lineares somente sintetizáveis mediante uma paciente análise óptica (CAMPOS, 2005, s/p.).

### **Ilustração 5: A montanha Sainte-Victoire vista dos Lauves**



**Fonte: Paul Cézanne**

Por fim (ilustração 6), o artista, diante da mesma paisagem, mas com diferente percepção, praticamente não coloca elementos claramente discerníveis ao primeiro olhar. Há uma ambivalência luminosa de manchas que reverteram sobre um fundo branco. (CAMPOS, 2005).



## Ilustração 6: Sainte-Victoire



Fonte: Paul Cézanne

O que há de singular nos quadros que representam tais 'paisagens do mundo' é este modo de encadear e de englobar os acidentes do espaço (árvores, rochas, construções, rios) numa unidade que se desenvolve a partir do fundo, um fundo indefinidamente aberto e que remete a um espaço e a um tempo cósmicos dentro dos quais a história humana é como evocada na sua realidade. (BESSE, 2006, p.25).

Nesse quadro evolutivo, percebe-se um rural imanente, ou seja, ele cria, determina e transforma sua própria interioridade multicultural e multidimensional. Também é o intertexto, ontológico, múltiplo e concreto.

O espaço rural sofre mutações ao se mostrar. O campo, o agrário e o agrícola sofrem transformações ao serem vistos. Eles são fragmentos dum espaço onde o camponês, o agricultor e o empreendedor rural são seus atores mais tradicionais. Porém, não é

apenas o agrupamento desses fragmentos e desses atores que fazem o rural. São os fragmentos mais as sobreposições desses fragmentos. Parece que aqueles que defendem o seu fim se esquecem, intencionalmente ou inadvertidamente, dessas transformações.

O espaço rural também não possui um ponto de partida absoluto, o qual sirva de parâmetro. Pensar e qualificar o rural a partir de valores matemáticos e mesmo a partir do urbano o torna incompleto e tendencioso. Incompleto por não ter um parâmetro de avaliação por si próprio e tendencioso por ter apenas um centro de referência.

O entendimento de rural seria então restritivo, caso a metodologia de análise fosse calcada no pensamento newtoniano, onde o todo existe como um fator em si. Isaac Newton concebia o espaço infinito e, conseqüentemente, os recursos naturais também como infinitos. Sua forma de pensar o espaço se baseava na necessidade da existência de um ponto ou quadro fixo de referência para um corpo, já que haveria uma diferença absoluta entre um corpo em repouso, em movimento e sob aceleração. Esse quadro fixo seria o espaço absoluto em relação aos corpos que se movem ou se aceleram.

Para que saibamos com exatidão que um corpo está realmente em movimento, ou melhor, num absoluto movimento (ou então, em repouso), necessitamos ter como referência um espaço imóvel, ou seja, nas palavras de Newton, um espaço verdadeiro, absoluto. (MARTINS, 1996).

Gottfried Wilhelm Von Leibniz contrapõe essa visão mecanicista. Para ele, o espaço absoluto somente poderia existir se fosse totalmente uniforme e homogêneo, não havendo assim marcadores, o que impediria sua função como quadro de referência. Leibniz conclui que o espaço é irreal ou uma abstração, sendo que a

única base para verdades sobre relações espaciais seria a maneira como estas se mostram a diferentes observadores:

Quanto a mim, deixei assentado mais de uma vez que, a meu ver, o espaço é algo puramente relativo, como o tempo; a saber, na ordem das coexistências, como o tempo na ordem das sucessões. De fato, o espaço assinala em termos de possibilidade uma ordem das coisas que existem ao mesmo tempo, enquanto existem junto, sem entrar em seu modo de existir. E quando se vêem muitas coisas junto, percebe-se essa ordem das coisas em si. (LEIBNIZ, 1997).

Com base no pensamento leibniziano, entende-se que o espaço é um fenômeno não ilusório. É a ordem das coisas que se relacionam. O espaço tem uma parte objetiva, a da relação, mas não é o real tomado em si mesmo. Assim, o espaço rural é leibniziano à medida em que ele somente se forja a partir das relações. A aceitação de sua existência somente se faz pelo assentimento da existência de diferentes rurais, distintas relações e múltiplos olhares dentro de uma concepção histórico-geográfica. Ele somente existe a partir de critérios que lhe adsorvemos, sendo dinâmico e mutável no tempo e no espaço. Se o critério para pensar o rural for o idílico, o econômico, o tecnológico ou o social, muitas podem ser as conclusões. Uma delas (talvez a principal) é a de que não existiria a alteração rural/urbana. Fundamentalmente, o que ocorre no espaço rural é o desenvolvimento de forças capitalistas de produção que levam a um desenvolvimento desigual e a criação de múltiplas paisagens que, por vezes intencionalmente, por vezes inadvertidamente, são interpretadas como inerentes ao urbano. Onde se lê “domínio do urbano sobre o rural” deve-se passar a ler “domínio do sistema sobre o rural”.

Em verdade, a hegemonia da urbe é apenas parte da visão hegemônica do que Althusser chamava de “aparato ideológico do Estado”. As instituições sociais que dão base para esse “aparato”,

(numa visão Gramsciana as igrejas, escolas, sindicatos etc.) tiveram, a partir das facilidades de ordenamento e organização do urbano, um significativo incremento de sua força como agentes ideológicos. Para que essa força seja mantida nos espaços rurais é necessário que eles, cada vez mais, ganhem as “vantagens” do sistema. Para isso, primeiro trouxeram os moradores do campo para cidades (aglomerados) onde as facilidades de comunicação e fiscalização ideológica são maiores, e depois, para aqueles que ficaram, foi imposto um pacote tecnológico e ideológico onde o capitalismo é alcunhado de urbano e este travestido de “moderno”. O atual sistema hegemônico dominaria, assim, seu último bastião: o rural.

Tendo, em vista também que espaços podem sobrepor não haveria que se falar em separação absoluta de urbano e rural. O próprio Milton Santos lembrava que:

Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural. (SANTOS, 1996).

O rural e o urbano podem estar em uma mesma coordenada, permanecendo juntos por um bom tempo e, como a água de dois rios que se encontram, manterem suas características originais. Num só tempo dois rios. Num só tempo um rio. Dessa forma, para pensar, qualificar e requalificar o rural é necessário aguçar os sentidos, sendo que a percepção é um agente delimitador da distinção. Na percepção, são aguçados nossos receptores sensoriais, nosso tato, audição, olfato, visão. Esses receptores não agem isoladamente em nossa mente. São eles que dão a alma ou, noutro dizer, são o acúmen do lugar, da paisagem e do espaço. São, devido à sua ambivalência, coletivamente individuais ou individualmente coletivos.

Muito do que se apreende como rural também é sentido coletivamente, isto é, o espaço agrário é majoritariamente tido como

rural. Mas também é individual. Uma imagem, um cheiro, um barulho podem levar ao sentimento de estar no rural. Essa percepção se dá em uma relação espaço-temporal, ou seja, por meio de uma relação histórico-geográfica. Através dos tempos, a percepção do que seja rural, vem sofrendo mudanças que são acompanhadas pelos estudiosos de cada época (todo conceito está ligado a seu tempo).

Porém, o rural não é a alta montanha ou a mata inexplorada. Essas são meramente paisagens naturais, não-urbanas e não-rurais. De Marx a Lefebvre, de Deffontaines a Oliveira, todos os estudiosos trabalharam com os conceitos de agricultor, agricultura familiar, camponês, empresário rural etc. Lugares isolados, inexplorados ou anecúmenos foram, na grande maioria das vezes, ignorados em seus trabalhos ou incluídos não como espaços rurais, mas como estudo das paisagens naturais.

Rural se liga a campo que se liga a “fazer”. Comunga-se com Bloch (2001), quando ele confere à atividade desenvolvida pelo homem, papel de destaque para o entendimento de espaço rural e com Deffontaines (1952), quando ele afirma que são as atividades praticadas por seus moradores e não as aglomerações que distinguem os diferentes espaços. Concorda-se também com T. L. Smith (1946), quanto ele assegura que a diferença entre as pessoas do campo e da cidade decorre da influência do meio social sobre as duas populações.

Nesse sentido, rural se liga dialeticamente à cultura, ao meio, aos fluxos, às relações e à história. Entretanto, o surgimento de atividades não-agrícolas não implica, necessariamente, no surgimento de atividades típicas da urbe. A inserção de características culturais e tecnológicas urbanas muda o rural, embora não o torne independente do ambiente e da natureza a que está inserido.

O urbano tornou-se maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As

suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro. Mas isso não quer dizer que um foi incorporado ao outro (...). (OLIVEIRA, 2004, p. 64).

A população rural não é composta apenas por pessoas que vivem da agricultura, pecuária ou atividades ligadas ao meio ambiente. É comum encontrar famílias onde as relações de trabalho são híbridas ou sazonais. Terão membros trabalhando na agricultura, outros em atividades terciárias e secundárias, e ainda alguns que mesclam os dois afazeres. A área rural também é cada vez mais utilizada como residência para aposentados e moradores que trabalham nos grandes centros urbanos. É o local de investimento para os capitais de pequenos e médios urbanos, destinado a empreendimentos tanto agrícolas como não-agrícolas (loteamentos, condomínios etc.) ou mesmo voltados para atividades como o turismo.

O urbano já não tem a exclusividade de ser “símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica”. Grandes feiras industriais e agrícolas onde milhões de reais são movimentados anualmente, a disseminação da indústria agrícola (os bicombustíveis são exemplos típicos disso) e máquinas agrícolas (cravejadas de tecnologia de última geração) demonstram a disseminação no campo de tecnologias que, embora desenvolvidas e, por vezes, mostradas nas cidades, não foram desenvolvidas para o urbano.

Também as transformações no espaço rural se deram de forma social e territorialmente descontínua e dessemelhante, não havendo mais (possivelmente nunca houve) o espaço exclusivo, ligado às atividades unívocas.

Antigamente, as distintas sociedades rurais tradicionais constituíam um heterogêneo mosaico de unidades sociais mais ou menos isoladas, diversificadas e plurais, com suas economias relativamente independentes e pouco afetadas pelas influências

exógenas. Essas sociedades se caracterizavam pela homogeneidade cultural e por formas de vida circunscritas a uma dimensão basicamente local. (Ilustração 7).

### **Ilustração 7: Desfolhada do Milho**



**Fonte: Manuel de Castro**

O atual espaço rural se forja em conexão com espaços urbanos. Ele diversas vezes se sobrepõe ao espaço urbano e às cidades.

**Foto 1: Comunidade Rural Guarani – MS**



**Fonte: desconhecida**

Apesar disso, suas relações sociais, de trabalho e culturais possuem características próprias, discerníveis, mas não necessariamente exclusivas. Características como a ligação com a terra, a forte influência da sazonalidade, os vieses culturais, a permanência, ainda, de algumas relações não capitalistas, identidade e representações específicas são marcantes no espaço rural (embora não exclusivas). Ele deve ser pensado não somente pela presença de uma ou mais dessas características, todavia pela sua ontologia, sua territorialidade e seus fluxos. Assim, o rural não é exclusivo, não é um *continuum* e nem é o oposto da urbe. É um espaço próprio, conspícuo, distinguível. Não é sinônimo de atraso nem um parâmetro do urbano, mas um espaço distinto/distinguível numa estrutura geográfico-social maior.

Atualmente, assiste-se a uma ruptura entre produção de alimentos e agricultura. A produção se torna cada vez mais complexa, distanciando-se das mãos dos agricultores e passando a



ser controladas por algumas corporações transnacionais. Essa complexidade e essa ruptura, em muitos casos, têm feito com que o rurícola perca seu caráter autóctone, que deixa de ser crucial para o estabelecimento da organização e da distribuição. Dessa forma, consolida-se a definitiva inserção do espaço rural na globalização. Cada comunidade rural tem concretamente experimentado, em diferentes graus, o desvanecimento de traços culturais que as singularizavam como entidades locais mais ou menos fechadas e específicas e, ao mesmo tempo, seus habitantes têm perdido, pouco a pouco, parcelas da autonomia no que diz respeito a decidir as normas como se organizam produtiva e socialmente.

A tecnificação e mecanização do campo, devido às demandas capitalistas, generalizaram-se (embora não tenham se universalizado). Moreira observa que:

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil segue duas fases, que, distintas ao longo do tempo, coexistem com o advento da segunda e atual: a fase da subsunção formal, hegemônica pelo capital agromercantil, e a fase da subsunção real, hegemônica pelo capital financeiro. (...) Cada uma dessas fases implica uma espaço-temporalidade própria, que se exprime estruturalmente por meio de espacialidade diferencial própria. (MOREIRA, 1986, p. 7).

A explosão no espaço da fase da subsunção real, que se espalhou pelo campo é, não raro, equivocadamente simplificada como se fosse a explosão do urbano e o fim do rural.

Na verdade, se a superfície da terra é a base do espaço geográfico que é, ao mesmo tempo, finito (pois se fecha em si mesmo), e ilimitado (já que nunca se chega a seu fim). Assim sendo, o rural e o urbano podem ser vistos como dois recortes (rasgos) desse espaço que se engalfinham numa espécie de disputa pela superfície do planeta. No entanto, jamais negam sua natureza ontológica, inerente a todos e a cada um. Enquanto ontologia, o rural

não é. Não existe *per si*. Sua gênese está em sua representação que é, a um só tempo, inusitada e diversa. Inusitada no sentido de gerar reações singulares, pessoais e personalistas. Diversa por seu papel de representação do conjunto ou da multiplicidade. O espaço rural é a diferença e a alteridade.

## REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo B., 1988. As geografias universais e a passagem do milênio. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 3, n. 9, p. 18-34.

ANDRADE, Manuel C. de., 1998. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, et al (Org.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucite, p. 213-220.

ARHA – THE ALABAMA RURAL HEALTH ASSOCIATION. 2007. **Selected Health Status Indicators**. Disponível em: <<http://www.arhaonline.org/whatisrural>> Acesso em: 13 out. 2007.

BAIGORRI, Artemio. 1995. De lo rural a lo urbano - hipótesis sobre las dificultades de mantener la separación epistemológica entre Sociología Rural y Sociología Urbana en el marco del actual proceso de urbanización global. Grupo 5. **Sociología Rural.: La Sociología Rural en un contexto de incertidumbre**. In: V CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGÍA, Sesión 1ª, Granada. Disponível em: <<http://www.fortunecity.com/victorian/carmelita/379/papers/urbano.htm>> Acesso em: 24 nov. 2005.

BERMAN, Marshall. 2005. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 434 p.

BERNERI, C. 2005. **Peter Kropotkin: His Federalist Ideas**. Disponível em: [http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist\\_archives/coldoffthepresses/bernerikropotkin.htm](http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/coldoffthepresses/bernerikropotkin.htm)> Acesso em: 24 nov. 2005.

BESSA, Kelly Cristine. 2004. A diferenciação espacial e as interpretações da geografia teórico-quantitavista e da geografia crítica. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.16, n.3, p.101-124, dez.

BESSE, Jean-Marc. 2006. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva.

BLOCH, Marc. 2001. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru: Edusc.

BOMBARDI, Larissa Mies. 2007. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César. **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 315-338.

BONNER, Kieran. Reflexivity, 1998. Sociology and the Rural-Urban Distinction in Marx, Tönnies and Weber. **The Canadian Review of Sociology and Anthropology – CRSA**, Canadá, v. 35, p.165-189, maio.

BOOKCHIM, Murray. 2000. The limits of the city. In: MILES, Malcoln; HALL, Tim; BORDEN, Ian. **The city cultures reader**. London and New York: British Library.

CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, 2004. Dante Flávio da Costa. Considerações a respeito da geografia neopositivista no Brasil. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.29, n.3, set./dez.

CAMPOS, Jorge Lúcio de. 2005. De Francastel a Piaget: em torno do conceito de espaço. Parte II: Ocorrências plásticas. **Espéculo - Revista de estudios literarios**. Universidad Complutense de Madrid. Nº 31, Nov. 2005/fev. 2006, ano X.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2003. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?. **GEOUSP**, número 13, DGFFLCH-USP, p.40-43.

CARNEIRO, Maria José. 2000. **Ruralidade na Sociedade contemporânea brasileira: uma reflexão teórico-metodológica**. Rio de Janeiro: CPDA.

CASTELLS, Manuel. 2000. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra.

CHAVES, E. S. 2003. Nina Rodrigues: sua interpretação do Evolucionismo Social e da Psicologia das Massas nos primórdios da Psicologia Social brasileira. **Psicologia Em Estudos**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 29-37.

CHAYANOV, Alexander Vasilevitch. 1974. **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 342p. (Teoria e investigacion en Ciencias sociales)

CHRISTOFOLETTI, Antônio. 1979a. **Análise de sistemas em geografia**: introdução. São Paulo: Hucitec,. 106 p.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. 1985b. As características da nova geografia. In: **Perspectivas da geografia**. 2.ed. São Paulo: Difel, p.71-101.

CLAVAL, Paul. 2005. Reading the rural landscapes. **Landscape and urban planning**, Reino Unido: Oxford, p.9-19.

CLOUT, Hugh D. 1976. **Geografia rural**. Barcelona: Oikos-tau.

DAUVERGNE, Robert. 1956. Charrues et techniques agricoles. In: **Les caractères originaux de l'histoire rurale française, supplément établi d'après les travaux de l'auteur (1931-1944)**. Paris: Liv. Armand Colin, 230 p.

DEFFONTAINES, Pierre. 1952. **Geografia humana do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: 268 p.

DINIZ, José Alexandre F. 2003. Os dilemas atuais da geografia rural e agrária. In: MENEZES et al. **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: NPGEU/UFES.

DOLFFUS, Olivier. 1973. **L'espace géographique**. Paris: Presses Universitaires de France.

DOMINGUES, José Maurício. 2000. A cidade: racionalização e liberdade em Max Weber. In: SOUZA, Jessé (Org.) **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.

DOMON, Gérald; PAQUETTE, Sylvain. 2003. Changing ruralities, changing landscapes: exploring social recomposition using a multi-scale approach. **Journal of rural Studies**, UK: Kidlington Oxford, v.19, p. 425-444.

DUARTE, Regina Horta. 1992. Élisée Reclus, geografia e anarquismo: visões da revolução. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, dez. v. 4, n. 13/14, p. 7-13.

DURÁN, Francisco Entrena. 1998. **Cambios en a construcción social de lo rural; de la autarquía a la globalización**. Madrid: Editora Tecnos.

DURKHEIM, Émile. 2003. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Landy Editora.

ETGES, Virgínia Elisabeta. 2000. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. **GEOgraphia**, Niterói, ano II, n. 4, p.27-47.

FAISSOL, Speridião. 1978. **Tendências atuais na geografia urbano-regional: teorização e quantificação**. Rio de Janeiro: IBGE – Centro de Serviços Gráficos, 301 p.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. 2002. **Mundo rural e geografia – geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP.

FRIEDMANN, John. 1996. Modular cities: beyond the rural-urban divide. **Journal Environment and Urbanization**, London, v. 8, n. 1, p.129-131.

GEORGE, Pierre. 1982. **Geografia Rural**. São Paulo: Difel.

GUOLIANG, Hu. [s.d.]. **New Standard Definition of Rural and Urban and Its Impact on Statistics in Wuhan City**. Hubei Province, P. R. C: Wuhan University.

HALFACREE, K.H. 1993. Locality and social representation: space, discourse and alternative definitions of the rural. **Journal of Rural Studies**, Reino Unido: Oxford, v. 9, p.23-37, jan.

HERNANDO, Fernando Molinero; TRIGUERO, Milagros Alario. 1994. La dimension geografica del desarrollo rural: una perspective

historica.: **Revista de Estudios Agro-sociales**, Espanha: Valladolid, n. 169, jul-set.

HIERNAUX-NICOLÁS, Daniel. 1999. La geografía como metáfora de la libertad. Textos de Elisée Reclus. **Centro de Investigaciones Científicas**, México: Tamayo/Plaza y Valdés editores.

JAMESON, Fredric. 1997. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática.

KAUTSKY, Karl. 1972. **A questão agrária**. Porto: Portucalense.

KAYSER, Bernard. 1990. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin,

KOLMING, Fernanda Virgínia ; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. 2004. **Permanência e Resistência do Camponês: O Valor Camponês**. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos Setenta Anos da Agb As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI, AGB-Goiania.

KROPOTKIN, Pietr. 1972. **Campos, fábricas y talleres**. Madrid: ZYX.

KROPOTKIN, Pietr. Alekseievitch; TRAGTENBERG, Mauricio. 1987. **Kropotkin**. Porto Alegre: L & PM Editores, 191 p.

KROPOTKIN, Pietr. 2005. Aos jovens. In: **Palavras de Um Revoltado**. São Paulo: Ícone.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. 1948a. **Setores da evolução fluminense: o homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. 1963b. **O homem e a Serra do Mar**. Rio de Janeiro: Edição da Divisão Cultural.

LANDER, Eduardo. (Org.) 2005. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO,

LEFEBVRE, Henri. 1974a. **O marxismo**. São Paulo: Difel,

LEFEBVRE, Henri. 1999b. **A cidade do capital**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 180 p.

LEFEBVRE, Henri. 2001c. **Du rural à l'Urbain**. 3. ed. Paris: Anthropos,

LEFEBVRE, Henri. 2002d. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. 1971. Correspondência com Clarke. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. 1997. **O discurso de metafísica**. Lisboa: Edições 70.

LEMOS, André. 2002. Agregações eletrônicas ou comunidades virtuais? Análise das listas Facom e Cibercultura. **Publicação do Ciberpesquisa – Centro de Estudos e Pesquisas em Cibercultura**, Salvador, ano 2, v. 1, n. 14, mar. Disponível em: <[http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und/404\\_14.htm](http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und/404_14.htm)> Acesso em: 17 maio 2006.

LINHARES, Lucas; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MONTE-MOR, Roberto Luís de. 2004. **Urbanização extensiva e desconcentração econômica**: a extensão das condições gerais de produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA – Economia, História, Demografia e Políticas Públicas, Diamantina. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A056.PDF>> Acesso em: 18 maio 2007.

LUKACS, John. 2005. **O fim de uma era**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LUZ, Adilson Bastos. 2003. O urbano-rural. **Salvador: conj. e planejamento**, Salvador, n.106, p.30-34, mar.



MADSEN, Lene Moller; ADRIANSEN, Hanne Kirstine. 2004. Understanding the use of rural space: the need for multi-methods. **Journal of Rural Studies**, Reino Unido: Oxford, v. 20, p 485-497.

MARQUES, Marta Inês M. 2002. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre. Geografia, Movimentos Sociais e teoria**, São Paulo, ano 18, n.19, p.95-112, jul./dez.

MARSDEN, Terry. 1998. New Rural Territories: Regulating the Differentiated Rural Spaces. **Journal of Rural Studies**, Reino Unido: Oxford, v. 14, n. 1, p. 107-117.

MARTIN, Michael F. Defining China's Rural Population. 1992. **The China Quarterly**, n. 130, p. 392-401, jun.

MARTINEZ, Ciro L. 2007. **Variables de clasificación geográfica segun los censos colombianos entre 1964 y 1993**. Disponível em: <<http://www.ced.uab.es/publicacions/PapersPDF/Text192.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2007

MARTINS, Elvio Rodrigues. 1996. **Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico**. São Paulo: Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

MARX, Karl. 1987. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec,

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1986.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. (Org.) **Especialidades em rede: população, urbanização e migrações no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MENDRAS, H. 1959. Reestructuración productiva e industrialización periférica: claves para un debate. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, Madri, v.X, n. 5, p. 28-34.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. 2006. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

MOREIRA, Roberto José. 2005. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.) **Identidades sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A.

MOREIRA, Ruy. 1986a. O plano nacional de reforma agrária em questão. **Revista Terra Livre AGB**, São Paulo: SP, ano I, n. 1,

MOREIRA, Ruy. 2001b. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. **GEOgraphia PPGEO/UFF**, Niterói, ano III, n. 5.

MURDOCH, Jonathan; PRATT, Andy C. 1993. Rural Studies: Modernism, Postmodernism and the 'Post-rural'. **UK: Journal of Rural Studies**, Reino Unido: Oxford, v. 9, n. 4, p. 411-427.

NACIONES UNIDAS. 1998. **Principios y Recomendaciones para los Censos de Población y Habitación**. Revisión 1. New York: United Nations.

NEW ZEALAND'S OFFICIAL STATISTICS AGENCY. **New Zealand: An Urban/ Rural Profile Update**. Disponível em: <<http://www.stats.govt.nz/statistics-by-area/urban-rural-profiles/default.htm>> Acesso em: 15 set. 2008.

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. 1999. **RISI report on "Territorial Indicators of Socio-Economic Dynamics"** – document [DT/TDPC/TI(99)1/REV1]. Paris: Territorial Development Service, Territorial Statistics and Indicators Unit.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 1994a. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2003b. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIX, v. 2, n. 21, p. 113-156.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2004c. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: Oliveira, A. U.; Marques,

M.I.M. (Org.) **O Campo no Século XXI**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, p. 29-70.

PALANG, Hannes; HELMFRID, Staffan; ANTROP, Marc; ALUMÄE, Helen. 2005. Rural landscapes: part processes and future strategies. **Landscape and Urban Planning**, Volume 70, Issues 1-2, 15 Jan., p.3-8

PAQUETE, Sylvain; DOMON, Gérald. 2003. Changing ruralities, changing landscapes: exploring social recomposition using a multi-scale approach. **UK: Journal of Rural Studies**, Reino Unido: Oxforck, v. 19, p. 425-444, out.

PEGORETTI, Michela Sagrillo; SANCHES, Suely da Penha. 2005. **Dicotomia rural x urbano e segregação sócio-espacial: uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo**. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Salvador.

PLESSIS, Valerie du; BESHIRI, Roland; BOLLMAN, Ray D. 2002. **Definitions of "Rural"**, Canada: Agriculture Division – Ottawa, Ontario, Dec.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1978. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios**. São Paulo: EDUSP, 314 p.

RECLUS, Elisee; ANDRADE, Manuel Correia de. 1985. **Elisee Reclus: geografia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v.49. São Paulo: Ática, 200 p

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. 2003. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, p. 91-99, jan./abr. Disponível em: <[http://www.lpp-uerj.net/forumrio/documentos/009\\_091.pdf](http://www.lpp-uerj.net/forumrio/documentos/009_091.pdf)> Acesso em: 16 maio 2007.

SANTOS, Milton. 1996. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec.

SAUER, Sérgio. 2003. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Campinas: UNICAMP.

SCHNEIDER, Sérgio. 1997a. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Revista Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n. 2, p.225 -256, maio/ago.

SCHNEIDER, Sérgio. 2000b. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de desarrollo rural**, Bogotá: Colômbia, v.1, n.44, p.11-44.

SEGRE, Roberto. 2006. Medio siglo de arquitectura cubana (1953-2003). **Café de la ciudades**, Argentina, ano V, n. 40, fev. Disponível em: [http://www.cafedelasciudades.com.ar/PDFs/cafe\\_de\\_las\\_ciudades\\_40\\_PDF.pdf](http://www.cafedelasciudades.com.ar/PDFs/cafe_de_las_ciudades_40_PDF.pdf) Acesso em: **DIA** abr. 2007.

SHANIN, Teodor. 1980. A definição do camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão Marxista. In: **Estudos CEBRAP – Trabalho e Dominação**. Estudos CEBRAP, n. 26. Petrópolis: Vozes, p. 41-80

SILVA, José Graziano da. 1981a. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec,

SILVA, José Graziano da. 2001. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estud. av., Sept./Dec., vol.15, no.43, p.37-50.

SILVA, José Graziano da. 2002c. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp IE, 1996b.

SINGER, PAUL. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SMITH, T. Lynn. 1946. **Sociologia da vida rural**. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 623p.

SOROKIN, Pitritim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. 1986. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. 1885. In: SPENCER, Herbert. **Introduction a la science sociale**. 7. ed. Paris: Felix Alcan, 435p.

SPENCER, Herbert. 1939. **Do Progresso – Sua Lei e Sua Causa**. Lisboa: Editorial Inquérito, Versão para eBook 2002.

TEIXEIRA, Marco Antônio; LAGES, Vinícius Nobre. 1997. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. **Revista Geografia**, São Paulo, n. 13, p. 9-33.

TOUBERT, Pierre. Quatrième de couverture. In: BLOCH, Marc. 1988. **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: Armand Colin, 316 p.

US CENSUS BUREAU.. **Urban and rural definitions**. 1995. Disponível em: <<http://www.census.gov/population/censusdata/urdef.txt>> Acesso em: 15 set. 2008.

USDA – United States Department of Agriculture. 2004. **Measuring Rurality: Rural-Urban Continuum Codes**. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/Briefing/Rurality/RuralUrbCon/>> Acesso em: 10 jun. 2007.

VALVERDE, Orlando. 1985. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes.

VEIGA, José Eli da. 2003a. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula**. Campinas: Autores Associados,

VEIGA, José Eli da. 2004. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura** [online]. vol. 56, no. 2, Apr./June, pp. 26-29.

VELHO, Otávio Guilherme. 1982. **Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar editores.

WANDERLEY, M. de N. B. 2001. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: O rural como espaço singular e ator coletivo**. Recife: Inédito.